MANDATO XIII

ATA Nº. 40/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE JUNHO DE 2025

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no grande Auditório do Forum Braga, desta cidade, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. A ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *apresentou o Troféu do Prémio da A.N.A.M. de dois mil e vinte e cinco, que recebeu em Lamego, uma menção honrosa, resultado da candidatura da Assembleia Municipal de Braga, com projetos da Assembleia Municipal Jovem. Tinha um diploma de menção honrosa e tinha então a representação dos prémios A.N.A.M. que, aliás, fazia parte da ordem de trabalhos de hoje, cujas propostas foram apresentadas na Assembleia Municipal Extraordinária de vinte e cinco de abril.* ***MAIORIA LEGAL - O SR. PRESIDENTE DA MESA*** *comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e nove membros.* ***ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES MEMBROS****: João Filipe Monteiro Marques, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria*

Alexandra Palmeira e Álvares Pereira Lima Antunes Lopes, Marta Salomé da Silva Oliveira Brito, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha, Nélson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Sandra de Oliveira Cardoso, António Meireles de Magalhães Lima, Renato Célio Marinho Silva, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Valdemar Manuel Gomes Maia, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Rosa Carvalho, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, Dolores Glória Sousa Gomes Rocha, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Nuno Emanuel Teixeira Gonçalves, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe e Sá Antunes Oliveira, Eduardo Araújo Fernandes, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, Rui Pedro Almeida Ramos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Maria da Glória Silva Basto, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

***SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO**: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Américo dos Santos Afonso, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva,*

Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Manuel Garcia Rodrigues, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, Alexandre Sérgio Mano, Marta Soares Silva Dias, Jorge Miguel Fernandes Vilela, Adriana Patrícia Silva Remelhe, José Fernando Bessa Ribeiro, Isabel Cristina Monteiro Pontes e António Filipe Dias Melo Peixoto. ***JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS****: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a justificação de falta dos seguintes membros: Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Suzana Rafaela Ferreira Leite e Carmindo João Costa Soares.* ***FALTARAM OS SEGUINTES MEMBROS****: Márcia Raquel Soares Ferraz e João Carlos Fernandes Rocha. A* ***Srª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que recebeu a comunicação da ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que se encontra fora para participar numa reunião e da Srª. Vereadora Drª. Olga Maria Esteves de Araújo Pereira Martingo, que se encontra em representação da Autarquia no Theatro Circo. Passou-se ao* ***PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO****. Neste período registou-se a intervenção da* ***Srª. CLÁUDIA GRACIETE ANTUNES VIEIRA DA SILVA*** *para referir que: "Chamo-me Cláudia Silva, moro na freguesia de Sobreposta. Venho, por este meio, falar do problema das águas pluviais a céu aberto na via pública, na entrada da minha moradia. Quando chove e não precisa de ser intensamente na Avenida da Senhora da Conceição, número noventa e cinco, freguesia de Sobreposta, passa em frente ao meu portão de entrada um caudal de águas pluviais a céu aberto, no designado rego que as encaminha. Esse rego sobe o caudal devido às dimensões do aqueduto que tem a seguir à minha habitação, que é inferior ao caudal do rego. Para agravar a situação, fizeram ainda uma ligação ao mesmo com tubos de zero cinquenta há cerca de três anos, o que*

aumentou ainda mais este caudal. Em frente do meu portão, a água chega a atingir cerca de meio metro de altura com corrente. Com isto nem consigo sair de casa, nem entrar em casa, porque a força do caudal não o deixa. Para além disso, fico com o meu terreno e rés-do-chão da minha habitação e garagem inundando a casa. A água, no fundo do meu terreno, atinge cerca de um metro de altura. Esta situação acontece há cerca de nove anos. Desde que comprei a minha habitação, fico com o meu terreno estragado e com prejuízos materiais. Já aconteceu de chamar a Proteção Civil para escoar a água e em janeiro deste ano chamei o INEM para socorrer um familiar com falta de oxigénio e o socorro não pôde entrar até que o caudal baixasse. Caso acontecesse alguma coisa mais grave, alguém seria responsabilizado judicialmente e não seria claramente o INEM. Já comuniquei às Estradas de Portugal e ao Município ao longo destes anos que me disseram que pagavam os estragos, mas o que eu quero é que me resolvam o problema da minha entrada com as águas pluviais da via pública. A Junta de Freguesia também é conhecedora de tudo o que acontece e responde, ao longo destes nove anos, que vai resolver o problema, mas nestes nove anos nada resolveu. Ligou mais um caudal e atualmente realizou uma obra há poucos dias, no valor aproximado de oitenta mil euros, na construção de um muro de vedação de um terreno, obstruindo as terras amovíveis e diminuiu o diâmetro do rego onde foram colocadas terras acima da cota que lá existia. Quando chover, essas terras, como são amovíveis, irão obstruir o aqueduto das águas pluviais, o que fará que na frente do meu portão, em vez de meio metro, terei um metro ou um metro e meio de água. Para terminar e terem noção, em dias de muita chuva aquilo não é um rego, mas simplesmente um rio. Gostava de saber como é que está a situação para a resolução deste problema no local". Seguiu-se a intervenção da ***SRª. CARLA NÚRIA RAMALHO GONÇALVES****, para dizer: "Boa noite a todos, em nome do Coletivo de Moradores*

da Rua Luís Soares Barbosa. Passados praticamente dois anos desde a entrega da nossa petição, vemos hoje, finalmente, esta Assembleia Municipal ter a oportunidade para reverter o processo e iremos perceber quem está ao lado das pessoas. Consideramos que o relatório apresentado nada diz. Tem muitas páginas, sim — mas falta-lhe conteúdo, substância e, acima de tudo, avaliação real dos impactos desta construção. No entanto, encontramos um ângulo morto, na página setenta do relatório da Comissão, lê-se que a Câmara Municipal de Braga solicita a anulação do Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH) pedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, justificando essa anulação com a existência de um coletor de águas pluviais no terreno, tutelada pelo município. Ora, o Executivo decidiu a treze de maio de dois mil e vinte e quatro, afirmar que a ribeira "desapareceu" ou se "esvaiu" por coletores de águas pluviais, desvalorizando completamente o facto de, segundo a lei, a existência de um curso de água (mesmo entubado) continua a implicar proteção legal e servidão administrativa. Perguntamos, por isso: estamos perante uma tentativa de desviar a atenção da Agência Portuguesa do Ambiente? Agora querem recorrer à Universidade do Minho, para confirmar se existe, ou não, uma ribeira. Mas se se confirmar, como se reverte uma decisão mal fundamentada, já com impacto no terreno? Como se justifica um licenciamento desta dimensão, ignorando evidências nas plantas do projeto desde o primeiro dia? E como é que os Departamentos de Urbanismo, Ambiente e Fiscalização da Câmara Municipal de Braga validaram esta obra sem garantias claras? Avançou-se com a construção e só agora se procura confirmar o que há dentro da conduta. Todos sabemos – os senhores também – que esta construção privada foi permitida sobre um terreno público, num local onde existe um manancial de água que nunca vai deixar de existir. E, perante isto, quem deveria pronunciar-se escondeu-se. Demitiu-se das suas obrigações. E muitos dos eleitos

aqui presentes esfregaram as mãos e viraram a cara. Abrimos as janelas das nossas casas e vemos a realidade, um buraco enorme com água. Sabemos há quanto tempo a obra está parada. A única coisa que se tem feito no local é ligar uma autobomba para drenar a água acumulada e enviá-la para o Rio Este, mesmo com o calor que se faz sentir a água precisa de ser bombeada para desaparecer. Caríssimos membros da Comissão do Ambiente, lamentamos profundamente que, ao longo das setenta e duas páginas do relatório final, não tenha sido feita uma única referência ao número de pessoas que subscreveram esta petição: mil cento e cinquenta e oito cidadãos, foram mil cento e cinquenta e oito cidadãos que assinaram esta petição a pedirem mais esclarecimentos, a pedirem para serem ouvidos. São essas mesmas pessoas a quem, daqui a meses, irão pedir o voto. E são, muito provavelmente, as mesmas que serão novamente esquecidas logo após as eleições. Não podemos mudar o conteúdo deste relatório. Mas não deixamos de expressar a nossa indignação. Mais de dois anos de luta, e continuamos a ter razão: Razão quando exigimos a preservação de espaços verdes – porque proteger o ambiente não pode ser só propaganda em cartazes e campanhas; Razão quando alertámos para os riscos de segurança para pessoas e bens – trata-se de uma obra invasiva e que não respeita a lei do Domínio Hídrico. Razão quando pedimos melhor qualidade do ar e, por consequência, melhor qualidade de vida para todos. Não pedimos luxos. Pedimos o mínimo: ar respirável, sombra e espaço permeável. E teremos razão no futuro, quando os problemas se adensarem (as cheias, o estacionamento caótico e outros problemas associados às alterações climáticas). Digam-nos, então: qual é a mais-valia do ginásio para quem ali vive? Como será compensada a comunidade? Não nos digam que teremos, o Parque das Sete Fontes, porque esse é um projeto adiado há anos e pelo que vemos continuará a ser uma promessa por cumprir, porque é também alvo de outros interesses. O futuro é

agora, não daqui a dez ou doze anos. Um espaço verde de proximidade é isso mesmo: É estar ao lado de casa. É fazer parte da vida das pessoas. E é isso que nos foi retirado. Esperamos que todos os envolvidos nesta decisão estejam verdadeiramente conscientes de terem entregado um espaço verde público ao Grupo Supera, um privado que nada beneficia a comunidade que o perdeu". A ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *salientou que a matéria ora apresentada poderia ter sido abordada no ponto da ordem de trabalhos destinado à apreciação do relatório realizado pela Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, tendo mesmo a Comissão Permanente tido o cuidado de informar, através de email, que os subscritores da petição poderiam intervir aquando da discussão do referido ponto da ordem de trabalhos. Na terceira intervenção passou a usar da palavra o* ***SR. MANUEL DA SILVA DIAS****, para destacar que: "Eu quero esclarecer que uns assuntos do Sr. Presidente da Junta de Lomar e Arcos, sobre uma notícia que foi publicada no dia vinte e cinco de maio e foi transmitida não só por um vídeo nas redes sociais, como também no Jornal de Braga e esta notícia foi recomendada. Gostaria de perceber o que quer dizer o Senhor Presidente da Junta de Lomar e Arcos, em que dizia "encontrámos uma casa cheia de nada", quando no anterior executivo, que era eu, deixou condições físicas apropriadas e em exercício de funções. E a Junta deixou também computadores, deixou copiadoras, deixou secretárias, deixou armários, deixou tudo na secretaria para poder trabalhar à vontade. A situação financeira da Junta em vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, deixou um saldo positivo de cinquenta e três mil euros. Diz o Senhor Presidente da Junta que tinha muitas dificuldades, que teve que pedir dinheiro adiantado ao Senhor Presidente da Câmara. Além deste dinheiro, também logo em janeiro, o FEF transfere para a Junta, a primeira tranche. Os contratos interadministrativos de delegação de*

competências, também transfere em janeiro dinheiro a que tem direito. A Junta deixou ficar quatro lotes para construção, num valor de mil cento e oitenta euros. A dívida que ele diz que a Junta deixou, foi a Câmara que tinha que transferir para a Junta de Lomar e Arcos cento e setenta e três mil euros, por um protocolo de execução de obras. Portanto, todo este dinheiro que eu deixei ficar dava para pagar treze mil euros por mês até ao fim de janeiro e ainda sobrava dinheiro. A ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *questionou o orador se aquele assuntou não deveria ser tratado na Assembleia de Freguesia? O* ***Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, falou do lugar, dizendo que "aquele tipo de intervenção deveria ser feito na Assembleia de Freguesia de Lomar e Arcos. Aqui as pessoas dirigem-se se ao Sr. Presidente da Câmara naquilo que são as suas intervenções apresentadas, situações e factos da competência do Município. O que está aqui a acontecer deveria acontecer numa Assembleia de Freguesia, com todo o respeito pelo Senhor ex Presidente da Junta e meu amigo também. Tomou o uso da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para salientar que: "percebendo que poderemos não estar de acordo com o teor e o tipo de intervenções que possam ser aqui feitas, eu acho que não compete aos Deputados Municipais coarctarem as intervenções do público que aqui são feitas e já temos todas as semanas em que aqui estamos, tido exemplos de intervenções, inclusive, até já de um ex Presidente de Junta que veio cá falar de assuntos que podem ter maior ou menor conexão com aquilo que a Câmara Municipal faz ou fez. Agora, aquilo que o Senhor ex Presidente da Junta está aqui a fazer, é uma intervenção no ponto do público, com a informação que ele entende que é relevante". Retomou o uso da palavra o orador* ***SR. MANUEL DA SILVA DIAS*** *para, dirigindo-se ao Sr. Deputado do P.S., João Nogueira, referir que: "tenho aqui o relatório de contas que mandei para o Tribunal de Contas em fins de outubro de dois mil e vinte e um,*

para o Senhor entregar a quem entender. Também tenho aqui uma ata que mandei em fins de outubro para o Tribunal de Contas, depois leia e faça o seu juízo, entregue a quem quiser". Passou-se, depois, ao ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****, que teve início com a apresentação de um* ***Voto de Louvor****, pelo* ***Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO****, do seguinte teor: "Procedeu-se no dia nove de junho do corrente ano a cerimónia de assinatura de quatro protocolos de aquisição do património arquivístico do espólio de Henrique Augusto Luso, autor Bracarense do século dezanove, da doação de equipamento fotográfico que irá complementar o já vasto conjunto de material do Arquivo dedicado à fotografia, os quinhentos originais do Mestre José Veiga com os emblemáticos cartoons publicados no jornal Correio do Minho, sob a rúbrica semanal "Bocas do Braguinha", que representam um testemunho visual e crítico da vida social e política Bracarense" e finalmente um importante fundo documental que abrange o período entre mil novecentos e trinta e quatro e mil novecentos e setenta e nove e que retrata, com grande detalhe, as condições laborais vividas durante o Estado Novo, constituindo uma fonte imprescindível para o estudo da história social e das relações de trabalho em Portugal. O acolhimento desta documentação de elevado valor histórico, documental e cultural, é um passo importante na preservação e valorização da memória coletiva da comunidade! Por esse motivo, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, efetua um voto de Louvor aos descendentes de Henrique Augusto Luso e do Mestre José Veiga além da Inspecção Geral do Trabalho que decidiram, em boa hora e em prol do bem da comunidade, confiar a sua preservação ao renovado Arquivo Municipal de Braga!". Posto à votação, foi o presente voto de louvor* ***aprovado por unanimidade****. Foi presente outro* ***Voto de Louvor*** *pela* ***Srª. Deputada do C.D.S.-***

P.P.*, *MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES LOPES, *que dizia: "O Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um voto de louvor ao Parque Urbano das Camélias Laboratório para a EMMAC, pela conquista do prémio «Boas Práticas» na terceira edição dos Prémios Essência do Ambiente, organizados pela empresa Laboratório do Território, cujo júri integrou, pela primeira vez, a participação da comunidade no processo de seleção, fortalecendo o carácter democrático e participativo das decisões que moldam o nosso futuro coletivo. É, por isso, devido um agradecimento especial a todos os bracarenses que votaram neste projeto, dignificando o que de melhor se faz em Braga. O reconhecimento nacional enaltece a importância ambiental, social e educativa deste inovador projeto de reabilitação urbana em Braga. A distinção, valoriza a qualidade do projeto urbanístico e paisagístico desenvolvido no Parque Urbano das Camélias, reconhecendo também o empenho do Município de Braga e do seu pelouro do Ambiente, na promoção de espaços verdes de excelência, acessíveis a toda a população e que contribuem decisivamente para a melhoria da qualidade de vida urbana, para a sustentabilidade ambiental e para a coesão social. O prémio recebido é o reflexo do esforço coletivo na transformação de um espaço urbano numa referência de inovação ecológica, de educação ambiental e de integração paisagística. O Parque das Camélias afirma-se como um verdadeiro laboratório vivo, onde se desenvolvem e testam soluções sustentáveis que dão resposta concreta e eficaz aos desafios colocados pelas alterações climáticas. A criação de um espaço verde com sessenta hectares nas imediações do centro urbano representa mais do que um projeto de reabilitação paisagística: trata-se de um claro investimento na qualidade de vida, na promoção da biodiversidade, na valorização do território e na consciencialização ambiental das gerações presentes e futuras. A distinção atribuída ao Parque das Camélias é motivo de orgulho para*

a cidade, sendo simultaneamente um apelo à continuidade do trabalho colaborativo entre instituições, técnicos, cidadãos e decisores políticos. Que este prémio seja não apenas um reconhecimento do que foi alcançado, mas também um compromisso renovado com os princípios da sustentabilidade ambiental, da justiça climática e da inovação ao serviço do bem comum. Como resultado do trabalho desenvolvido em prol de uma transição ecológica exemplar, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe a esta Assembleia a aprovação de um Voto de Louvor ao Município de Braga pelo Parque Urbano das Camélias". Posto à votação, foi o presente voto de louvor ***aprovado com duas abstenções do B.E.****. Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para proceder à apresentação de um* ***Voto de Congratulação*** *com o seguinte conteúdo: "Voto de congratulação que reconhece o papel determinante do Presidente Ricardo Rio e do executivo da Coligação Juntos por Braga na afirmação de Braga no panorama internacional. Ao longo dos últimos anos, Braga foi palco de eventos de enorme relevância global que, até então, nunca tinham decorrido na nossa cidade, em alguns casos, nem sequer em território nacional. A título de exemplo, a décima sexta Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, realizou-se pela primeira vez em Portugal, aqui em Braga, reunindo mais de uma centena de países. Também a Cimeira do Global Parliament of Mayors, sob o lema "Democracia na Encruzilhada: Cidades em Ação", teve lugar no Forum Braga, com Ricardo Rio a ser publicamente distinguido pelo seu contributo para o diálogo global entre cidades. E a Conferência Anual da Eurocities, que teve Braga como anfitriã, destacou a liderança de Ricardo Rio no debate sobre "Cidades mais fortes, Europa mais justa". Estes marcos não são fruto do acaso. São o resultado de uma estratégia clara de internacionalização, construída com visão, persistência e uma profunda articulação entre o município, as universidades, o tecido empresarial e*

a sociedade civil. As redes internacionais como a UNESCO, a Eurocities ou o Parlamento Global de Autarcas têm um papel vital no desenvolvimento sustentável das cidades. Permitem o acesso a boas práticas, promovem a partilha de conhecimento, facilitam o acesso a financiamento europeu e reforçam a nossa capacidade de atrair investimento, talento e inovação. Braga ganha, com estas ligações, não apenas notoriedade, mas também novas oportunidades para as suas empresas, centros de investigação e instituições culturais. Ganha também a nossa população, que beneficia de políticas públicas mais ambiciosas, informadas e alinhadas com os desafios contemporâneos: a transição digital, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e a valorização da cultura. Estas iniciativas são catalisadoras de progresso económico e social. Ao acolhermos estes fóruns internacionais, estamos também a posicionar Braga como um território de referência na Europa, capaz de competir pela excelência, pela criatividade e pelo bem-estar dos seus cidadãos. Com este voto de congratulação, que o grupo municipal independente propõe para aprovação, reconhecemos o legado internacional do Presidente Ricardo Rio, que elevou o nome de Braga e reforçou o seu prestígio institucional. E reafirmamos o compromisso desta Assembleia com um modelo de desenvolvimento assente no conhecimento, na cooperação e na ambição - porque uma cidade que se afirma no mundo é também uma cidade mais justa, mais forte e melhor preparada para servir quem aqui vive, estuda, trabalha e investe". Posto à votação, foi o presente voto de congratulação ***aprovado com treze votos contra do P.S., da C.D.U., do B.E. e da I.L. e com oito abstenções de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias****. O* ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, apresentou uma* ***Declaração de Voto****, referindo que: "De facto, nós abstivemo-nos numa destas votações, o de louvor apresentado pelo CDS. Votámos contra este apresentado pelo Grupo Independe,*

em nome individual, presumo que tenha sido nessa qualidade. As razões são as seguinte: no primeiro caso, é evidente que não temos nada contra o Parque das Camélias, tomáramos nós que houvesse muitos parques das Camélias espalhados pela cidade. Simplesmente há, de facto, coisas que, na altura certa, manifestámos discordância relativamente ao Parque das Camélias e não vemos razão, o Parque das Camélias já existe há muito tempo… Eu estou a justificar os dois votos. Gasto menos tempo do que se viesse cá justificar um e mais outro. Daí a nossa abstenção, porque na altura própria manifestámos discordância nalgumas soluções. Relativamente ao segundo voto, é evidente que é absolutamente inoportuno, estamos em campanha pré eleitoral, digamos assim, para as autarquias. O Senhor Presidente Ricardo Rio é o chefe de um executivo que fez coisas boas, poucas, muito mais menos boas. De qualquer maneira, é o chefe do Executivo que ainda está no ativo, que inclusivamente inclui o candidato às próximas eleições, e não faz sentido estar a tentar, digamos assim, a prender a liberdade de voto dos membros desta Assembleia e de quem assiste a esta Assembleia. Acho que é absolutamente inoportuno". Interveio depois a ***Srª. Deputada do P.S.D.***, ***NATACHA SOFIA MIRANDA FONTES***, *para apresentar outro* ***Voto de Louvor***, *que destacava o seguinte: "No passado dia um de junho de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Tirana, Albânia, os atletas Romário Cunha, Gabriel Dbouk e João Aragão sagraram-se Campeões da Europa de Sub-dezassete, integrando a Seleção Nacional que venceu a final frente à França por três-zero. Romário Cunha, titular indiscutível ao longo do torneio, foi mesmo eleito para o Onze Ideal da UEFA. Por sua vez, a Equipa Feminina Sub-dezanove do Sporting Clube de Braga conquistou o título de Campeã Nacional no dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e cinco, após uma época de excelência na Liga Feminina Sub-dezanove, onde demonstrou talento, coesão e espírito de superação. Estes feitos são motivo de enorme orgulho*

para todos os Bracarenses, refletindo o trabalho de excelência desenvolvido na formação do Sporting Clube de Braga. A sua Cidade Desportiva, considerada uma das mais modernas e completas do país, representa um verdadeiro centro de excelência, com condições de treino e acompanhamento técnico que rivalizam com os melhores clubes nacionais e internacionais. Foi recentemente reforçada com o Estádio Amélia Morais - elogiado pela própria FIFA como exemplo de inovação e qualidade. Importa ainda reconhecer o papel fundamental da Câmara Municipal de Braga, que tem sido um parceiro estratégico no desenvolvimento do desporto local. O seu apoio contínuo à formação, à infraestrutura desportiva e à promoção de políticas públicas de incentivo à prática desportiva tem sido determinante para o sucesso dos nossos jovens atletas. Assim, esta Assembleia, reunida em sessão ordinária no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, delibera aprovar o presente Voto de Louvor expressando o seu mais profundo reconhecimento: À Equipa Feminina Sub-dezanove do Sporting Clube de Braga, pelo seu percurso vitorioso e inspirador; Aos atletas João Aragão, Romário Cunha e Gabriel Dbouk, pela sua brilhante representação de Portugal no Campeonato da Europa Sub-dezassete; Que este voto sirva de inspiração e incentivo para que continuem a trilhar o caminho da dedicação, da superação e do orgulho em representar Braga".
Posto à votação, foi o presente voto de louvor ***aprovado por unanimidade****. Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, dizendo que: "Esteve bem feita a intervenção, porque deixou para o fim os atletas e sabem perfeitamente que nós respeitamos muito os atletas e, por isso, votámos favoravelmente. É evidente que convém que fique em ata, que não concordamos com os considerandos, porque tudo o que respeita à cidade desportiva, terrenos que foram prometidos para usufruto dos cidadãos, esse uso foi-lhes retirado e foi entregue a uma entidade que, no*

essencial, é capital privado e os cidadãos viram-se expurgados desse direito. Portanto, não podemos aceitar esses considerandos". Seguiu-se a apresentação de um ***Voto de Louvor*** *do* ***C.D.S.-P.P.****, apresentado pela* ***Srª. Deputada MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO****, que referia: "O Grupo Municipal do CDS-PP expressa o seu profundo reconhecimento à Proteção Civil de Braga pela atribuição do Galardão «A Nossa Terra», na categoria de Organismo Público. Esta distinção é um justo tributo ao trabalho notável, competente e dedicado que esta estrutura municipal tem vindo a desenvolver em prol da segurança, da prevenção e do bem-estar da população. A atribuição deste Galardão é um motivo de orgulho para o Município, mas também a confirmação do acerto das políticas públicas implementadas nesta área. É o reflexo de uma atuação exemplar, pautada por uma resposta célere e eficaz às ocorrências; uma forte aposta na prevenção de riscos e uma notável capacidade de articulação e coordenação entre as diversas entidades e agentes da proteção e socorro. A Proteção Civil de Braga afirma-se como um modelo de proximidade, eficiência e modernidade. Estes atributos muito se devem à liderança firme e empenhada do Senhor Vereador Altino Bessa, o qual, desde que assumiu a respetiva tutela política, tem promovido uma estratégia de desenvolvimento sustentado e integrado da Proteção Civil, assente na valorização dos Recursos Humanos; no reforço da capacidade técnica e operacional e na modernização dos meios e equipamentos disponíveis. A estrutura está hoje mais robusta e preparada para os desafios do presente e do futuro. Destaca-se o investimento realizado na formação contínua dos profissionais, a renovação e aquisição de viaturas e equipamentos de proteção e intervenção, bem como a implementação de medidas que reforçam a articulação com as freguesias. Estes avanços permitiram elevar significativamente os padrões de resposta e de prevenção em emergências, fazendo de Braga um concelho mais seguro e resiliente.*

O CDS-PP reafirma o seu apoio incondicional a esta visão de futuro, centrada na proteção das pessoas e na valorização do serviço público. Importa ainda sublinhar que o Município de Braga deu mais um passo decisivo no fortalecimento da proteção do seu território e na salvaguarda do património natural, de pessoas e bens, através do protocolo de colaboração com o Regimento de Cavalaria número seis, no âmbito da prevenção e vigilância contra incêndios florestais. Esta parceria estratégica entre a Proteção Civil e o Regimento de Cavalaria número seis representa um reforço substancial no dispositivo municipal de vigilância, permitindo uma patrulha ativa e continuada em áreas de elevado valor ecológico e turístico - como o Sameiro, o Bom Jesus e a Santa Marta das Cortiças - abrangendo uma extensão de sessenta quilómetros quadrados. A presença dos militares nestas zonas é determinante para a deteção precoce de focos de incêndio e para a dissuasão de comportamentos de risco, garantindo a proteção dos ecossistemas e, sobretudo, a segurança da população. O trabalho desenvolvido pela Proteção Civil do Município de Braga merece o reconhecimento público pelo empenho, rigor e dedicação na defesa do concelho, pelo que o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe a esta Assembleia a aprovação do respetivo Voto de Louvor". Posto à votação, foi o presente voto de louvor ***aprovado por unanimidade****. A palavra foi dada ao* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR****,* ***RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA****, para apresentar outro* ***Voto de Louvor****, realçando que: "Fernando José Gomes Madeira Henriques Almeida, ingressou em mil novecentos e oitenta e nove na Polícia de Segurança Pública, justamente no Comando Distrital de Braga, tendo também chefiado interinamente o Comando Metropolitano da PSP do Porto. Como superintendente, dirigiu o Comando Distrital de Braga da PSP desde quinze de janeiro de dois mil e vinte e um, já numa segunda fase, foi distinguido com a Medalha de Serviços Distintos de Segurança*

Pública de Grau Ouro, atribuída pela anterior ministra da Administração Interna, Margarida Blasco. Foi um Comandante que estimulou a proximidade dos agentes de segurança ao cidadão, tendo alcançado números de redução da criminalidade num contexto de aumento da população e de clara redução de efetivos, na área geográfica que agrega Braga, Famalicão, Guimarães e Barcelos. Reforçou o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade e apostou nas ações de sensibilização e informação em vários públicos, desde o escolar ao sénior. Por motivos de saúde, o Superintendente Henriques Almeida viu-se forçado a deixar o Comando Distrital, aguardando-se a designação de um novo Comandante. Também no passado dia trinta de maio, celebrou-se o centésimo quadragésimo oitavo aniversário do Comando de Braga da PSP, enaltecendo o papel dos agentes de segurança pública na História do nosso concelho. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida ordinariamente a dezoito de junho, endereça as melhoras de saúde ao Superintendente Henriques Almeida e faz aprovar um voto de louvor pela sua atuação à frente do Comando Distrital de Braga, bem como ao Comando Distrital de Braga da PSP pelo seu centésimo quadragésimo oitavo Aniversário". Posto à votação, foi o presente voto de louvor ***aprovado por unanimidade****. Interveio depois o* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR****,* ***JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA*** *para proceder à apresentação de um* ***Voto de Protesto****, do seguinte teor: "Na qualidade de Presidente de Junta que sempre se pautou por trazer a este órgão as preocupações, as exigências e as propostas da população que represento, venho, com sentido de responsabilidade institucional, manifestar publicamente o meu protesto pela reiterada ausência de resposta por parte da Câmara Municipal de Braga a diversas deliberações aprovadas nesta Assembleia Municipal. Ao longo dos últimos quatro anos, foram aqui aprovados oito votos, moções e outros*

documentos políticos, expressando posições claras e legítimas sobre temas relevantes para a freguesia e para o concelho. Cinco desses documentos não mereceram resposta condigna, ação consequente ou esclarecimento cabal por parte do Executivo Municipal, tendo várias dessas aprovações sido remetidas para as respetivas comissões das quais nunca mais se conheceu desenvolvimento, configurando, desta forma, um desrespeito institucional pelas decisões soberanas deste órgão deliberativo. A Assembleia Municipal não pode ser tratada com essa leveza e informalidade, pois é aqui que se expressa a vontade plural da população bracarense. Compete à Câmara Municipal, mesmo em caso de discordância, responder com clareza, rigor e sentido democrático às deliberações tomadas por esta Assembleia. O silêncio e a ausência de ação enfraquecem a confiança institucional, empobrecem o debate democrático e rompem o princípio da colaboração entre órgãos autárquicos. Os Presidentes de Junta, enquanto eleitos de proximidade e membros desta Assembleia, não podem aceitar a continuada desvalorização do papel político que aqui exercem. Este órgão tem o dever de respeitar o funcionamento do sistema democrático local, dando seguimento, ou ao menos, uma resposta fundamentada e transparente às matérias aqui discutidas e aprovadas. Este voto de protesto visa, por isso, reafirmar o papel central da Assembleia Municipal no quadro democrático do concelho, exigir para o futuro uma atitude institucional mais responsável e chamar a atenção para o risco de se esvaziarem os mecanismos legítimos de representação e participação democrática. Se algumas propostas, que podiam ter beneficiado amplamente as freguesias e os cidadãos, não se concretizaram, não foi por falta de sinalização ou de trabalho político por parte dos eleitos desta Assembleia. Foi, infelizmente, quase sempre porque quem tinha o dever de executar preferiu silenciar ou adiar indefinidamente o que aqui foi aprovado. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida

ordinariamente no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, delibera aprovar um voto de protesto pela falta de resposta relativamente a diversas deliberações aprovadas, que, por qualquer razão, nunca mereceram o devido tratamento institucional e político que este órgão exige e merece". Colocado à discussão, passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para questionar o seguinte: "ponto número um, eu não sei a que votos e a que informações ou pedidos de informação é que o Senhor Presidente da Junta se está a referir. Ponto número dois, refere aí que houve algumas delas, não sei se são as que não estão respondidas ou as que estão respondidas que baixaram às Comissões e às quais não foi dado seguimento. Ponto número três, se assim é e se dizem respeito às tais questões que não estão resolvidas, o problema também não é da Câmara, é também das Comissões. Portanto, eu quero perceber o que é que estamos a votar. Eu não tenho noção de que votos é que estão por responder e, sobretudo, não confundo o que é resposta e não resposta, com ação e inação". O* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA*** *esclareceu que: "eram questões relacionadas com ervas em passeios, que nunca foram devidamente esclarecidas; questões relacionadas com a varredura, com a AGERE; questões relacionadas com taxas de compensação urbanística, etc. Ou seja, foram assuntos que foram cá trazidos, que foram aprovados e deliberados nesta Assembleia. Alguns não foram aprovados porque desceram às Comissões e, na verdade, nunca obtiveram resposta. Aliás, até foram pedidos documentos em alguns e até agora, que eu saiba, nunca foram cá trazidos. Mas a verdade é que quando se faz uma aprovação aqui, pelo menos, nem que fosse por escrito, devia ter chegado. E a verdade é que, em alguns casos, isso não aconteceu". Posto à votação, foi o presente voto de protesto* ***rejeitado com trinta e três votos contra e com vinte e quatro votos a favor do P.S., da C.D.U., do***

B.E.*, *de dois Presidentes de Juntas/Uniões de Freguesias do P.S.D.. *Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado da I.L.*, *BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO***, *que dizia: "A Iniciativa Liberal até poderia votar favoravelmente. O que nós entendemos é que o Senhor Presidente da Junta, Deputado Municipal, devia ter feito aqui uma enumeração e assim ficava mais simples e ficava com dados factuais. Ou seja, recomendação apresentada dia X, na Assembleia Municipal, ficou de descer à Comissão e ser avaliada, não tive qualquer feedback. Coloquei aqui a questão X P T O, pedi os documentos Y, Z, não me foram entregues. Ou seja, temos aqui um voto de protesto que falha por não ter uma descrição, por não estar devidamente descrito aquilo que realmente era o objeto do voto. Portanto, não podemos estar a votar aqui algo em abstrato, em termos gerais, precisamos aqui de dados concretos. É esse o motivo pelo qual não conseguimos acompanhar o voto". Interveio novamente o* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR*, *JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA*** *para esclarecer que: "o podia ter feito, mas nós temos tempo e eu acho que a Mesa da Assembleia deveria ter conhecimento disto e, portanto, isto não devia ser sequer alvo de discussão. As coisas que não foram respondidas, deveriam ser facilmente identificáveis. Mas tenho só pena, e foi por isso que eu vim cá, dizer que depois da votação se normaliza esta situação. Portanto, parece-me a mim algo estranho, ou seja, parece normal que algumas coisas que se trazem cá e são aprovadas depois acabem por não ter sequência e alguns dos Deputados e Presidentes de Junta concordem com isso". O* ***Sr. Deputado do P.S.*, *JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *apresentou outra* ***Declaração de Voto*** *em que referia: "o Partido Socialista naturalmente votou a favor, porque são inúmeras as recomendações e as propostas e até as perguntas que são feitas ao Executivo, ou apresentadas aqui, que não têm resposta e que daqui a bocadinho iremos fazer também eco delas. Mas*

para o meu caro amigo João Marques, por exemplo, vou-lhe lembrar uma que até o seu colega de coligação, o CDS, apresentou aqui há uns tempos uma recomendação para a criação do Provedor do Cidadão com Deficiência, onde pára? E como essa há muitas. Por essa razão é que o Partido Socialista votou a favor". O ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *fez uma interpelação à Mesa, referindo que: "Já falei disto algumas vezes, mas penso que esta será uma altura oportuna para o fazer, que nos termos regimentais e este Regimento já está aprovado há bastante tempo e já por diversas vezes falei nisto. As iniciativas aqui apresentadas deviam, aquando do início da Assembleia, ser objeto de uma análise e ponto de situação de como é que estão essas iniciativas por nós apresentadas. Portanto, é isto que o Senhor Presidente da Junta referiu, era imediatamente objeto disso, que não estamos a cumprir há vários meses". Usou depois da palavra o* ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS*** *para fazer um ponto de ordem à Mesa que ia no sentido da última interpelação que foi ali feita. "Efetivamente, nós quando aprovámos o Regimento, e foi aprovado por unanimidade, portanto com um amplo consenso por esta Assembleia, no seu artigo trigésimo, na última alínea, decidimos que a comunicação do estado das recomendações aprovadas, faz parte do expediente de cada Assembleia. Portanto, no início de cada Assembleia e podendo, em substituição, ser entregue por escrito, deve ser dado conta a todos os eleitos, do estado das várias recomendações e deliberações que foram sendo tomadas até agora, coisa que não tem acontecido. Portanto, a minha interpelação, até para dissipar este tipo de dúvidas sobre o que é que foi, ou não foi, aprovado, o que é que está ou não está por responder, é que comece a ser feito, de forma exaustiva, daqui para a frente". A palavra foi dada à* ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO****, para apresentar um* ***Voto de Repúdio*** *ao qual se*

associaram as forças políticas do B.E., do P.S. e do P.S.D. e, já agora, convidava também as restantes forças políticas ali presentes a associarem-se. "A CDU esteve presente, no passado domingo, no ato de solidariedade em justiça com a cultura, a liberdade e a democracia, aqui na cidade de Braga, em frente ao Teatro Circo. Uma das intervenções desse ato apelou a quem tem voz em lugares públicos, que é o nosso caso aqui, fizesse chegar uma mensagem como esta que aqui vos trago hoje: uma mensagem de repúdio aos ataques fascistas proferidos nos últimos dias contra artistas, ativistas, migrantes ou, tão somente, pessoas que, solidariamente, distribuem alimentos aos sem abrigo... um dia poderá ser qualquer um de nós aqui! A CDU valoriza esta mobilização pública, que aconteceu um pouco por todo o país, em defesa da cultura, da liberdade, da democracia, mas alerta que estes ataques, motivados pelas prerrogativas racistas e chauvinistas que têm sido fomentadas em Portugal pelas forças políticas de extrema-direita, têm o apoio de alguns meios de comunicação e dos grupos económicos que os financiam. Assim, a AMB reunida no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco repudia as forças de extrema direita que espalham a violência no nosso país (e não só), considerando que: Um - É inaceitável que, oitenta anos depois do fim do nazismo e cinquenta anos depois do fim da ditadura de Salazar, vejamos os valores de abril - de liberdade e democracia - ameaçados em Portugal por meio da proliferação de grupos neonazis, que, aliás, são proibidos no nosso país de acordo com a Constituição da nossa República. Dois - É urgente que estes grupos neonazis e violentos de extrema-direita sejam identificados e erradicados do nosso país, como forma de acabar com o discurso do ódio e manter o sistema democrático que tanto custou aos portugueses a conquistar". Posto à votação, foi o presente voto de repúdio ***aprovado por unanimidade****. O* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, referindo que: "Desde já*

agradecer à Sandra o voto que aqui trouxe. Eu peço desculpa, porque de facto não me chegou a mim nada, mas obviamente subscrevo na íntegra. É mais do que necessário, neste momento, estarmos todos unidos, aqueles que se sentam nestas cadeiras, estamos todos unidos naquilo que é a defesa intransigente dos valores democráticos que há cinquenta anos nos unem nestas casas e, apesar das nossas diferenças ideológicas, acho que temos um valor comum, é não dar ao ódio um porto seguro aqui nesta casa". Outra ***Declaração de Voto*** *foi presente, agora pelo* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, que dizia: "nós associamo-nos integral e incondicionalmente, sobretudo à parte deliberativa, sendo certo que devemos deixar aqui, até porque quando falamos nas considerações sobre os grupos de comunicação social, que estão, ou não, a dar o seu apoio, ou de alguma maneira, a potenciar esse discurso de ódio, acho que não deveríamos ficar por aí. Há muitos meios mais ou menos privados que estão a fazê-lo e, de resto, não é preciso serem só os meios de comunicação social, eu acho que há uma discussão a fazer na sociedade sobre o papel dos meios de comunicação social e a falta cada vez mais que nós temos de meios de comunicação social verdadeiros, reais, que sejam os efetivos intermediários entre as pessoas que recebem as notícias e aquelas que as produzem, porque, infelizmente, ou são caixas de ressonância ou transformam-se, muitas vezes, e nisso podemos concordar, em elementos, enfim, potenciadores e de mensagens, sejam essas sejam outras, que não estão exactamente alinhadas com um propósito de independência e autonomia que o jornalismo deve prezar. Sem prejuízo disso, muito claramente deixar aqui sublinhado o nosso repúdio completo, total e também ele incondicional, a qualquer forma de extremismo e de violência. E isso parece-nos muitíssimo importante, porque, por vezes, pode haver a tentação de olharmos só do nosso lado da mesa e não perceber que o extremismo, infelizmente, não tem ideologia e a violência*

também não tem. Aquilo que passa por ideologia no extremismo e na violência é a mesma coisa que passa num ser humano quanto à maquilhagem, esconde qualquer coisa, mas o essencial está lá por trás e nós sabemos exatamente o que é que está lá por trás". O ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *apresentou outra* ***Declaração de Voto****, realçando que: "Vamo-nos associar aqui à parte deliberativa. Efetivamente temos as nossas diferenças, mas todos sufragámos aqui um princípio basilar que é a democracia, a tolerância e o diálogo e temos que preservar isto nesta casa e no nosso país. Portanto, pelos valores democráticos e pela liberdade, associamo-nos a este voto". Usou depois da palavra o* ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *para, noutra* ***Declaração de Voto****, dizer que: "o PPM obviamente que se vai associar, no entanto deve referir que foi de uma deselegância do PCP, convidar uns a associar-se e outros não. E, portanto, o canal está sempre aberto do PPM, os Senhores sabem disso, e agradeço que de futuro não façam essa deselegância, porque não é necessário. Relativamente ao que foi dito na parte da comunicação social, nós também temos de fazer o nosso "mea culpa". E, portanto, os políticos também têm culpa no que se está a passar, não só em Portugal, mas no mundo, porque muitas vezes, ao querermos radicalizar, ao instigar, fazemos com que isso aconteça. E a democracia deve ser feita de diálogo e não de instigação e de ódio". Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES*** *para, numa outra* ***Declaração de Voto*** *destacar que: "obviamente que o CDS se associa a este voto e fê-lo de forma inequívoca, votando favoravelmente relativamente a toda a sua matéria deliberativa, não obstante termos algumas reservas sobre alguns dos considerandos, mas, mais do que isso, importa dizer que o CDS estará sempre contra qualquer forma de violência, seja ela praticada por grupos de extrema*

direita, de extrema esquerda ou simplesmente por bandidos que atacam a liberdade e as garantias de qualquer cidadão. Para nós não é relevante se foi contra um artista ou se foi contra outro cidadão qualquer, porque para nós é tão mau isto que aconteceu, como quando um polícia é atacado, quando uma mulher é violentada ou violada por qualquer outro tipo de pessoa, quando pessoas até da mesma etnia se assassinam umas às outras, quando pessoas de raças diferentes atacam, porque parece que só há racismo quando um branco ataca um negro, mas quando um negro ataca um branco, já não há. E, portanto, nós somos contra todas as formas de violência gratuita, seja ela inspirada por ideologias, seja ela inspirada por outro factor qualquer. Para nós, um bandido é um bandido e deve ser sempre tratado como tal, não obstante os factores que estão por trás dessa violência e, muitas vezes, essa violência gratuita devem ser tratados. Devem ser tratados como casos de polícia em primeira instância, mas também devem ser tratados do ponto de vista político e social e eu creio que era isso que, no meu ponto de vista, o próprio voto devia ter em consideração, porque se não, estaremos aqui todas as sessões a falar de votos de repúdio, porque ainda ontem um polícia foi esfaqueado. Ainda há dias pessoas de uma determinada etnia mataram-se umas às outras e, portanto, estamos a falar do mesmo tipo de violência gratuita que mata pessoas, que ofende pessoas e que corta a liberdade e as garantias de todos nós enquanto cidadãos. Não importa se já estão cinquenta anos sobre a democracia, ou oitenta sobre o nazismo, ou quarenta sobre o fim do estalinismo, o certo é que o que está em causa é a liberdade de todos e o direito a vivermos em segurança". Interveio o ***Sr. Deputado do B.E.***, ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para noutra* ***Declaração de Voto*** *realçar que: "nós votámos esta moção na sua essência e a verdade é que não tem nada a ver com as declarações de voto que aqui foram produzidas. Portanto, eu não me vou dar ao trabalho de explicar, porque quando se pretende fazer uma*

linha reta de um extremo ao outro, sem considerar as diferenças, é estar a facilitar o caminho a um dos extremos, porque não tem nada a ver. As pessoas que fizeram essas afirmações, sabem perfeitamente que não é a mesma coisa. E, portanto, das duas uma, ou votaram porque não quiseram ficar mal na fotografia, ou então, não sabem o que é que votaram". A palavra foi dada ao ***Sr. Deputado da I.L.****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para proceder à apresentação de uma* ***Moção****, subordinava ao tema "Pela Rápida Resolução da Cedência do Edifício do Recolhimento de Santa Maria Madalena ("Convertidas") à Comunidade Intermunicipal do Cávado", do seguinte teor: "Considerando que: O Edifício do Recolhimento de Santa Maria Madalena, vulgarmente conhecido como "Convertidas", constitui um importante património histórico e arquitetónico da cidade de Braga, estando classificado como Imóvel de Interesse Público; O edifício apresenta um estado de degradação acentuado, com danos visíveis nas coberturas, fachadas, paredes, pavimentos, estruturas internas e caixilharias; A sua recuperação e reutilização têm sido objeto de interesse público reiterado, tanto pela população como por entidades municipais e intermunicipais; A Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) pretende ver cedido tal edifício através de permuta; O processo de cedência do edifício à CIM Cávado permanece bloqueado ou indefinidamente adiado, sem justificação pública clara ou perspetiva de resolução próxima, o que adia "sine die" o aproveitamento qualificado de um imóvel devoluto, contrariando o interesse público local e regional. A Assembleia Municipal de Braga delibera em sessão ordinária: Exortar o Governo Português a desenvolver, com carácter de urgência, todas as diligências necessárias com vista à conclusão do processo de cedência do Edifício do Recolhimento de Santa Maria Madalena à Comunidade Intermunicipal do Cávado. Solicitar que a CIM Cávado informe regularmente esta Assembleia sobre os avanços neste processo,*

promovendo a devida transparência. Reafirmar o interesse estratégico da cidade de Braga na valorização do seu património edificado e na dinamização institucional da CIM Cávado, enquanto entidade promotora da cooperação territorial e do desenvolvimento regional". Posta à votação, foi a presente moção ***aprovada por unanimidade****. A* ***Srª. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO*** *interveio para, inicialmente, pedir desculpa ao Sr. Deputado do P.P.M. e que tinha razão, só que chegou atrasada devido ao estacionamento e foi por isso que não conseguiu falar com toda a gente. Disse ainda que repudiavam qualquer tipo de violência e extremismo. Passou, depois, a apresentar uma* ***Recomendação****, cujo conteúdo revelava o seguinte: "Os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e os Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), enquanto respostas sociais fundamentais para a promoção da autonomia e da vida independente, da valorização pessoal, profissional e da inclusão social, assume especial importância para jovens e adultos com deficiência, garantindo, ao mesmo tempo, às suas famílias, segurança e tranquilidade quanto à sua qualidade de vida. É conhecida a manifesta falta de vagas em CACI e CAVI no nosso concelho (e não só), e a falta de investimento nestas valências em todo o país, tendo o Governo assumido a promessa, ainda em fevereiro de dois mil e vinte e cinco, de mais investimento e mais vagas, uma vez que a realidade é de verdadeiro desespero por parte das famílias de pessoas com deficiência que não têm qualquer resposta estatal após a saída da Escolaridade Obrigatória. (Prova disto é o pai que se sujeitou a uma greve de fome ainda na passada semana na nossa cidade, mesmo em frente à Segurança Social, no sentido de obter uma resposta para o seu filho autista, que já está a repetir o décimo segundo ano pela terceira vez). Esta é uma situação intolerável para os jovens/adultos nesta condição, a quem, na prática, é negada a promoção da sua autonomia e a sua socialização, mas igualmente para os pais que*

se vêm obrigados a abandonar a sua atividade profissional, submetendo-se a uma situação de desemprego, para poderem cuidar dos seus filhos. Neste seguimento, o "Movimento Pais em Luta" (ao qual pertence o referido pai) reclama, através de uma petição, uma resposta por parte do Estado para os jovens/adultos nesta situação. São direitos fundamentais das pessoas com deficiência previstos na legislação nacional e protocolos internacionais que o Governo tem ignorado ou adiado... Assim, a Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão ordinária do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, mostra-se solidária com esta luta dos pais e decide apoiar esta sua reivindicação, que é nacional mas teve início em Braga, da seguinte forma: Um - Solicitando uma discussão no Parlamento sobre esta situação (que foi já apresentada ao governo através de uma pergunta pelo grupo parlamentar do PCP), no sentido de encontrar soluções que respondam às necessidades destes jovens com deficiência e suas famílias; Dois - Recomendando ao Governo (Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social) a abertura de mais vagas, nestas ou noutras respostas, que acabem com as longas listas de espera existentes em todo o país e em Braga em particular; Três - Recomendando, ao executivo municipal, a sua melhor atenção para este problema no nosso concelho (onde as listas de espera para CACI ou CAVI são enormes), contribuindo, através de todas as formas que estiverem ao seu alcance, para a sua resolução; Quatro - Instigando as IPPS locais, dando-lhes conhecimento desta recomendação, a aceitarem a inscrição de todos os jovens adultos com deficiência, independentemente das suas características particulares, nas vagas para CACI de que dispõem". Posta à votação, foi a presente recomendação ***aprovada por unanimidade****. O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, que dizia: "nós votamos favoravelmente esta proposta da CDU, não só porque nos solidarizamos com a luta*

dos encarregados de educação e com a justiça daquela que é a reivindicação, e também porque a própria CDU já aqui reconheceu que a Câmara Municipal tem tido um papel relevante, não necessariamente neste caso, mas também neste caso e, portanto, isso leva-nos a acharmos que temos também, desse ponto de vista, algum capital político para nos associarmos a algo que ultrapassa as barreiras puramente partidárias. E, de resto, tanto quanto sabemos, oxalá se concretize, a Segurança Social já se comprometeu com a abertura de mais cerca de sessenta vagas. Não estou a dizer que é para Braga, mas com a abertura de mais vagas, entre as quais em Braga, oxalá que assim seja, mas seja como for, independentemente disso, o que há a fazer é respeitar os direitos das pessoas e fazer tanto mais rápido quanto possível, com que essa reivindicação se torne em algo muito concreto. Sabemos também que o município se tem associado a essa luta e tem tentado, naquilo que já lhe é possível, facilitar as opções aos encarregados de educação, tentar criar as condições para que essas soluções existam e, portanto, acho que o esforço é contínuo e deve ser conjugado por todos e partilhado por todos, independentemente de depois podermos ter meios diferentes para chegar à mesma solução. O que interessa é a solução". Passou-se, depois, à apresentação de uma ***Declaração Política*** *subordinada ao tema "Em Defesa da Tradição do São João de Braga", pela* ***Srª. Deputada do P.S., SANDRA RAQUEL RODRIGUES RIBEIRO****, salientando que: "É com profunda indignação, e com o coração carregado de revolta cívica, que assistimos à descaracterização flagrante de uma das mais enraizadas tradições populares do norte de Portugal: o São João de Braga. Uma festividade que, durante décadas - e para muitos, durante uma vida - se afirmou como o palco vivo da cultura popular bracarense que é agora, de forma incompreensível e arbitrária, desfigurada por uma decisão administrativa deste município que retira à cidade uma das suas expressões mais autênticas: as barracas*

na Avenida da Liberdade. Ao impedir a instalação das tradicionais barraquinhas que, avenida abaixo, desenhavam um percurso de convívio, com cheiro a manjerico e alho porro, com sons de martelinhos e gargalhadas soltas, destrói-se mais do que uma organização logística: destrói-se um hábito. Um ritual. Um pedaço de alma coletiva que ligava avós a netos, vizinhos a forasteiros, cidadãos às suas memórias. A desculpa da necessidade das obras, por mais justificada que possa parecer num plano técnico, nunca deveria ter atropelado a essência festiva da cidade e muito menos sem uma solução alternativa à altura. Pelo contrário, deveria ter acautelado essa tradição e potenciado ainda mais a sua efetivação. A mobilidade urbana não pode atropelar a mobilização emocional de milhares de bracarenses que, ano após ano, encontravam na Avenida o centro pulsante do seu São João. A decisão de afastar as barracas do seu espaço tradicional não é apenas logisticamente infeliz é, sobretudo, simbolicamente violenta. Revela um desfasamento profundo entre quem decide e quem vive a cidade, entre a frieza do planeamento urbano e o calor do povo. Temos recebido relatos de muitos cidadãos que, perante este esvaziamento, decidiram não participar na festa por não se cumprir a tradição de descer e subir a Avenida da Liberdade, como manda - e bem - a tradição. Porque o São João, para eles, não se resume a um cartaz ou a um palco: é a vivência da rua, o cruzamento de afetos, a memória tátil dos passeios cheios, das vozes cruzadas, da cidade em festa como um só corpo. Ao afastar as barracas, afasta-se o povo. Um São João sem povo é um São João sem coração, sem essência e sem sentido. Esperamos que os bracarenses percebam que quem tem gerido a cidade não a conhece, não a sente e não a respeita. E que, por isso, deve ser afastado. Não podemos continuar a entregar os destinos da nossa terra e da nossa história a quem toma decisões que violam o sentimento profundo da cidade e da sua gente. Com veemência e sentido de responsabilidade cultural, é urgente uma nova visão e uma

revisão do modo como Braga é gerida. Precisamos de novos interlocutores, mais sensíveis à vontade popular e à força das tradições. O progresso não se faz contra a memória faz-se com ela. Braga merece desenvolvimento, sim, mas nunca à custa da sua identidade. E o São João é, para Braga, muito mais do que uma festa: é uma herança viva. O progresso sem identidade, não soa a futuro, mas sim a retrocesso. Terminamos com um desejo popular, simples, direto e sábio - como só o povo sabe dizer: "Óh meu rico São João, Traz-me a Braga tradicional; Diz a quem governa a Câmara; Que a tradição é essencial; Quero voltar à Avenida; Onde se sente a emoção; Com barracas e a alegria; Do verdadeiro S. João!". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do B.E., RENATO CÉLIO MARINHO SILVA****, para numa* ***Declaração Política****, destacar que: "No dia quinze de junho de dois mil e vinte e cinco, um pouco por todo o país, decorreram manifestações que afirmaram: "Não queremos viver num país do medo". Em Braga, mais de cem pessoas deram voz ao protesto contra os recentes episódios de violência protagonizados por indivíduos conhecidos por pertencerem a grupos fascistas e neonazis. Estes ataques revelaram uma face do fascismo em Portugal que, há já bastante tempo, se vem desenvolvendo nas redes sociais e no discurso quotidiano de certas franjas da população. Os resultados das recentes eleições legislativas apenas reforçaram uma linguagem de ódio e violência, que há muito desqualifica pessoas, organizações e partidos políticos identificados com a esquerda e com as forças progressistas. Basta observar as caixas de comentários das notícias dos jornais mais relevantes para encontrar insultos e ameaças proferidos por cidadãos de cara descoberta, que perderam o receio e a vergonha de destilar ódio contra quem lhes pareça pensar, agir ou ser diferente - isto, no meio de uma multidão de contas falsas, pagas e geridas por grupos interessados na desintegração do Estado democrático. Não podemos deixar de associar estas manifestações gratuitas de violência ao que tem*

ocorrido na Assembleia da República, onde já se normalizou a prática da violência verbal contra todos os deputados de esquerda, com especial incidência sobre as mulheres, sempre que tomam a palavra. Nenhuma intervenção dos deputados do Bloco de Esquerda, do PAN, do Partido Comunista Português e até de algumas deputadas do PS é feita sem ser interrompida ou perturbada por gritos e insultos bem audíveis. Há relatos de que, até nos corredores da Assembleia, o ataque verbal é constante. Se isto acontece na casa da nossa democracia, o que podemos esperar que ocorra nas ruas? Esta violência já nem sequer escolhe alvos definidos pelas posições políticas. Como se viu no ataque ao ator Adérito Lopes ou às voluntárias que entregavam refeições a pessoas em situação de sem-abrigo, no Porto, a violência tornou-se aleatória. Não tem passado despercebida, nesta banalização da violência, a tentativa sistemática e continuada de vários comentadores e formadores de opinião que, nas televisões e jornais, falam de uma alegada violência da "extrema-esquerda" (entre muitas aspas), como se essa justificasse ou equilibrasse as ações de agressão efetiva por parte das forças de extrema direita. É evidente que essa suposta extrema-esquerda portuguesa - representada, segundo querem fazer crer, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP - em nada se compara, no discurso e na prática, às forças que promovem o fascismo em Portugal. De um lado, temos o apelo à igualdade, à equidade e à inclusão; do outro, a segregação e o divisionismo. Veja-se, por exemplo, as reações às declarações de Lídia Jorge no dia dez de junho. À revelia da realidade histórica incontestável de que Portugal é um país de emigrantes e imigrantes, miscigenado desde as suas raízes pelas sucessivas ocupações e invasões, os proponentes do novo fascismo tentam reinventar um país branco, monocultural e fechado sobre si próprio - um país que nunca existiu, senão nas suas imaginações distorcidas. Não basta que apenas as vozes da esquerda se levantem contra estas ameaças. Como Karl Popper ensinou

no seu paradoxo da tolerância, a tolerância continuada por parte do nosso governo e das autoridades de segurança para com estes indivíduos, grupos e partidos declaradamente racistas, xenófobos e intolerantes acabará por destruir a nossa capacidade de tolerar a diferença e, com ela, poderá levar de roldão a própria democracia. É necessário e urgente que todas as forças comprometidas com a democracia - sejam de esquerda ou de direita - se levantem em uníssono para dizer firmemente: basta! Fascismo nunca mais!". Passou depois a usar da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para a presentar outra* ***Declaração Política****, que revelava o seguinte: "Regresso ao futuro. Assim se pode definir o trajeto de Braga, desde que, há quase doze anos, a Coligação Juntos por Braga tomou em mãos os destinos do concelho e implementou o novo modelo de governação. Sabemos que estamos prestes a encerrar um ciclo e a despedir-nos de um Presidente marcante e reformador. Por imposição legal, mas também por imperativo higiénico, a democracia não pode viver de figuras eternas, mas é bom que saibamos tributar aos que tudo deram de si pelos outros, a devida homenagem. Falo de um Presidente, mas tenho, evidentemente de destacar a equipa, o projeto e as ideias que são, ao fim e ao cabo, a tal argamassa que permitirá consolidar uma certa forma de ação política inaugurada em dois mil e treze, mas seguramente não encerrada em dois mil e vinte e cinco. Eu era um jovem bracarense quando me envolvi na política local e vi crescer a meu lado um conjunto de pessoas que não tinham mesmo nada mais a oferecer a Braga do que o seu trabalho, os seus projetos e o entusiasmo de um empenhamento cívico forjado nas múltiplas derrotas que sofremos copiosamente perante Mesquita Machado. Aí nos moldamos para um tempo novo. Algumas dessas pessoas são hoje Vereadores, Presidentes de Juntas de Freguesia, membros desta Assembleia Municipal e até Deputados à Assembleia da República. O nosso mais sincero desejo era o de dar a Braga um vislumbre de*

diferença, uma prova de um sabor novo, sabendo que assim que essa aragem entrasse pela frincha da porta, e que o palato fosse impressionado pela novidade, não mais regressaríamos ao sensaborão e velho pão com manteiga a que estávamos habituados. Éramos verdadeiramente idealistas e não tínhamos qualquer amarra ao poder. Não nos podiam corromper, porque não tinham nada para nos dar. Os que ficaram para lutar, já tinham passado por tudo, do aliciamento aos maus tratos políticos. Por isso, estavam de corpo e alma com o que mais une e solidifica uma equipa, um propósito, um propósito que se mantém intocado. Estávamos como estamos juntos por Braga. Vi como na minha família, nos meus amigos, nas instituições, a dúvida se transformou em esperança e a esperança em certeza. E a certeza foi vivida como nunca na primeira cerimónia de tomada de posse no Theatro Circo. Desengane-se quem lá não pode estar. Aquele não foi um anódino momento formal, mas uma intensa celebração popular da conquista daquilo que todos achávamos ser um momento refundacional. O privilégio de servir Braga e os bracarenses transpareceu desde sempre na atitude e no modo como exercemos o poder. Quem passa quarenta anos à espera, tem tudo menos pressa de esbanjar tamanha honra. É reconfortante perceber que do lado de lá de quem decide, em muitos casos, decide há mais de uma década, os sucessos mais marcantes continuam geneticamente identificados com a marca da coligação, e essa marca resume-se a um conceito muito simples - cidadania plena. É no espaço da sã convivência entre os agentes políticos e a população, na ligação direta e sem filtros entre os que são eleitos e os que elegem, que esta ideia política brotou e floresceu. Lembro a todos que Braga, a Braga que temos hoje por garantida, não era minimamente certa quando chegamos ao poder em dois mil e treze. Ao risco financeiro de uma autarquia exaurida de recursos, fruto de más políticas e más escolhas, juntava-se o risco cívico. Que risco cívico, perguntarão? Bom, o que se

sentia e respirava em Braga era um ambiente de certa forma fétido, de fim de regime. O Estado, no nosso caso, a autarquia, confundia-se com um partido e esse partido confundia-se com autarquia. No famoso dizer e imortalizado pelos mini drunfes, a ordem era clara - não tem cartão, não entra. Dissemos em dois mil e treze que Braga merecia o melhor. E cumprimos. Braga teve e tem o melhor. Conseguimos potenciar o imenso capital humano, social, científico, cultural e económico desta terra e mostrar dentro e fora de portas, que não temos de nos acanhar perante ninguém. Num primeiro mandato intensamente vivido e de uma exigência imensa, enfrentamos interesses instalados e uma adversa situação de facto, em que muitos ainda apostavam que só por aqui andávamos de passagem. Abrimos as portas do município aos cidadãos e criámos uma relação de confiança e respeito mútuo com as instituições, com as Juntas de Freguesia em destaque. Cumprimos por Braga e por nós, porque ai do político ou do partido que se refugia na mentira ou na inação para justificar a sua incompetência. Os bracarenses sentiram e gostaram do novo tempo e reforçaram a sua confiança numa maioria que esteve sempre em sintonia com os seus anseios, que sempre respeitou a força do seu voto e nunca cedeu a tentações eleitoralistas. Com o incremento da transparência e da proximidade, aumentou o escrutínio. Ainda bem. A população cresceu a níveis incomparáveis com qualquer outra capital de distrito. De resto, quase todas viram os seus números decrescerem. O emprego aumentou, o valor da economia deu um salto impressionante, catapultando Braga para a liderança das exportações e da geração de valor no país. E, por isso, garantimos aos bracarenses, a mudança não vai parar. A partir de dois mil e dezassete, quando começamos a atingir a maioridade no exercício do poder, pudemos dar a Braga importantes transformações, como a requalificação e reinvenção do complexo desportivo da rodovia ou a renovação deste complexo do Parque de Exposições de Braga, agora

Forum Braga. Trabalhamos incansavelmente para dar a Braga e aos bracarenses uma cidade melhor para viver, trabalhar e investir. Revolucionamos o aproveitamento da frente ribeirinha do Cávado, a qual tem hoje condições ímpares de qualidade e fruição, num património que os bracarenses, até a altura, teimavam em desmerecer. O Rio Oeste é o exemplo maior deste comprometimento com a natureza e o meio ambiente. A força da destruição criativa do processo de renaturalização em curso, já mostrou bem o quão certo estamos e continuará a dar-nos razão no futuro. Na educação, fomos capazes de promover projetos distintivos com o incluir à cabeça, mas demonstramos competência e preparação no exigente dossier da descentralização de competências. Os investimentos no Parque Escolar Bracarense falam por si e permitem olhar para o futuro com a certeza de que a escola pública continuará a ser um factor de capacitação humana e elevação social. Olhamos para o património como um ativo estratégico e conseguimos compatibilizar a renovação do centro urbano com a salvaguarda de espaços votados ao abandono, como as Sete Fontes, a Ínsua das Carvalheiras, o Convento de São Francisco e, ainda mais recentemente, a Fábrica Confiança. Em dois mil e vinte e um prometemos fazer acontecer e voltamos a cumprir. Veja-se, por exemplo, o caso do urbanismo e a evolução registada. Notem que em dois mil e treze o número de licenças de construção emitidas mal passava a centena. Em dois mil e dezasseis tínhamos praticamente triplicado esse número para trezentas e setenta e uma, e no ano passado chegamos às mil e sessenta e duas, o que representou uma duplicação entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. Fomos o município cujo número de licenciamentos mais aumentou no país. Se é verdade que enfrentamos em todo o país uma crise na habitação, Braga já tomou a dianteira da solução. À capacidade de licenciamento, juntou à revisão do PDM e nesse instrumento abriu a porta das soluções para que o nosso concelho continue a

permitir que mais famílias se fixem por cá a custos razoáveis. O aumento da área urbana servirá justamente para aumentar a disponibilidade de habitação, mas também de incremento da atividade económica, também comparável ao salto que fomos capazes de dar no domínio das empresas municipais. A InvestBraga é um exemplo de sucesso na atração de investimento e na coordenação da ação diplomático-financeira da autarquia. A BragaHabit modernizou-se e transformou-se num agente decisivo na dignificação da habitação social, mas também na preparação das estratégias de futuro no domínio da habitação pública. A Faz Cultura redesenhou uma empresa municipal focada num espaço cultural e assumiu as vestes de um verdadeiro catalisador de cultura. Nos TUB, a diferença é absolutamente incomparável. Passamos da iminência da ruína financeira, para uma empresa saudável e adaptada aos tempos modernos, focada nos interesses e não em interesses menos claros. A Agere teve, e continua a ter, resultados extraordinários, apesar de não ter onerado os preços que os bracarenses são chamados a pagar pelos serviços que presta. De resto, esta nota de responsabilidade orçamental, atravessou todo o mandato em que o crescente número e tipo de apoios e incentivos a pessoas e empresas, nunca significou um agravamento de impostos ou taxas cobradas. Mas, como dizia no início, mais do que as inúmeras vitórias parcelares resultantes das políticas implementadas por estas Senhoras e Senhores que aqui estão, foi a mudança de paradigma inaugurada em dois mil e treze, que tornou possível que uma nova geração de políticos, mas também de cidadãos, pudesse fazer o seu caminho. É chegado o momento de agradecer a todos eles. Graças a todos eles, fizemos muito mais. Se fizemos tudo e se fizemos tudo bem? Não. Com certeza que não. Mas é esta sinceridade e capacidade de análise crítica que serve como força motriz para querermos fazer ainda melhor. O que criamos na população foi a consciência do seu potencial e a

perfeita noção de que Braga não pode voltar para trás. O passado nas políticas, mas também nas pessoas, não é caminho. E Braga saberá dizer presente ao desafio do futuro. Queremos continuar a crescer com todos, todos, todos. Estamos cá e acreditamos que continuaremos a estar de cara lavada e consciência tranquila. Mas essa decisão é, como sempre, do povo". Foi presente outra ***Declaração Política****, agora pelo* ***Sr. Deputado da I.L., BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, que dizia o seguinte: "Desde o início deste mandato, manifestei publicamente a minha preocupação com o papel e a visibilidade do Provedor do Munícipe. Na altura, alertei para aquilo que já era evidente: a figura do Provedor, embora de reconhecida importância no quadro democrático local, não estava a desempenhar de forma visível ou efetiva as suas funções. Dois anos depois, essa preocupação não só se mantém como se agravou. Solicitei, há largos meses, informações concretas sobre a atividade do Provedor do Munícipe: quantos processos foram analisados, que recomendações foram emitidas, que ações foram desencadeadas. Até hoje, a resposta continua por chegar. O silêncio é ensurdecedor e, pior do que isso, é revelador. Estamos a falar de uma figura que deve ser um elo direto entre os cidadãos e o poder autárquico - um verdadeiro defensor dos direitos dos munícipes e da transparência da administração local. Mas como podem os Bracarenses confiar numa figura que desconhecem por completo? Como podemos, nesta Assembleia, avaliar o seu trabalho se não temos acesso à sua atividade? O que temos, na prática, é um Provedor ausente. E essa ausência, Senhores Deputados, é profundamente preocupante. Porque não se trata apenas de um cargo simbólico - trata-se de um instrumento democrático que, bem utilizado, pode reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições. Assim como está, representa exatamente o oposto: desresponsabilização, opacidade e alheamento. A Iniciativa Liberal defende uma administração transparente, escrutinável e próxima dos*

cidadãos. A continuidade desta situação contraria esses princípios. Ou se reforça e clarifica o papel do Provedor do Munícipe - com total visibilidade pública e prestação regular de contas - ou então teremos de assumir, com frontalidade, que este modelo falhou e carece de reformulação. Não podemos continuar a compactuar com a inércia institucional. O Provedor está a precisar de uma nova energia, energia essa que está a chegar a Braga dentro de alguns dias". Seguiu-se a intervenção da ***Srª. Deputada do P.S.***, ***PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA***, *para produzir mais uma* ***Declaração Política***, *tendo, para o efeito, salientado que: ". A crise na habitação não é nova, em mil novecentos e oitenta e um, alguns se lembram, outros não, nas nossas casas em Braga, na maior parte das casas, viviam vários casais. Os filhos iam casando e iam ficando sempre na casa dos pais. Havia casas com capacidade, desde que tivessem quatro quartos, chegavam a ter quatro casais a viver dentro da sua casa. Foi preciso, na realidade, já naquela altura, também, promover soluções. E surgiram, na realidade, algumas soluções muito importantes, nomeadamente os loteamentos nas freguesias. E a prova disso e exemplo disso, é a Freguesia de Gualtar, a freguesia de Lamaçães, em que o poder local reparou e sentiu a necessidade da construção da habitação e criou estas iniciativas e estas estratégias, para resolver o problema local dos seus habitantes, que ao mesmo tempo resolvia o problema geral de Braga. E, nessa altura, outras medidas até foram incentivadas pelo Município, concretamente, por exemplo, o fomento ao cooperativismo. Quem não conhece, por exemplo, a questão da Cooperativa Bracara Augusta e outras, nomeadamente, também o incremento nos bairros. Ora, e aproveito, que está cá o Senhor Vereador responsável pela revisão do PDM, que defende que as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, que são denominadas de UOPG's, artificialmente criadas no novo PDM de Braga, dizem que resolvem a falta de habitação. É um caso de estudo esta*

afirmação, especialmente para responder à imperiosa necessidade de oferecer à classe média e jovens famílias, parque habitacional para as rendas acessíveis. Já no famoso PDM, a ausência gritante da obrigatoriedade de reserva para a habitação acessível, ao que parece, apenas reservará sete dessas unidades em cem, a maioria, ainda sem percentagens definidas para esse efeito, e por muita pressão até dos técnicos da área da habitação, aumentando assim o risco de gentrificação acelerada, ao que acresce a falta de políticas públicas complementares. De facto, estas unidades permitem construir, sem um planeamento vinculativo, que reserve uma percentagem para a habitação a preços controlados. Em cidades como Lisboa e Porto, os novos planos já incluem quotas mínimas de vinte por cento para a habitação acessível. Em Braga, estas unidades não impõem nada disso. Resultado, os promotores privilegiam empreendimentos com maior rentabilidade ou até o alojamento local na justa mira legítima de maiores resultados financeiros para os seus projetos. Enquanto isso, as jovens famílias continuam sem alternativas, acessíveis e com tendência para fazer o que se fazia em mil novecentos e oitenta e um. E aproveito, que está cá o Senhor Vereador, se na realidade acredita que estas unidades resolvem o problema, porque não inclui nelas todas uma exigência mínima de percentagem para a habitação acessível. As unidades abrem zonas da cidade e do concelho a projetos imobiliários sem controlo de preços, o que expulsa residentes e aumenta as rendas. O centro histórico, e grande parte da cidade, já sofrem com a pressão turística e a subida de rendas. As unidades podem repetir esse modelo noutras áreas. É isso que queremos? Certamente que não. Segundo o INE, o preço médio das casas em Braga subiu quarenta e sete por cento desde dois mil e dezoito, muito acima do crescimento do salário. Até podia ser esta também uma das novidades que deu aqui o Senhor Deputado do PSD há pouco tempo. Falam no mercado a funcionar, mas o mercado sozinho nunca resolveu a falta de

habitação acessível. Faltam abordagens, como por exemplo, um programa municipal de arrendamento acessível, como existe noutros concelhos aqui bem vizinhos. Falta estimular o movimento cooperativo de habitação e a reabilitação de prédios devolutos para habitação própria. Entretanto, enquanto isso, as unidades são apenas uma licença para construir mais do mesmo. Casas caras ou até muito caras. As unidades, tal como as querem desenhar, não obrigam à coexistência de uma percentagem para rendas ou venda a preços acessíveis, como disse. Logo não servem quem mais precisa, sobretudo as famílias jovens, empurrando-as para a periferia, ou para fora do concelho e ignoram políticas públicas, porque deixam tudo nas mãos do mercado. Assim, estão a vender uma solução que não existe. Se queremos mesmo resolver o problema, precisamos de um PDM com coragem, que contribua para regular o mercado. Exiga cotas para a habitação acessível e invista em habitação pública". Interveio de seguida o ***Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para apresentar uma outra* ***Declaração Política*** *sobre a expressão do PAN em Braga, que revelava o seguinte: "Estivemos aqui, nas últimas eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, mais de três mil e trezentos bracarenses confiaram o seu voto para a Assembleia Municipal no Pessoas, Animais e Natureza, e é a elas que voltamos a agradecer a confiança e a responsabilidade que firmemente nos incutiram. Mas o nosso mandato não é, nem foi, só para esses três mil e trezentos, foi para todas e todos os bracarenses que queriam um presente e um futuro mais comunitário, mais sustentável e mais amigo do nosso planeta. Foi isso que fizemos quando trouxemos a esta casa e ao executivo municipal mais de duzentas propostas ao longo dos últimos quatro anos de mandato. Desde as causas transversais, onde começamos logo com a proposta no combate ao desperdício alimentar, os passes gratuitos para estudantes universitários, ou até o programa municipal de combate à pobreza energética que*

já apoiou mais de quatrocentas famílias bracarenses. Mas também nas causas sociais fomos farol, com propostas como a atribuição do nome da Rua Mulheres de Braga ou a Carta Municipal da Inclusão. Na área ambiental, relembrar, também, ao NetZeroCities, a comunicação aos cidadãos das descargas ilegais ou a instalação de painéis solares em edifícios municipais. E na área animal, claro, a instalação de mais condições físicas e humanas que saudamos, ainda que sempre aquém daquilo que sempre esperamos. Mas ficou tanto por fazer, desde o reforço de uma bolsa de apoio para a habitação jovem no valor da taxa turística, um PDM que não seja uma carta em branco para a impermeabilização dos solos, nem a destruição indiscriminada dos poucos espaços verdes existentes nas nossas áreas urbanas, ou a criação de parques para crianças e para animais assilvestrados. E, claro, nem me façam falar da mobilidade e do querido BRT. Braga continuará a precisar de uma intervenção de um deputado ou deputada verdadeiramente progressista de causas, mais do que esquerda e direita, daqueles que se viram para a frente, que lute por causas sociais de futuro, pelo ambiente ou pelos animais. Ao longo destes quatro anos, na Assembleia Municipal de Braga, já demonstramos que estamos aqui para trabalhar, pois fomos o partido da oposição local, tal como a nível nacional, que mais propostas fez e mais recomendações viu implementadas em várias medidas para as nossas causas. Acreditamos na nossa cidade, uma cidade inovadora e virada para o futuro, com esperança, sem ódio e que trabalha em conjunto com e pelas pessoas, pelos animais e pela natureza. Uma cidade de referência. Uma cidade P.A.N.. O futuro, futuro só podia ser, como diz Braga, o futuro aos bracarenses pertence". Passou-se à apresentação da ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ***PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO****. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da*

alínea c), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o ***Sr. Deputado da I.L.***, ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO***, *para salientar que: "Aqui, nesta Câmara, várias vezes referi a necessidade de termos urgentemente um PDM, é um instrumento da máxima importância para a nossa cidade. Efetivamente, é algo que pretende dar resposta a um maior problema da nossa cidade, a falta de habitação. Portanto, a cidade precisa urgentemente do PDM. Depois de uma fase de participação pública que realmente eu louvo, porque acho que foi uma participação como realmente deve ocorrer, com a participação dos cidadãos, tendo ocorrido em diversos espaços do município. Está na altura agora de termos e conhecermos a versão final do projeto. Passaram vários meses desde o fim do período de discussão pública. Tenho noção que há necessidade de fazer o relatório de ponderação. E a minha pergunta é mesmo esta, quando é que temos PDM? Eu julgava que pelo menos queria ter esse desejo de que ele estivesse cá fora antes das eleições. Pelo que me parece, não vai ser possível. Percebo que há essa resposta e foram inúmeras as participações efetuadas, mas gostaria que o Senhor Vereador nos indicasse aqui, pelo menos um prazo em que se preveja que o PDM esteja cá fora ou se, pelo contrário, serão tantas as alterações que teremos que ter uma nova participação pública em virtude das alterações que o mesmo vai ser sujeito. Este é um ponto. Outro ponto mais importante, que já foi aqui aflorado, recordo-me, há muitos anos, quando o PSD estava na oposição, uma das grandes críticas que se fazia ao executivo de Mesquita Machado, era a cidade do betão, a falta de espaços verdes. Ao longo destes doze anos, penso que o que o mandato de*

Ricardo Rio nos deixa, é exatamente a falta ainda de um espaço, de um grande espaço verde para a cidade. Para além disso, continuamos sem saber em que ponto é que estão as Sete Fontes. Quando é que teremos o espaço das Sete Fontes fruível pelos bracarenses? E tenho aqui que revelar, procuro percorrer a cidade nas suas diversas áreas de governação autárquica, e temos outro espaço verde que foi uma obra ainda de Mesquita Machado, que está, ao que me parece, ao abandono. Estou a falar do Parque do Picoto. As obras nesta cidade precisam de manutenção. O parque do Picoto precisa de manutenção. Precisa ser um espaço seguro para ser fruível pelos bracarenses. A minha pergunta é esta, para quando teremos efetivamente o Parque das Sete Fontes disponível e acessível aos bracarenses? Porque realmente é uma necessidade e uma necessidade que o mandato ao qual fazem parte achava que deveria ser uma mais valia para a cidade e que efetivamente não aconteceu". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para questionar o seguinte: "na última assembleia ordinária, eu vim aqui perguntar ao Senhor Presidente, porque é que um pedido feito por mim, através da Mesa da Assembleia não me tinha ainda chegado. Nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara ficou naturalmente perplexo, o que é natural, ele também não pode ter resposta imediata para as questões que são colocadas, a verdade é que eu compreendi a posição dele e esperei que até ao dia de hoje me fosse enviado o protocolo assinado entre o Senhor Presidente da Câmara e o Reitor da Universidade do Minho, para a construção do campo de futebol de Gualtar. E não me chegou, apesar de eu, no dia dezasseis de maio, após a reunião que houve em abril, na reunião ordinária, ter requerido novamente uma cópia desse protocolo, porque esse protocolo é a pedra de toque, para efetivamente a construção de um campo de futebol e de uma zona de lazer com cerca de trinta mil metros quadrados a norte da Universidade do Minho. E,*

portanto, não havendo esse protocolo assinado, apesar de a minuta ter sido aprovada em reunião de Câmara, não há obra nenhuma. E, apesar da encenação que houve relativamente à apresentação do campo de futebol, cujo valor será de três vírgula três milhões de euros, portanto, uma coisa muito bonita, foi muito publicitada, mas a verdade é que faltou, efetivamente, aquilo que é a primeira questão que tem que ser resolvida, que é o protocolo assinado. Porque nesse protocolo, para além de muitas coisas que já estão em incumprimento, há uma que também diz, que ao mesmo tempo que se faz o espaço desportivo, também tem que se fazer a zona de lazer. E essa também é a responsável da Câmara Municipal de Braga. E os três vírgula três milhões de euros não chegarão para as duas. Será preciso, possivelmente, se calhar, o dobro ou até mais. Mas não se pense, eu queria saber, dado que o Senhor Presidente da Câmara não está, mas queria saber, através do seu representante aqui, hoje, efetivamente, quando é que me fazem chegar esse protocolo e saber se realmente ele existe, ou não, assinado. Mas não se pense que eu venho aqui só por causa do campo de futebol, ou que a minha intervenção se apenas situa nesta questão. Muitas outras têm sido levantadas através da Mesa da Assembleia e não têm sido respondidas, e posso enumerar pelo menos três. Em doze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, entre várias questões, perguntei ao Senhor Presidente da Câmara, qual era o valor das taxas de compensação urbanística cobrada nos últimos cinco anos, qual era o valor e em que freguesias é que elas tinham incidido em termos de cobrança. Essa questão não me foi respondida. E porquê isto? Uma taxa de compensação urbanística serve para compensar aquilo que é retirado a uma freguesia em termos de área de equipamento e em área de espaços verdes. Portanto, a respetiva taxa deveria ser reinvestida na aquisição de terrenos que compensasse essa perda noutro local, naturalmente, mas que servisse os residentes. Não faz nenhum sentido que uma taxa

de compensação urbanística cobrada na freguesia, por exemplo, de Tadim, sirva para ir comprar terrenos na freguesia de Sobreposta. Não faz sentido. Quem ficou sem áreas de equipamento ou áreas verdes, foi a primeira freguesia. Essa questão não foi respondida, apesar de reiterada. E termino com esta também, gostava que depois o representante Senhor Presidente da Câmara respondesse a esta questão, ou que o fizesse nos próximos dias. Há uma outra questão ainda, a treze de junho de dois mil e vinte e quatro, pedi que me fossem remetidas cópias das atas da Assembleia Geral da AGERE nos anos de dois mil e dezanove a dois mil e vinte e três. Não me chegaram essas atas e elas eram importantes, porque estava naquela altura em discussão aquele famoso caso em que os privados da AGERE tinham colocado a Câmara em Tribunal e, portanto, eu gostava de saber o que é que se passou nessas assembleias gerais. Como não me responderam, eu tornei a enviar a nove de julho de dois mil e vinte e quatro, novamente o pedido, através da Mesa da Assembleia Municipal. Também não me chegou, mas estes são três casos, entre muitos outros que eu poderia aqui continuar a relatar. Mas vêm estes dois, só para ilustrar que aquilo que há um bocado aqui discutimos das recomendações, faz todo o sentido que tenha sido colocado Muitas recomendações, muitas perguntas não são respondidas ou não são reencaminhadas. E, portanto, de uma forma muito simples, eu gostaria que o Senhor Presidente, o seu representante, me dissesse se me vai enviar nos próximos dias as cópias dessas atas da Assembleia Geral da AGERE, para nós podermos, com maior verdade e com maior rigor, verificar o que é que se passou e fico a aguardar. Mas aproveito, para terminar, dizendo o seguinte: lembro-me, no passado, nesta Assembleia, que um distinto eleito municipal, de seu nome João Granja, rasgava as vestes e arrancava os cabelos pelo Presidente da Câmara, Engenheiro Mesquita Machado, às vezes, se calhar muitas vezes, não vir às reuniões. O que nós temos assistido, ultimamente, é que o atual

Presidente da Câmara, também não vem às reuniões. Portanto, está na hora do João Granja, pedir desculpa por aquilo que disse no passado, justificando por aquilo que hoje é feito pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio". O ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES*** *tomou o usou da palavra para responder às questões ora colocadas pelo orador anterior, tendo, para o efeito, referido que: "de forma muito sucinta, e respondendo aqui ao último repto do Senhor Deputado, e não querendo estar eu a tomar a defesa do Senhor Presidente da Câmara, que de facto cá não está, porque está em serviço fora do país, e não querendo estar, eu também a faltar ao respeito por quem já cá passou e acreditem, principalmente depois de passarmos pelos lugares onde vamos passando, vamos ganhando respeito por pessoas que, se calhar, em tempos achávamos que nunca o iríamos ganhar, e é o caso do antigo Presidente Mesquita Machado é um desses. Portanto, é uma pessoa que eu respeito muito, mas não vamos comparar, por exemplo, o último mandato do anterior Presidente de Câmara, em que não compareceu a uma Assembleia Municipal. Repito, durante o mandato, entre dois mil e nove e dois mil e treze, o anterior Presidente de Câmara não participou numa Assembleia Municipal. Eu repito, respeito imenso a pessoa. Respeito imenso o seu legado. Acho é que comparar o incomparável, é manifestamente audacioso, no mínimo. Do ponto de vista e relativamente ao Plano Diretor Municipal, ainda bem que sobretudo o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, cá levantou o assunto, porque permite-me mais do que lhe dar resposta a ele, com o devido respeito, dar uma resposta ao Partido Socialista. É porque, claramente, quem anda a escrever o livro ao Partido Socialista não deve olhar para uma norma de planeamento, possivelmente desde o ano de dois mil e nove e, portanto, a mensagem que tem passado, é uma mensagem completamente errada. Chamar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão*

ficções urbanísticas, é não fazer a mínima ideia, e repito com todas as palavras, é não fazer a mínima ideia do que é o planeamento em dois mil e vinte e cinco, porque todos os municípios, todos os territórios, a terem algum crescimento urbanístico, será por certo, através deste tipo de instrumento. Repito, quem a três meses de eleições, quem depois de uma discussão pública do Plano Diretor Municipal, tão acesa como foi a nossa, depois de tantos debates que tivemos acerca do Plano Diretor Municipal e da sua revisão, vir a uma Assembleia Municipal e dizer que uma Unidade de Planeamento e Gestão que é uma ficção urbanística, vou dizer para a terceira e última vez, é não fazer a mínima ideia daquilo que se está a falar e daquilo que se está a dizer. De resto, foram aqui ditas outras inverdades. Foi dito que a Câmara de Braga não tem programa de arrendamento acessível, quando a Câmara de Braga foi das primeiras do país a ter um regime de arrendamento acessível. Foi dito que é preciso apostar nas cooperativas e eu relembro que, no âmbito do Primeiro Direito, o único município do país que viu reconhecida a sua Estratégia Local de Habitação um plano para uma cooperativa, designadamente a ECG, foi o nosso. Somos o único no país. Queremos que houvesse mais cooperativas. Há uma, essa cooperativa, neste momento, já garantiu sessenta por cento do financiamento para a construção das habitações. E, portanto, se ouvirmos aquilo que aqui foi dito pela Senhora Deputada do Partido Socialista, das duas uma, ou vivemos em mundos diferentes ou, de facto, não se sabe do que é que se está a falar. Eu recomendava que estudassem melhor o dossier, que é um dossier denso, de facto, mas confesso a minha estupefação, quase, por ouvir em toda uma intervenção acerca de um assunto que tem tanto de técnico como político, erro atrás de erro, inverdade atrás de inverdade, e eu ficaria aqui quase o dia todo a explicar ponto por ponto, não tenho esse tempo, nem me compete a mim estar a fazer esse trabalho. Mas, repito, quem está a preparar este dossier do Partido Socialista, que

arrume os livros de dois mil e nove, e que pegue nos livros de dois mil e vinte e cinco, porque manifestamente não está a fazer bem o trabalho. Depois, relativamente à habitação acessível, mais uma vez, erra-se, porque o novo Plano Diretor Municipal prevê a construção e a obrigatoriedade de construção de habitação acessível numa série das UOPG's. Mas lá está, quem acha que as UOPG's são ficções e depois não consegue perceber que a habitação acessível está prevista no Plano Diretor Municipal, designadamente, e no mínimo, para já, com quarenta e cinco hectares de construção, o que à média de trinta metros quadrados por pessoa na área da habitação, há-de disponibilizar à habitação para mais ou menos vinte mil habitantes. Deixem-me dizer-vos, e aqui assumo eu a minha humildade ou a minha fraqueza, ao contrário, se nós, durante a vigência deste Plano Diretor Municipal, conseguirmos construir habitação acessível para vinte mil pessoas, seja eu, seja outro o Presidente de Câmara, essa pessoa estará de parabéns, porque bateríamos um recorde a nível nacional. Estaríamos certamente nos melhores rankings europeus de promoção de habitação acessível. Eu repito, este Plano Diretor Municipal prevê, ao contrário do que de forma simples e singela, foi dito aqui de que não previa, isso é falso. Prevê a obrigatoriedade. E mais, prevê, nos casos em que não há obrigatoriedade, que os promotores urbanísticos tenham vantagens e tenham aumentos de índice se de facto desenvolverem habitação acessível. Relativamente à data do Plano Director Municipal, nós de facto tivemos muitas participações e eu quase que arriscaria dizer que estava a ser eleitoralista em aprovar o PDM antes das eleições, porque o PDM das perto de três mil participações públicas que foram feitas, setenta e cinco por cento delas foram atendidas pela Câmara Municipal. E, portanto aqui, entre os que ficam chateados e os que ficam contentes, nós estávamos manifestamente à frente e, portanto, podemos aproveitar isto do ponto de vista eleitoralista, da melhor forma possível e

imaginária. Agora, nós achamos que devemos fazer mais e, portanto, nós neste momento, não conseguimos ter a certeza se conseguimos ou não aprovar o Plano Diretor Municipal antes das eleições, mas não é pelo trabalho não estar feito. O trabalho está feito e está bem feito. Como disse há pouco o Senhor Deputado João Marques, nós somos o único, e eu vou repetir porque, às vezes, não temos noção do que conseguimos, conseguimos todos. Conseguem os técnicos do município, os políticos, o próprio desenvolvimento da cidade, não nos últimos anos, mas nos últimos cinquenta anos, tudo isto nos deu motivos e nos deu fundamentação para termos um crescimento da área urbana. Repito, primeiro somos o primeiro que vai crescer, ou melhor, o único que vai crescer. E depois que vamos crescer vinte e cinco por cento, ou que temos um incremento de vinte e cinco por cento da área urbana. E portanto, como devem imaginar, para mim era altamente confortável, neste momento, aprovar o Plano Diretor Municipal e permitir que as pessoas que vão ter este ganho, o pudessem ter antes das eleições. Mas nós queremos fazer mais do que isto, é que nós, de facto, como fizemos e como abrimos um período de discussão pública muito grande e muito participado, tivemos quase duas mil participações só naquele período de discussão pública oficial, nós achamos que há muitas dessas participações que, de facto, têm cabimento, no entender da Câmara Municipal, naquilo que deve ser solo urbano, mas que tem de ser alvo de alguma negociação, que não uma negociação completa, obviamente, pode ser uma negociação de uma tarde ou duas de uma semana, não sei com as entidades, e são mais de metade dos casos, que nós acreditamos que os conseguimos tornar em solo urbano, quando não estão na proposta apresentada, e nós queremos insistir nesses casos, porque achamos que a cidade tem direito, que as pessoas têm direito e que nós temos esse dever de garantir, quando a situação é justa, é necessária e adequada, que determinado solo deve ser urbano. E, portanto, eu não estou

preocupado se se aprova o PDM antes ou depois das eleições. Eu estou preocupado é que o PDM consiga o maior aumento urbano possível para o nosso território, que é manifestamente aquilo que nós necessitamos. Relativamente às Sete Fontes, posso dar-lhe uma noção do ponto em que estamos ao longo do cumprimento do plano de urbanização, temos marcada a primeira escritura pública da área de cedência do primeiro alvará de loteamento, agora para o início de julho e, depois, relativamente aos espaços verdes, mais uma vez, volto ao PDM e convidava-os todos a conhecerem o PDM e perceberem o que é que o Plano Diretor Municipal, que está aí mesmo à porta, prevê a esse nível. Nós prevemos e reservamos já cinquenta hectares de solo entre as freguesias de Dume e de Frossos para um grande parque da cidade. Nós tiramos toda a capacidade construtiva para fins privatísticos nos dezasseis quilómetros de Rio Cávado, mas com capacidade construtiva para equipamentos que possam ser usados por todos. Nós reservamos solo na Quinta da Arcela, que há anos que se falava da questão da Quinta da Arcela. O que é certo é que se falava, falava, falava e nós, finalmente, resolvemo-lo. O parque junto à zona industrial de Lomar e muitos outros. E depois toco aqui num outro aspeto para se perceber, e quando falamos das UPG, claramente já percebi, que há gente que não sabe o que isso é, nós neste momento, o índice de cedências é de um por um. Portanto, cada metro quadrado de construção dentro de uma unidade operativa de planeamento e gestão, vai-nos dar direito a ter um metro quadrado de solo público que, mais uma vez, é coisa que, infelizmente e ao contrário daquilo que as pessoas acham, escasseia. O Município, neste momento, é detentor de muito, muito poucas parcelas consideráveis e com capacidades de lá se desenvolver alguma coisa, e este PDM também vem resolver isso. Nós, só em unidades de planeamento e gestão, temos mil e quatro hectares. Para que se tenha uma noção do que se está a falar, estamos a falar de um quarto, eu sei que o concelho do Porto é pequenino, mas um

quarto do concelho do Porto. Portanto, se nós conseguirmos, e não vamos conseguir certamente, utilizar e fazer com que todas as unidades operativas de planeamento e gestão tenham um fim, mas se conseguíssemos, no limite, significava que tínhamos quinhentos hectares de solo público para efeitos privatísticos de uma vez por todas, coisa que eu acho que nunca nenhuma entidade pública, dentro deste território, seja ela civil, desde a Câmara Municipal, seja ela eclesiástica, quando era o Arcebispo que mandava na cidade, de facto, teve. E, portanto, temos um manancial de oportunidades pela frente enorme, que devem ser aproveitados, mas que devem ser bem aproveitados, porque também não tenhamos qualquer receio, e aqui, em parte, dou razão àquilo que disse o Senhor Deputado do PAN, este instrumento permite-nos fazer o melhor, mas se for entregue nas más mãos, permite-nos fazer o pior. E nós cá estamos para que este Plano Diretor Municipal possa ser utilizado para se poder fazer o melhor, que é isso que julgo que as pessoas pretendem, que é isso que nós todos pretendemos, mas nem todos temos o entendimento acerca daquilo que é o melhor, como de resto ficou manifestado, quer pela intervenção da Deputada do Partido Socialista, quer agora pelos esclarecimentos que eu acho que consegui dar nesta intervenção". O ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *disse, do lugar, que era uma descortesia do Sr. Presidente da Câmara não responder. O* ***SR. VEREADOR DA CÃMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES*** *retomou o uso da palavra para dizer que: " Eu sei que não gostou de ouvir aquilo que eu vim cá dizer mas, de facto, tenho que lhe dar essa resposta. São perguntas que tem que fazer ao Senhor Presidente da Câmara, são competências diretas dele. Digo-o de forma simples, não sei, é ele que sabe e ele é que tem que lhe responder. Mas não se sinta ofendido por isso. Então se está aceite, está a fechado o assunto".* ***PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIOS DA***

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS RELATIVOS AO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (PARA CONHECIMENTO). *Para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, apresentam-se os Relatórios de Gestão e Contas do ano de dois mil e vinte e quatro das Empresas Municipais: Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; Faz Cultura - Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.; TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.; AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. e SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas.*

PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS RELATIVOS AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (PARA CONHECIMENTO). *Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os Relatórios de Execução Orçamental das Empresas Municipais, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, relativos ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco: a) - FAZ CULTURA – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.; b) - IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; c) - TUB-EM – Transportes Urbanos de Braga; d) - AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; e) - BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.. Os mencionados documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O* ***Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA*** *usou da palavra para salientar*

que: "Feita a análise dos relatórios da prestação anual de contas das empresas municipais, o Grupo Municipal da CDU trás à reflexão dos membros desta Assembleia, os dados constantes no relatório de contas da AGERE, na sua página sessenta e nove, qual número que nos reporta para outras matérias, mas avancemos, nesta página sessenta e nove, verificamos que dos trinta e cinco milhões de euros previstos investir em dois mil e vinte e quatro, dos quais vinte e um milhões de euros correspondiam ao investimento da construção da ETAR do Este e respetivo Emissário, apenas se investiu quatro vírgula um milhões de euros em dois mil e vinte e quatro, ou seja uma taxa de execução de onze vírgula setenta e dois por cento! Uma execução muito abaixo do previsto e que coloca a nu a dificuldade do executivo e das empresas municipais de realizar obra, e assim concretizar o que se propunham! Obra esta, a ETAR do rio Este, essencial para diminuir a atual pressão sobre a ETAR de Frossos, que está a funcionar acima das suas capacidades, pois é do conhecimento de todos que a ETAR de Frossos estava dimensionada para uma Braga uma população de cem mil habitantes e nos últimos anos a população duplicou, cifrando-se nos duzentos e três mil habitantes. Os moradores de Frossos e freguesias vizinhas são quem mais padece por esta situação se arrastar e os maus odores e descargas no rio Torto/ ribeira de Panóias são a parte mais visível deste problema que tarda em se resolver. Quanto ao resultado líquido de cinco vírgula oito milhões de euros, reiteramos a proposta nunca esgotada da CDU, de remunicipalizar na totalidade a AGERE, sendo que com esta medida o município ficaria a ganhar, os cidadãos de Braga ficariam a ganhar. Atente-se a posição do executivo na remunicipalização do estacionamento pago à superfície e na gestão dos campos de futebol com relvados sintéticos. Era de esperar a mesma coerência e a mesma linha de ação para a AGERE, mas tal não veio a acontecer, contrariando mesmo declarações do Presidente da Câmara de Braga, quando em período

eleitoral das anteriores autárquicas em dois mil e vinte e um, não colocava de fora essa hipótese. Braga e os seus cidadãos sentem que este executivo de Ricardo Rio podia ter terminado o seu ciclo de doze anos, pelo menos, com este assunto bem resolvido. Do relatório de prestação anual de contas da BragaHabit, valorizamos a reabilitação dos Bairro das Andorinhas e Enguardas. A resolução do problema habitacional da Comunidade de São Gregório prevê-se iniciar a construção de dez frações, mas no concreto ainda não se resolveu, talvez em dois mil e vinte e seis, imagem de marca deste executivo. Também no que refere à aplicação de verbas do PRR para a Habitação, a medida seis - Aquisição de frações habitacionais para arrendamento e Construção de novos edifícios com terrenos do município e com aquisição de terrenos, os números são minimalistas treze fogos para arrendamento e trinta e três fogos para construção nova. Muito pouco conseguiu Braga do envelope financeiro do PRR para a habitação. Infelizmente, Braga, é das autarquias que menos tem beneficiado do PRR nesta matéria. Convido-vos a consultar o site "recuperar Portugal.gov" e só para que saibam os valores atribuídos e aprovados aos municípios totalizam dois vírgula trinta e dois mil milhões de euros: Sendo que Lisboa tem aprovados duzentos e oitenta e quatro milhões de euros; Oeiras com cento e cinquenta e três vírgula noventa e seis milhões euros, Setúbal cento e trinta e quatro vírgula noventa e quatro milhões; Matosinhos: noventa e um vírgula zero dois milhões euros e Braga fica-se pela residência universitária (vinte e cinco vírgula cinco milhões de euros) e pelos quarenta e seis fogos elencados no relatório da BragaHabit...é pouco, muito pouco para o que se esperava deste executivo municipal. Braga deixou, há muitos anos, de ser a cidade do país, mais barata para morar e passou a estar no ranking das cidades com os preços mais altos da habitação. É proibitivo ao cidadão comum, aos jovens, aos futuros casais à procura de casa para constituir família, habitar em

Braga. Muitos buscam concelhos vizinhos para morar e depois vêm trabalhar para Braga, sujeitos aos custos de deslocação e à penosa demora num trânsito infernal, para chegar ao seu posto de trabalho... A CDU continuará a escrutinar o trabalho deste executivo e das empresas municipais e a apresentar propostas de valor acrescentado para que Braga seja uma cidade melhor para viver e melhor para trabalhar!". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para, antes de entrar naquele ponto, dizer que: "Permitam-me antes de entrar neste ponto, até porque não estive na anterior intervenção, dar os parabéns à AD, pela vitória nas eleições. Dar também os votos de bom mandato aos Deputados eleitos, especialmente aos Bracarenses que fazem parte desta Assembleia. Em relação ao Senhor Deputado do Partido Comunista, faz-me, às vezes, impressão, e tenho que confessar isto, quando nos relacionamos alguns temas de Braga que, para bem ou para mal, é uma falta de visão nacional, uma falta de conhecimento daquilo que é o país, quando afirma, Braga é uma das cidades mais caras. Senhor Deputado, peço-lhe desculpa, conheço bem Braga, Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra, Leiria, e Braga é a cidade mais barata destas todas. Habitação, alimentação e muitas outras coisas, para não falarmos de trânsito. Nós podemos até fazer as afirmações e fazer as afirmações com algum ímpeto, mas os factos desmentem-nos isto. E desmentem-nos isto no Idealista ou num dos sites que nos dão esta informação. Para além disso, já foi aqui também referido, o crescimento dos outros factores, mesmo assim, em algumas das dimensões, é superior a estas cidades. No caso da habitação, não é verdade aquilo que o Senhor Deputado aqui disse, e solicito que se tiver uma correção, que a faça. Depois, em relação às Empresas Municipais, eu vou ser bastante curto, até por haver outras intervenções, mas há uma das empresas que, de facto, até como gestor, dá-me um especial orgulho de falar nela e, por isso, esta intervenção das Empresas*

Municipais que, de uma forma geral todas elas apresentam resultados que nos devemos orgulhar, que é o bom rigor da gestão, é o bom seguimento daquilo que são as receitas cobradas aos cidadão, mas os Transportes Urbanos de Braga, realmente acho que é daquelas empresas, que se quiséssemos colocar algo como marca da mudança, esta empresa seria por si só suficiente. E, de facto, a TUB é hoje um verdadeiro exemplo de boa governação, de visão estratégica. Lembremo-nos quando íamos atrás de um autocarro que tínhamos, por vezes, que parar o carro, porque o fumo era tal, que nós deixávamos de ver. Isto aconteceu-nos, se calhar, a muitos de nós. De um serviço público que coloca os cidadãos em primeiro lugar. E isto não é uma opinião - é um facto. É o próprio Conselho de Administração da TUB que afirma, e passo a citar, que acho isto extremamente interessante: "A soma dos resultados positivos ao longo destes onze anos, permite-nos avançar com a excecional informação de que a empresa hoje não só cobriu os resultados transitados negativos, superiores a sete milhões de euros, em dois mil e treze, como alcançamos resultados transitados positivos em mais de um milhão de euros." Estamos a falar de um setor que, durante este período, que atravessou a pandemia e atravessou outras crises, foi um setor que atravessou inúmeras dificuldades e vejam os valores que são injetados nas Empresas Públicas de Transportes e vejam aquilo que foi feito nos TUB. Por isso, quando nós ouvimos atrás, a Senhora Deputada do Partido Socialista a falar em barraca, aquilo que eu lhe diria é a barraca foi a gestão da TUB, de uma empresa que estava sufocada financeiramente, com mais de sete milhões de euros em resultados negativos. Hoje, graças à liderança da coligação Juntos por Braga, não só essa herança foi invertida, como se construiu um futuro sustentável - com um resultado positivo, acumulado de mais de um milhão de euros. Estes resultados não são obra do acaso. São fruto de uma governação estável, competente, comprometida com os

bracarenses e com a modernização da cidade. Apostou-se na descarbonização, na inovação, no serviço público e na dignidade dos trabalhadores, e este é um aspeto que eu acho que também fica bem patente na gestão. Fez-se o que era preciso fazer - e fez-se bem. Parabéns à TUB, administração, trabalhadores, utentes, que são mais, tal como no São João é barraca, mas cada vez mais temos pessoas no São João e a TUB também anuncia mais utentes e isso é positivo. É, por isso, que defendemos com convicção a continuidade deste caminho. Braga deve manter ao volante da mobilidade urbana a quem conduziu a rota certa". A palavra foi dada ao ***Sr. Deputado do P.S.***, ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA***, *para destacar o seguinte: "Mais uma vez gostava de dizer, como faço sempre, que aqui venho falar dos relatórios das Empresas Municipais, que as Empresas Municipais desempenham um papel fundamental na qualificação dos serviços a prestar aos bracarenses. E é nessa análise que o Partido Socialista, de forma responsável, perscruta tudo o que pode, no sentido depois, com verdade e responsabilidade, vir aqui de forma positiva, contribuir muitas vezes na crítica, para aquilo que pode ser também a melhoria dos serviços, ou não. Dizer que esta forma de análise poderia ser substancialmente mais positiva e mais qualificada se, no futuro, a Assembleia Municipal pudesse evoluir no sentido não só de termos um espaço físico com espaços físicos para trabalhar, mas também, a exemplo do que acontece não na quantidade de outros municípios, mas termos recursos humanos que nos apoiem muitas vezes na nossa análise e na nossa proposta. Aliás, na última reunião da Comissão de Urbanismo e Planeamento, Proteção Civil, Trânsito e Ambiente, foi dito por todas as bancadas lá representadas que efetivamente, é preciso dar um salto qualitativo. Portanto, é uma exigência, não deste mandato, mas fica aqui também para o futuro, porque quanto mais qualificada for a intervenção, quanto melhor for escrutinado aquilo que é feito, acho que um bom governo do município*

só tem a ganhar com a boa oposição, com a oposição bem informada. Gostava de dizer que na análise que vou fazer, irei juntar quer os relatórios do ano de dois mil e vinte e quatro, de forma muito suave, porque nós quando viemos aqui fazer a análise dos relatórios do quarto trimestre, estes, de forma cumulativa, já transmitiam aquilo que veio agora o relatório dizer com uma exceção, com a empresa Faz Cultura que, efetivamente, baralhou lá alguma informação, tendo em conta quer o relatório do quarto trimestre, que é o relatório acumulado, quer aquilo que também é dito pelo Revisor Oficial de Contas e baralhou alguns números. O resto eu direi que segue tudo aquilo que o Partido Socialista disse na reunião onde foi analisado o quarto trimestre dos relatórios de dois mil e vinte e quatro. Começando a minha intervenção pela InvestBraga, eu não me vou referir a dois mil e vinte e quatro. A sua gestão, como soubemos, atingiu até percentagens de cento e dois por cento, mas estamos a falar de execuções económico-financeiras para dois mil e vinte e quatro. Isso é o que interessa. O Partido Socialista olha em frente e o que interessa é que o relatório do primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco é que nos dá a noção daquilo em que nós estamos neste momento, se calhar já com um atraso de três meses, como iremos ver mais à frente. Irei fazer, de vez em quando, algum reporte a dois mil e vinte e quatro, mas nalgumas empresas nem sequer o farei. Farei mesmo só a análise do primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco. E então, o que é que acontece? A InvestBraga, teve uma execução de receita no valor de oitocentos e setenta mil euros, que correspondeu a uma execução de setenta e oito por cento, e na despesa de seiscentos e oitenta mil euros, que correspondeu a sessenta e oito por cento. É evidente que apresentam como questão para esta diminuição, o facto da Feira Agropecuária, que é a feira de maior nome naquilo que é o seu trabalho, se realizar no segundo trimestre e não no primeiro, o que quer dizer que tudo aquilo que seria uma receita e uma despesa, vai-se refletir

no segundo trimestre. Portanto, é essa a razão que apontam que está naturalmente correta. O subsídio à exploração também foi de cento e quatro mil euros. Estamos a falar também no período do primeiro trimestre, e todos sabemos que o subsídio de exploração anual é de quatrocentos mil euros. E porque é que eu trago este número aqui? É porque a administração da InvestBraga faz sempre questão de dizer que com o dinheiro que fazem nas outras atividades, nomeadamente na Pousada de Juventude, nas feiras, exposições, etc, etc, subsidiam a Startup e a dinamização económica e a atração ao investimento. E dizem isto como se isto funcionasse de forma espartilhada e que os quatrocentos mil euros do subsídio à exploração não chegariam para manter isto. Portanto, acho que existe aqui até alguma sobranceria por parte da administração, no sentido em que parece que as quatro atividades principais da InvestBraga não fazem parte de um todo. Naturalmente, algumas são deficitárias e, por isso, são cobertas pelo subsídio à exploração. De qualquer forma a InvestBraga, até porque tenho um ponto mais à frente, também começa a esgotar aquilo que é a sua atividade e aquilo que é a sua evolução e precisa efetivamente de repensar e tratar de questões mais atuais com aquilo que é também a atividade empresarial e onde, naturalmente, eles se sentem à vontade e até têm experiência, e é bom que se diga isto. De qualquer forma, há aqui algum desgaste e aquilo que muitas vezes se diz da criação de emprego, a criação e a atração de novas empresas, é preciso redobrar o esforço, porque vivemos tempos mais complicados. Passando depois à BragaHabit, e gostava de dizer que há um bocado aqui foi dito que, nos últimos tempos do Partido Socialista, eram emitidas algumas centenas de licenças, o que não corresponde rigorosamente à verdade. Mas éramos acusados de construir uma cidade de betão. De sermos acusados de termos vinte mil fogos devolutos, vejam bem, em dois mil e treze. E chegados aqui a dois mil e vinte e cinco, não há habitação. O que é que aconteceu?

Será que este Executivo Municipal andou a dormir, como se costuma dizer, e não previu que efetivamente era preciso ter capacidade, dar capacidade construtiva para que houvesse sempre disponibilidade de fogos? Porque depois as leis de mercado funcionam, ou seja, se houver muita oferta, realmente a procura vai ver baixar os seus preços e, portanto, daí que houve aqui alguma coisa que não correu bem. Ou seja, descuraram, fiaram-se nos vinte mil fogos. Não havia nada vinte mil fogos, havia alguns fogos, alguns milhares, mas não eram tantos como diziam, porque lhes interessava a narrativa do betão. Mas vamos à BragaHabit, com um orçamento de seis milhões para dois mil e vinte e cinco, efetivamente fez uma execução de receita na ordem dos vinte vírgula sete por cento e de dezasseis vírgula cinco por cento de despesa. Em termos de PPI, que é o que interessa, porque é preciso sempre olhar para a frente, efetivamente, está com um investimento muito fraco no primeiro trimestre, investiu apenas setecentos e setenta mil euros, que corresponde efetivamente a oito por cento. Ou seja, há aqui, e os números não enganam, estamos a falar do primeiro trimestre, um decréscimo, naturalmente, não por vontade do administrador, nem por vontade da Câmara, é que eu aqui e o Partido Socialista é responsável e sério, é que temos uma administração central, através do IHRU, que não funciona. E quando no passado se queixavam, pelo menos funcionava, havia mais disponibilidade, havia mais acerto, e o que temos hoje é um atraso significativo, quer queiramos, quer não. E isto é verdade. Há um ano, ou há mais de um ano, que a BragaHabit começa a ter este problema, e não é por culpa da administração da empresa. É porque efetivamente nós vemos que deixou, pelo menos na prática, na teoria existe, mas na prática deixou de haver esta vontade de responder. Não gostei de ouvir, há um bocado, o Senhor Vereador aqui a dissertar sobre a questão das UOPG's. Nós já discutimos aqui algumas. Todos nós temos a noção, e temos a noção de uma coisa Senhor Vereador, é que as

UOPG's onde a Câmara irá interferir, possivelmente até se poderão concretizar, nas outras eu tenho sérias dúvidas, tenho muitas dúvidas e mesmo naquelas, se houver desequilíbrios, também naturalmente, isto poderá não acontecer. Mas não é bonito o Senhor Vereador que há quatro anos trabalha esta área, vir aqui e tentar, de forma espartilhada, aproveitar-se de uma declaração política para justificar um PDM que efetivamente poderá não resolver aquilo que é a expetativa criada junto dos bracarenses. E eu já digo, poderá não criar. E, portanto, recomenda a sensatez que não embandeiremos em arco, porque há muita coisa que vai ter que ser repensada para que as coisas se façam de forma assertiva. E basta ver como é que estão feitas as manchas, como é que estão feitos os equilíbrios também e, portanto, não vale tudo, vir aqui e, sobretudo, tentar vir aqui, eu não direi humilhar, mas tentar dar assim uma de, permita-me o termo, campeão, porque é muito fácil quem trabalha nisto todo o dia, vir aqui, para quem, muitas vezes, sem as condições que uma Assembleia devia dar, alertar para situações que onde a especificação técnica não lhe diz respeito. Passando depois à Faz Cultura, com um orçamento de nove milhões de euros, com uma execução de vinte e três vírgula sete por cento e dois vírgula dois milhões de euros, em termos de receita, com uma despesa de um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros, ou seja, dezasseis por cento para o primeiro trimestre, e relativamente a vinte e quatro vou já a seguir, porque os números também dizem muito. As palavras são capazes de dizer muita coisa, mas os números dizem mais. E comparemos uma despesa que corresponde a dezasseis por cento, um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros, para um orçamento de nove vírgula um milhões de euros, para percebermos que no primeiro trimestre não poderia ter sido feito muita coisa. Mas os números que a Faz Cultura nos apresenta são astronómicos, e eu direi que nem sequer nos fazem perceber isto. É que no primeiro trimestre houve quinhentos e sessenta mil espetadores, quinhentos e

quinze mil dos quais em dezasseis exposições, para quem só gastou dezasseis por cento. Só que é preciso, às vezes, analisar mais fino. E o que é que acontece? Acontece é que as exposições, algumas delas, aconteceram em sítios muito elucidativos. Por exemplo, no Bragaparques, ou seja, quinhentos e quinze mil espetadores nas dezasseis exposições, quem ia ao Bragaparques, mesmo que fosse comprar mercearia, acabava por ser efetivamente um espetador da exposição. Portanto, somavam tudo e isso atingiu duzentos e oitenta por cento, vejam bem. Em três meses triplicou aquilo que estava previsto para o ano inteiro. Se calhar, não sei se foi junto também ao número de espetadores, o número de pessoas que andavam nos autocarros, porque também havia espetáculo no autocarro, e também havia espetáculos para quem passava na rua. Ainda noutro dia passei à meia noite, junto de um quiosque, e estava lá a dar uma música pimba, até de mau gosto, e possivelmente eu fiquei lá registado como espetador, porque possivelmente contam tudo. Ou seja, nós temos que ser muito sérios e a seriedade vai também nas contas de dois mil e vinte e quatro. Nas contas de dois mil e vinte e quatro, o que bate a cara com a careta, é apenas o resultado líquido que foi de noventa mil euros, o resto não bate certo. Não bate certo o quê? O número de espetadores. No quarto trimestre, cumulativamente, referem cento e trinta e três mil e, agora, no relatório de dois mil e vinte e quatro, referem cento e oitenta mil. Nas contas, referem seis vírgula cinco milhões de euros no quarto trimestre, o que é reforçado pelo ROC com uma execução de setenta e quatro por cento, e na despesa de seis vírgula um milhões de euros, que dá setenta e dois por cento, confirmado também pelo ROC. Só que no relatório apontam para cinco vírgula seis milhões de euros na receita, e diz que foi executado em noventa e três por cento, e na despesa cinco vírgula quatro, dizendo que executaram noventa e dois por cento. Portanto, não batem as coisas umas com as outras. E basta olhar para os números para percebermos que, se a

despesa foi de dezasseis por cento e realizaram três vezes mais ou tiveram três vezes mais espetadores do que aquilo estava previsto para o ano inteiro, há aqui qualquer coisa que não bate bem e a seriedade dos números é muito importante. A estatística dos números é muito importante também. Eu não quero com isto desvalorizar o trabalho, mas quero que efetivamente haja rigor naquilo que se diz e naquilo que se faz. Porque efectivamente, e apesar dos relatórios terem algumas gralhas, que nós percebemos, a verdade é que isto não acontece. Gostaria de ir àquilo que é o amor do José Carlos Vaz, os Transportes Urbanos de Braga. Os Transportes Urbanos de Braga fecharam com o resultado líquido negativo de dois vírgula dois milhões de euros, depois de no ano anterior terem tido um resultado líquido do ano positivo de cinco vírgula quatro milhões de euros. Mas, enquanto eu justifico porque é que isso acontece, seria bom que o Senhor José Carlos soubesse é que um vírgula dois milhões de euros, é o que é devido pelo "Incentiva mais" do ano passado, e um vírgula cinco milhões de euros, é daquele que é devido no primeiro trimestre que ainda não foi transferido, o que quer dizer que se isso fosse feito, até teria um resultado líquido positivo de quinhentos mil euros. Até eu estou a defender aqui os Transportes Urbanos. Isto para dizer o quê? Os Transportes Urbanos vivem um momento muito bom, porque tiveram a partir da gestão do Partido Socialista, uma preocupação ambiental muito grande, um reforço na questão do transporte público, na gratuitidade e, portanto, o "Incentiva mais", como foi o "PROTransP", vieram dar muito dinheiro aos Transportes Urbanos. Também o estacionamento à superfície, que registou no final de dois mil e vinte e quatro, um vírgula seis milhões de euros, veio reforçar muito mais. Aliás, os Transportes Urbanos, em termos de receita corrente, cobraram neste trimestre doze vírgula três milhões de euros, que corresponde a catorze por cento do seu orçamento, mas que corresponde a quarenta e oito por cento da receita corrente, mas é tudo serviços prestados. E a

quem? À Câmara, School bus, que nós sabemos que não é gerido com muito rigor, sob o ponto de vista, e percebe-se, já aqui justifiquei, e é perceptível e, portanto, serviços prestados, doze vírgula três, praticamente, num orçamento de oitenta e seis milhões de euros, sendo que a receita corrente é de vinte e nove milhões de euros. E os outros cinquenta e sete, são de receitas de capital. Receitas de capital para quê? Receitas de capital para a construção do BRT. Portanto, no primeiro trimestre, nós não tivemos investimento nenhum no BRT, nem em nada que se assemelhe àquilo que é esse desiderato deste município. E, sobre o BRT, eu gostava de dizer mais alguma coisa. É que, tal como disse na última Assembleia Municipal, nós corremos o risco, e eu que fui um entusiasta, porque percebo que era preciso criar uma estrutura, uma espinha dorsal do transporte público, que obrigaria, depois, à criação de parques de estacionamento, que depois se revisse todo o sistema de transportes no concelho, a verdade é que, como eu disse da outra vez, ele, depois de ter ficado coxo, com o desaparecimento da linha amarela, está a ficar paralítico, porque vai andar mal. E agora, e percebe-se isso perfeitamente, está a transformar-se numa fava, naquilo que ninguém quer, naquilo que sai no bolo rei, que toda a gente empurra. E, apesar de termos, na semana passada, a notícia, ou esta semana, do concurso para a conceção e execução, a verdade é que, se correr bem, poderemos vir a ter obra só em dois mil e vinte e seis, e o PRR, caso não seja revisto, vai ser uma chatice. Portanto, o BRT é um desiderato, é algo que que está-nos a desaparecer às mãos, e eu sinceramente, vejo mesmo que começa a ser empurrado. Parece um filho que não foi querido e que começa a ser desviado, um bastardo que começa a ficar bastardizado realmente. E, portanto, esse é um motivo de preocupação, porque deveria haver já alguma coisa, e não há. E, agora, estamos já no segundo trimestre, o BRT, enquanto grande projeto deste município, que já contava só para a linha vermelha com setenta e cinco milhões de euros, acaba por

ter naturalmente este problema. Mas já o ano passado, o investimento foi muito fraco, foi de nove vírgula sete por cento, durante todo o ano e, portanto, estamos aqui com um problema muito grave, que é preciso que seja aqui dito, porque é preciso que todos reflitamos nisto e possamos reorientar, ou então apostar definitivamente e ir em frente, mas isso compete aos decisores políticos. A nós, oposição, compete vir aqui dizer. Por último, e passando à Agere, para terminar, porque me parece que a Agere merece que se diga alguma coisa, a Agere aponta como grande acontecimento deste trimestre, o lançamento da primeira pedra do Emissário, mas não fala na aquisição do terreno necessário para a construção da ETAR, curioso. Por outro lado, também não fala na questão da recolha dos biorresíduos, naquilo que deve ser o seu alargamento a todo o concelho, naquilo que foi uma política que começou a ser divulgada, consertada, executada, como uma experiência piloto, mas que nunca passou disso. E, portanto, continuamos com essa questão que é preciso também resolver. Eu sei que as datas obrigatórias foram consecutivamente adiadas. Por outro lado, também nunca é dito nada relativamente à Braval. A Braval é uma âncora, sob o ponto de vista ambiental, de sustentabilidade, de inovação, de sensibilização para as questões de natureza ambiental. Mas também não é dito nada, porque mudámos de um sistema intermunicipal, para um sistema multimunicipal onde, naturalmente, a Agere vai ter um papel importante. E, portanto, eu gostaria de dizer que a Agere está, como já aqui foi dito pelo João Baptista, com um investimento muito fraco, dos quarenta e dois milhões de euros previstos no PPI, investiu apenas, no primeiro trimestre, um vírgula oito milhões de euros, que corresponde a quatro vírgula três por cento. O ano passado, como ele disse, e bem, a execução foi de doze por cento, de quatro vírgula um milhões de euros, em trinta e cinco milhões. Ou seja, o PPI passou de trinta e cinco para quarenta e dois, mas as execuções são cada vez mais fracas. E

vejam bem, o ano passado o custo previsto para o Emissário e ETAR era de vinte e um milhões de euros, e este ano é de vinte e dois vírgula oito milhões de euros. Ou seja, subiu mais oito por cento, e vai assim continuar, para desgraça dos contribuintes, naturalmente. Queria terminar dizendo que, como tenho vindo a afirmar, a remunicipalização já não é só um sonho, um desejo, tem de ser uma realidade. O resultado líquido deste trimestre foi de um milhão duzentos e oitenta mil euros, tendo descido dez por cento relativamente ao mesmo período do ano passado, e onde, por acaso, o contrato-programa previsto para o período era de dois vírgula dois milhões de euros, foi apenas executado um vírgula sete. Porque é que eu digo isto? É que nós dissemos, aqui, que esse contrato-programa estava exagerado no seu valor, e se multiplicarmos um vírgula sete por quatro, dá seis vírgula oito milhões de euros, que era o valor que era praticado até aqui. E portanto, o que é que acontece, é que a Câmara está a subsidiar a mais no contrato-programa, mas a realidade demonstra que efetivamente há dinheiro a mais a ir para a Agere, previsivelmente. Termino com uma questão que tem a ver com as contas, é que no ativo corrente que a Agere inscreve no seu relatório, diz que este que aumentou e que se cifra em quarenta e seis vírgula oito milhões de euros. O que é que isto quer dizer? Quer dizer aquilo que diz no relatório, que este ativo corrente se deve a contas por pagar da Câmara, maioritariamente do contrato-programa para a varredura e higiene pública, aquilo que fez com que os privados levassem a Câmara a Tribunal. E esta é uma dívida que no final do mandato vai ser significativa, apesar depois da Câmara poder ir buscar lá a sua parte, que já não é grande coisa, mas que poderemos prever que no final do mandato a dívida da Câmara à Agere, descontada a sua parte, irá rondar os quarenta milhões de euros, e se somarmos quarenta milhões de euros aos cento e dezasseis ou cento e catorze milhões de euros, que neste momento é a dívida da Câmara, teremos uma

Câmara com uma dívida de cerca de cento e sessenta milhões de euros, quando a sua capacidade de endividamento é de cento e noventa e nove mil euros. Mas o futuro também nos traz esperança e a esperança há de nascer em outubro". De seguida usou da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***RUI NUNO GONÇALVES MARQUES****, para salientar que: "apesar de subscrever a maior parte dos elogios que foram agora proferidos pelo Deputado João Nogueira, correndo o risco de ser um bocado redundante, permitam-me que também faça uma intervenção sobre a Prestação Anual de Contas das Empresas Municipais. Como tenho vindo a fazer normalmente nestas intervenções, a minha primeira palavra é sempre sobre a qualidade da informação prestada. Os relatórios apresentados são claros, detalhados e tecnicamente sólidos. Aliás, este ano, gostava até de salientar a melhoria no aspeto gráfico dos documentos que os torna mais apelativos, mais fáceis de ler, para qualquer pessoa que o faça. Em segundo lugar, sobre o nível de execução. De forma geral, as empresas municipais apresentam níveis de execução orçamental alinhados com o previsto, tanto do lado da receita como da despesa, o que revela uma gestão rigorosa, previsível e profissional. Em terceiro lugar, sobre o investimento. Está em curso um dos mais ambiciosos programas de investimento público das últimas décadas em Braga promovido pelas empresas municipais. Estamos a falar de investimentos transformadores - na habitação, na mobilidade, na cultura, na sustentabilidade ambiental e na economia local - cuja complexidade técnica, jurídica e financeira exige um esforço acrescido de planeamento, execução e articulação. Nesse âmbito, apesar de alguns investimentos inicialmente previstos para dois mil e vinte e quatro ainda não terem sido executados na totalidade, essas operações estão em curso e serão concluídas em dois mil e vinte e cinco, com o mesmo rigor e ambição, e sem qualquer perda para o município e para os Bracarenses. Em quarto lugar, sobre os números. Durante o ano de dois mil e vinte*

e quatro, todas as empresas municipais registaram resultados positivos, aliás, se fizéssemos aqui a soma dos resultados das empresas municipais totalizaria cerca de onze vírgula oito milhões de euros, que é reflexo da qualidade da gestão, da eficiência e da eficácia do seu trabalho e, conjuntamente, durante o ano de dois mil e vinte e quatro, concretizaram mais de onze milhões de euros de investimento direto, com impacto concreto na qualidade de vida dos bracarenses. A seguir farei uma breve apresentação dalguns aspetos que me parecem importantes, que foram desenvolvidos durante o ano de dois mil e vinte e quatro, por cada uma das empresas municipais, sendo, obviamente, um exercício difícil de fazer, porque é muito complicado, em poucas palavras, poder retratar aquilo que é o extraordinário trabalho feito, ao longo de um ano, pelas empresas municipais e que as mais de mil páginas dos seus relatórios impossibilitam que se possa aqui fazer de forma obviamente muito detalhada. Relativamente à BragaHabit, com um resultado líquido positivo de duzentos e quinze mil euros, e um investimento superior a quatro vírgula três milhões de euros, reforçou a sua intervenção no parque habitacional municipal, com obras significativas em bairros como as Enguardas, Santa Tecla e Andorinhas; Executou programas de reabilitação profunda e de melhoria da eficiência energética, proporcionando melhores condições de habitabilidade a centenas de famílias; Consolidou o seu papel na gestão social de proximidade, promovendo uma cultura de participação, corresponsabilização e inclusão. Importa sublinhar a capacidade da empresa para captar financiamento comunitário, que reforçam a capacidade de intervenção da empresa sem onerar diretamente o orçamento municipal. Foram também iniciados ou preparados novos projetos, com financiamento aprovado, nomeadamente: A reabilitação de mais edifícios do parque habitacional municipal; O alargamento da oferta habitacional de custos acessíveis, ao abrigo da Estratégia Local de

Habitação e o reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio comunitário, promovendo a coesão social e urbana. A Faz Cultura, com um resultado líquido positivo de noventa e um mil euros, e uma atuação sustentada em princípios de proximidade, diversidade e descentralização, ao longo de dois mil e vinte e quatro, dinamizou uma programação cultural intensa e transversal, articulando a criação contemporânea com a valorização das tradições locais; Promoveu mais de quinhentas atividades culturais, abrangendo áreas como o teatro, a música, a dança, o património, a literatura e a educação artística; Apostou na descentralização cultural, com projetos em todas as freguesias do concelho, levando cultura onde antes ela era escassa; Reforçou a sua ligação aos agentes culturais locais, através do apoio à criação, co-produção e capacitação técnica. Importa destacar que esta atividade foi desenvolvida com equilíbrio financeiro e racionalização de recursos, e com uma forte componente de articulação institucional e captação de financiamento externo, nomeadamente: Apoios no âmbito do Portugal vinte trinta e do PRR, com impacto na valorização do património imaterial e na programação cultural estruturada; Parcerias com instituições académicas, associações e redes nacionais, com destaque para a consolidação de Braga como cidade criativa e culturalmente ativa. Foram ainda lançados ou estruturados projetos com impacto estratégico, entre os quais: O Plano Municipal de Apoio à Criação Local, que será operacionalizado em articulação com os agentes culturais independentes; A requalificação e melhor utilização de espaços culturais municipais, com novas dinâmicas de fruição e experimentação artística; A conceção de roteiros culturais e iniciativas de mediação patrimonial, dirigidas à comunidade escolar e ao público sénior. Os TUB, com um resultado líquido positivo de cinco vírgula quatro milhões de euros, num setor tradicionalmente marcado por elevados custos operacionais e explorações

deficitárias, demonstram uma gestão responsável, resiliente e orientada para o futuro. Com quase catorze milhões de passageiros transportados, num crescimento de mais de nove por cento face ao ano anterior, os TUB alcançaram o maior número de passageiros dos últimos onze anos, sinal claro da recuperação da confiança no transporte público e do impacto positivo das medidas de reforço de serviço, renovação de frota e melhoria da informação ao utente. Ao longo de dois mil e vinte e quatro, a empresa concretizou investimentos significativos, com destaque para a expansão da frota elétrica e de gás natural, totalizando já setenta e cinco veículos de baixas emissões - um passo firme rumo à neutralidade carbónica prevista no Plano Estratégico de Sustentabilidade vinte trinta. A instalação de novos postos de carregamento, a requalificação da bilhética digital e o lançamento da nova aplicação móvel com informação em tempo real que vieram modernizar a experiência do utilizador e facilitar o acesso à mobilidade. Também em curso estão projetos estruturantes com elevado impacto urbano, nomeadamente: O desenvolvimento da infraestrutura BRT, que fará de Braga uma das primeiras cidades médias em Portugal a apostar num modelo de transporte de elevada capacidade com zero emissões; A implementação de novas soluções de mobilidade suave e integração tarifária; E o reforço da presença nas redes escolares, com mais duzentos mil títulos gratuitos emitidos para jovens e estudantes, consolidando o acesso universal ao transporte público. A Agere, com um resultado líquido positivo de cinco vírgula oito milhões de euros, em dois mil e vinte e quatro, concretizou mais de quatro milhões de euros de investimento direto, com impacto nas áreas do abastecimento de água, saneamento, recolha de resíduos e limpeza urbana. Destacam-se a renovação da frota com viaturas elétricas, o alargamento da recolha seletiva de biorresíduos ao setor residencial, e a melhoria da rede de abastecimento e saneamento, num esforço contínuo de modernização e eficiência. Foi aqui,

eventualmente, colocada em causa a capacidade de investimento desta empresa municipal e eu lembrava que a Agere, de dois mil e treze a dois mil e vinte e quatro, já procedeu um programa de investimento na casa dos cinquenta e oito milhões de euros e os investimentos que estavam previstos para dois mil e vinte e quatro, como há pouco referi, serão concretizados em dois mil e vinte e cinco. Em paralelo, encontra-se em curso um conjunto de projetos estruturantes e com financiamento comunitário, entre os quais se destacam: A criação de uma Central de Produção de Biometano na ETAR de Frossos, um investimento estratégico com forte impacto na transição energética e na economia circular; A segunda fase da nova ETAR do Este, com candidatura submetida ao Norte vinte trinta; Projetos de expansão da recolha de resíduos biodegradáveis e combate às perdas de água, também com candidaturas em curso, e importa sublinhar que todo este investimento tem sido realizado sem qualquer agravamento das tarifas, o que permite a Braga manter-se como um dos municípios com fatura mais acessível do país nos serviços essenciais de água, saneamento e resíduos, conforme atestado pela DECO. A InvestBraga com um resultado líquido positivo de cerca de vinte e um mil euros, durante o ano de dois mil e vinte e quatro: Acompanhou cento e catorze projetos de investimento, dos quais quarenta por cento com origem internacional, consolidando a atratividade económica do concelho e promovendo a criação de emprego qualificado; Realizou mais de trezentas e setenta reuniões com empresas e investidores, assegurando apoio técnico e institucional de proximidade; Acolheu duzentos e cinquenta e seis eventos no Forum Braga, tendo ultrapassado, em dois mil e vinte e quatro, os três milhões de visitantes desde a sua modernização. Em paralelo, foram executados e lançados projetos estratégicos com financiamento comunitário, entre os quais se destacam: A modernização e requalificação do pavilhão de feiras do Forum Braga;

A consolidação do Centro de Juventude de Braga como infraestrutura modelo a nível europeu, com foco na sustentabilidade ambiental e educação não formal; O reforço da incubação de empresas e startups tecnológicas no âmbito da Startup Braga, com alargamento de parcerias e espaços de aceleração. No plano da inovação, a Startup Braga posicionou-se como um dos principais hubs empreendedores da Europa, com mais de quatrocentos e noventa e um milhões de euros em investimento angariado desde dois mil e catorze. Este desempenho contribuiu para Braga alcançar o sétimo lugar no ranking Europe's Leading Startup Hubs dois mil e vinte e quatro e ser distinguida como European Rising Innovative City. Mais do que os números - importantes, sem dúvida - está em causa um percurso de reorganização e valorização institucional das empresas municipais a todos os títulos notável. Durante os últimos doze anos, as empresas municipais de Braga passaram de organizações frágeis, mal estruturadas e tecnicamente comprometidas, para instituições sólidas, eficazes e financeiramente sustentáveis. Este processo de transformação não aconteceu por acaso. Foi possível graças a administrações competentes, a equipas motivadas e à aposta firme e determinada do executivo municipal da Coligação Juntos Por Braga na valorização do papel desempenhado pelas empresas municipais no projeto de transformação contínua de Braga na sua melhor versão. Num tempo em que se exige mais do setor público, estas empresas deram o exemplo. São hoje instrumentos de confiança, inovação e impacto real na vida das pessoas. Em cada área de atuação - da habitação à cultura, da mobilidade ao ambiente, do investimento económico ao bem-estar comunitário - as empresas municipais são agentes ativos da transformação de Braga. E, por isso, deve aqui ser dito com clareza aos Bracarenses que o executivo da coligação Juntos por Braga aposta e continuará a apostar: na afirmação da BragaHabit como um ator-chave da política municipal de apoio à habitação, capaz

de dar resposta aos desafios habitacionais com rigor técnico, sensibilidade social e visão estratégica. Na Faz Cultura, enquanto agente promotor de uma política cultural exigente, participada e descentralizada, capaz de afirmar Braga como referência nacional e europeia em inovação e vitalidade cultural. Nos TUB como um agente de transformação urbana, inclusão social e combate às alterações climáticas, promovendo uma mobilidade mais eficiente, segura e acessível para todos os bracarenses. Na Agere, enquanto pilar fundamental da estratégia municipal para a sustentabilidade, assegurando eficácia operacional, responsabilidade social e visão ambiental, garantindo que Braga é, cada vez mais, um exemplo nacional de serviço público moderno, eficiente e próximo das pessoas. Na InvestBraga como um pilar central da estratégia municipal para a afirmação de Braga como cidade inteligente, empreendedora e global. Uma agência moderna, ágil e vocacionada para gerar valor económico e social com base na inovação, no talento e na cooperação territorial. O executivo da coligação Juntos por Braga aposta e continuará a apostar na ação estruturante e determinada das empresas municipais e no seu compromisso com a cidade, para que Braga se continue a afirmar, cada vez mais, como um território justo, inteligente, sustentável e coeso - e uma cidade mais humana e mais feliz". A ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *alertou para o facto de se ter discutido o ponto dois, mas depois também falaram dos pontos dois e três, pelo que se considerava que o ponto três também já estava comentado.* ***PONTO NÚMERO QUATRO – CANDIDATURA AO REGIME DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA – DIÂMETROS & CONTORNOS, S.A.****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de dezassete de abril do ano em curso, relativa à candidatura apresentada*

pela empresa Diâmetros & Contornos, S.A., bem como a respetiva proposta de decisão desenvolvida pela InvestBraga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com cinquenta e três votos a favor****,* ***com cinco votos contra da C.D.U. e do B.E. e com uma abstenção do Chega****.* ***PONTO NÚMERO CINCO – CONTRATO DE MANDATO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA****,* ***E.M. EM QUE DELEGA PODERES PARA A EFETIVAÇÃO DA CANDIDATURA AO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS****,* ***COM VISTA À CRIAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO BIO-MEDTECH HUB****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dois de junho do ano em curso, relativa ao Contrato de Mandato através do qual o Município de Braga delega poderes à IB – Agência para Dinamização Económica, E.M., para a efetivação da candidatura ao investimento em infraestruturas tecnológicas, com vista à criação do Centro Tecnológico Bio-MedTech Hub, a implementar em Braga, bem como para gerir todo o processo de construção e implementação do Centro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA****, para salientar que: "A aprovação deste contrato de comodato entre o Município de Braga e a InvestBraga, decorre de uma anterior decisão desta mesma Assembleia, tomada em quatro de abril sobre a alteração estatutária da InvestBraga. Esta alteração teve como objetivo dotar esta entidade de competências mais alargadas no âmbito da inovação, diversificação tecnológica e no empreendedorismo decorrente da evolução normal dos tempos. Braga, com este projeto, será o centro de excelência nas áreas de Biotecnologia e nas Ciências*

de Saúde. De facto, em quinze de outubro de dois mil e vinte e quatro, Braga submeteu uma manifestação de interesse para o investimento no domínio da Deep Tech Bio-Hub. Todo o projeto mereceu um parecer muito favorável pelo júri de avaliação da CCDR Norte. Corresponde a um investimento de seis milhões cento e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta euros. Braga comparticipará com sessenta e oito por cento no compromisso plurianual entre dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e sete de três milhões quinhentos e sessenta e nove mil e duzentos e trinta euros. Este projecto é composto por uma parceria estratégica altamente qualificada de entidades e empresas ligadas à investigação e desenvolvimento, desde as mais competentes instituições de ensino superior da região, Unidades de Investigação e Clínicas, Empresas tecnológicas e associações empresariais. A Bio-MedTech Hub atrairá startups, investidores e investigadores da área da saúde, da bioengenharia, biotecnologia, quer nacionais, quer internacionais e contribuirá muito para a promoção económica da população e do nosso território. Só no Centro Tecnológico, no terreno contíguo ao parque de estacionamento do Forum Braga, existirá um edifício com cerca de quatro mil e quinhentos metros quadrados, com três pisos, que incluirá laboratórios modulares, salas de reuniões, áreas para a gestão de infraestruturas, locais para incubação de empresas e disseminação de resultados, áreas dedicadas a conferências, seminários e sessões públicas, bem como promoção de iniciativas empresariais nas áreas de medicina, bioengenharia, bioquímica, etc. Renovo a intervenção do Grupo Parlamentar do PSD a quatro de abril. Nesta ocasião foi realçada a importância deste projeto para Braga, fruto também da estratégia deste Executivo Municipal de saber articular as várias entidades do concelho, relevantes nesta área, para um escopo comum em benefício de todos. Com efeito, este trabalho de articulação teve a consequência, como também, aliás, foi exposto na Assembleia da República, o natural surgimento em

Braga, de certo tipo de clusters tecnológicos, clusters industriais, culturais e de indústria criativa interligados com o mercado global sem os quais este projeto não teria lugar. Aliás, a Comissão Europeia reconheceu isto mesmo quando atribuiu a Braga a distinção de "Capital Europeia Inovadora em Ascensão" e, por todos estes motivos, o PSD vota a favor da celebração deste contrato de comodato". Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com cinco abstenções da C.D.U. e do B.E.. PONTO NÚMERO SEIS – ALTERAÇÃO DA PARTE D – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – TÍTULO DOIS – CAPÍTULO DOIS – SECÇÃO CINCO – CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUES MUNICIPAIS DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dois de junho do ano em curso, relativa à alteração da parte D – ocupação do espaço público – Título dois – Capítulo dois – Secção cinco – concessão e exploração de quiosques municipais do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com vinte e cinco abstenções do P.S., da C.D.U., do B.E., de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias e do Chega****.* ***PONTO NÚMERO SETE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dois de junho*

do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada "requalificação da Avenida da Igreja – honorários/projeto", no montante de onze mil quatrocentos e trinta e nove euros; Dois - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada "redesenho do entroncamento da Rua dos Barros com a Avenida de Santa Ana, com vista a melhorar a inserção da paragem de transportes públicos – Vimieiro", no montante de sete mil cento e dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos; Três - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), para a execução da obra denominada "pavimentação na Rua Nova da Cachada – Cabreiros", no montante de dois mil setecentos e setenta euros e setenta e nove cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "requalificação dos passeios da Rua de Novais – honorários/projeto", no montante de cinco mil setecentos e sessenta e dois euros e setenta e um cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada "requalificação da Escola Básica de Pousada", no montante de cento e dezoito mil seiscentos e treze euros e cinquenta e quatro cêntimos; Seis - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada "renovação dos espaços verdes da EB um/Jardim de Infância de Estrada", no montante de quatro mil oitocentos e cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos. O ***Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA*** *interveio para: "em relação ao ponto sete e ponto oito, peço à Srª. Presidente que me deixe aqui exprimir a nossa intenção de voto de forma a obviar uma nova intervenção no ponto seguinte, e queria dizer que no ponto sete, relativamente aos contratos interadministrativos de delegação de competências, nós iremos pedir para votar separadamente a alínea um - Junta de*

Freguesia de Pedralva; a alínea quatro - Junta de Freguesia de Escudeiros e Penso, Santo Estêvão e São Vicente. Em relação ao ponto oito, atribuição de apoios financeiros às Juntas e Uniões de Freguesias, iria pedir para votar separadamente a alínea dois - Junta de Freguesia de Guisande e Oliveira São Pedro; a alínea cinco - Junta de Freguesia de Sequeira e a alínea quinze - Junta de Freguesia de Palmeira. Relativamente ao conjunto dos restantes, iremos votar a favor, mas a estes iremos ter outra intenção de voto". Usou também da palavra o ***Sr. Deputado da I.L., BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para destacar que: "Acho que não será novidade nenhuma vocês saberem que eu tenho um apreço enorme pelo trabalho desenvolvido pelas freguesias, e este meu apreço é demonstrado nas visitas que eu fiz às diversas freguesias, e pelo trabalho desenvolvido pelos Senhores Presidentes de Junta, que é muito meritório e muitas vezes não é devidamente reconhecido. Primeiro ponto. Acontece que este conjunto de apoios e contratos interadministrativos têm uma particularidade que o diferencia de todos os outros que tivemos até aqui, com a exceção de três. Os restantes têm todos essa particularidade. Tratam-se de encargos que são considerados plurianuais, em que todos eles, sem exceção e com o mesmo valor, consideram mil euros para cada freguesia para o ano de dois mil e vinte e cinco, e depois, o restante valor, para dois mil e vinte e seis, e algumas vezes de dois mil e vinte e sete Ou seja, estamos aqui a aprovar a três meses, nem tanto, se calhar, a três meses das eleições, um conjunto de obras que podem hipotecar a estratégia do próximo executivo que vem ocupar a Câmara Municipal. E isto sem necessidade nenhuma. Façamos uma reunião para aprovar isto em outubro, logo a seguir às eleições. E, assim, o novo executivo já toma posse. Agora, estamos a aprovar aqui um encargo de mil euros, são todos de mil euros. É mil euros, o que é que vai fazer com mil euros? Todos mil euros, e depois para o ano dezassete mil, vinte mil, trinta mil, quarenta mil,*

cinquenta mil. É isto que temos nestes apoios. Ou seja, a posição da Iniciativa Liberal, é que isto parece-me aqui que está a condicionar fortemente quem vai exercer as funções executivas daqui a uns meses e não há necessidade nenhuma disso. Ou seja, o que nós entendemos que não há necessidade. Não é nada contra as freguesias, as obras são todas e importante e essenciais, mas acho que não o devemos fazer. O PSD, e muito bem, dizia há doze anos, que encontrava esqueletos no armário. Portanto, aqui, o próximo executivo vai encontrar ossos, os valores são mais pequenos, são ossos. O próximo executivo vai encontrar ossos no armário, que são os ossos que nós vamos aprovar aqui, hoje. Portanto, se fosse possível, peço ao Executivo para esclarecer isto, porque é que estamos a aprovar mil euros para todas as freguesias e, depois, estamos a aprovar para dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete, ou seja, o orçamento de dois mil e vinte e seis já está feito, já está aqui pré determinado e vamos nós condicionar esse orçamento. Portanto, vamos imaginar, o próximo executivo, com grande probabilidade, é da Iniciativa Liberal e a Iniciativa Liberal vai ter que assumir estes compromissos que assumimos aqui hoje". O ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES*** *destacou a propósito, que: "nós em dois mil e doze, em dois mil e treze, quando achávamos que algo ia dar origem a um esqueleto, votávamos contra. E, portanto, se acha que algum destes projetos vai dar origem a um esqueleto, tenho uma boa solução, vote contra. Qual desses projetos é que é o projeto que acha que não deve avançar? Vamos voltar ao básico. Disse que todos eles são essenciais. Se são essenciais, são essenciais hoje e serão essenciais daqui a dois ou três meses, para este ou para qualquer executivo. Mas repito, se vê aqui algum esqueleto ou alguns ossos, nós no devido tempo, aqueles que vieram mais tarde a apelidar de esqueletos, nós lutamos contra eles todos. Portanto, tem liberdade, neste momento, votar contra. Diga quais*

são os projetos e de que freguesias é que Iniciativa Liberal vai votar contra. Tem um bom remédio". Usou da palavra o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "Essas tricas não nos levam a lado nenhum. Não vou ajudar, porque já denunciámos isto na Assembleia anterior. É evidente que isto é uma manobra eleitoralista e o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, que está distraído, agora, ao pedir à Câmara que explique o inexplicável, tem uma resposta que um membro do Executivo não deve dar. Ou explica ou não explica, porque vir com a arrogância vote como quiser, isso é um direito que os Deputados todos desta Câmara têm. Agora, um candidato que tem esta atitude nesta Câmara, dá um bocado à aparência do que pode eventualmente ser, se a coisa a acontecer, o Presidente do Executivo. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que se levantou ali uma questão que gostaria que o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal esclarecesse o que é que pretendeu dizer em relação à votação. Ficou decidido que se iria votar alínea a alínea. Postas à votação, foram as referidas propostas:* ***1) - Junta de Freguesia de Pedralva****, para a execução da obra denominada "requalificação da Avenida da Igreja – honorários/projeto",* ***aprovada com cinco abstenções do B.E. e da C.D.U.; 2) - União de Freguesias de Celeirós****,* ***Aveleda e Vimieiro****, para a execução da obra denominada "redesenho do entroncamento da Rua dos Barros com a Avenida de Santa Ana, com vista a melhorar a inserção da paragem de transportes públicos – Vimieiro",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 3) - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)****, para a execução da obra denominada "pavimentação na Rua Nova da Cachada – Cabreiros",* ***aprovada com duas abstenções do B.E.; 4) – União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)****, para a execução da obra denominada "requalificação dos passeios da Rua de Novais – honorários/projeto",* ***aprovada com seis abstenções do B.E., da C.D.U. e da I.L;***

5) – União de Freguesias de Crespos e Pousada*, para a execução da obra denominada "requalificação da Escola Básica de Pousada",* ***aprovada com três abstenções da I.L. e do B.E.*** *e* ***6) – União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves****, para a execução da obra denominada "renovação dos espaços verdes da EB um/Jardim de Infância de Estrada",* ***aprovada com três abstenções da I.L. e do B.E.. PONTO NÚMERO OITO – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dois de junho do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, União de Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, Junta de Freguesia de Lamas, União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União de Freguesias de Arentim e Cunha, União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), Junta de Freguesia de Padim da Graça, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, Junta de Freguesia de Sobreposta e União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães, destinado a apoiar o "fornecimento de hipoclorito", no valor de mil setecentos e cinquenta; Dois - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), destinado a apoiar a "requalificação do Monte de São Bento – honorários/projeto – Oliveira (São Pedro), no valor de vinte e três mil quinhentos e quarenta e três euros e quarenta e três cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a "aquisição da segunda parcela de terreno para implantação do parque de lazer", no valor de sessenta mil euros; Quatro - União de Freguesias de Guisande e*

Oliveira (São Pedro), destinado a apoiar a "pintura dos cemitérios e casas mortuárias de Guisande e Oliveira (São Pedro)", no valor de vinte mil quinhentos e cinquenta e dois euros e dez cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a "requalificação do adro da Igreja e reorganização do estacionamento – honorários/projeto", no valor de treze mil e quinhentos euros; Seis - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar o "fornecimento de materiais para a praia fluvial da Ponte do Bico", no valor de seis mil cento e quatro euros; Sete - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar os "trabalhos de pintura no adro da Senhora da Graça", no valor de oito mil seiscentos e cinquenta euros; Oito - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar o "Centro Cívico de Fradelos – parque de lazer e área envolvente", no valor de oitenta e dois mil novecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos; Nove - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar o "valor do IVA referente à requalificação dos balneários de apoio ao polidesportivo de Crespos", no valor de mil quinhentos e seis euros e sessenta cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar a "requalificação do polidesportivo", no valor de sessenta e sete mil setecentos e vinte euros e quarenta e dois cêntimos; Onze - União de Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, destinado a apoiar a "requalificação da sede da Junta de Freguesia de Merelim (São Pedro), no valor de um milhão duzentos e cinquenta e dois mil novecentos e setenta e cinco euros e trinta e três cêntimos; Doze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), destinado a apoiar a "ampliação do cemitério de Passos (São Julião)", no valor de trezentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a "construção de columbários no cemitério", no valor de vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e

sessenta cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Espinho, destinado a apoiar a "colocação de três abrigos de passageiros", no valor de nove mil e trezentos euros; Quinze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a "ampliação do cemitério – honorários/projeto", no valor de vinte e sete mil seiscentos e setenta e cinco euros; Dezasseis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar o "arranjo urbanístico do Tanque da Igreja – Crespos", no valor de nove mil seiscentos e trinta e um euros e quarenta e dois cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a "requalificação do edifício da antiga Junta de Freguesia – futuro espaço multiusos", no valor de sessenta e dois mil novecentos e vinte euros e trinta e três cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), destinado a apoiar o "arranjo exterior do edifício da sede da Junta de Freguesia de Oliveira (São Pedro), no valor de vinte mil novecentos e quarenta e seis euros e vinte e seis cêntimos; Dezanove - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a "requalificação do fontanário de Correia", no valor de treze mil duzentos e sessenta e nove euros e trinta e três cêntimos. Postas à votação, foram as referidas propostas: ***1) – União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro****;* ***União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe****;* ***União de Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos****;* ***Junta de Freguesia de Lamas****;* ***União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves****;* ***União de Freguesias de Arentim e Cunha****;* ***União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)****;* ***Junta de Freguesia de Padim da Graça****;* ***União de Freguesias de Nogueiró e Tenões****;* ***Junta de Freguesia de Sobreposta e União de Freguesias de Nogueira****,* ***Fraião e Lamaçães****, destinado a apoiar o "fornecimento de hipoclorito",* ***aprovadas com duas abstenções do B.E.****; 2) – União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)****, destinado a apoiar a "requalificação do Monte de São Bento – honorários/projeto – Oliveira (São Pedro),* ***aprovada com seis abstenções do B.E.****,*

da C.D.U. e da I.L.; 3) – Junta de Freguesia de Priscos*, destinado a apoiar a "aquisição da segunda parcela de terreno para implantação do parque de lazer"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 4) – União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)****, destinado a apoiar a "pintura dos cemitérios e casas mortuárias de Guisande e Oliveira (São Pedro)"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 5) – Junta de Freguesia de Sequeira****, destinado a apoiar a "requalificação do adro da Igreja e reorganização do estacionamento – honorários/projeto"*, ***aprovada com seis abstenções da C.D.U.*, *do B.E. e da I.L.; 6) – Junta de Freguesia de Palmeira****, destinado a apoiar o "fornecimento de materiais para a praia fluvial da Ponte do Bico"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 7) - Junta de Freguesia de Padim da Graça****, destinado a apoiar os "trabalhos de pintura no adro da Senhora da Graça"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 8) - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos****, destinado a apoiar o "Centro Cívico de Fradelos – parque de lazer e área envolvente"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 9) – União de Freguesias de Crespos e Pousada****, destinado a apoiar o "valor do IVA referente à requalificação dos balneários de apoio ao polidesportivo de Crespos"*, ***aprovada com duas abstenções do B.E.; 10) - Junta de Freguesia de Tadim****, destinado a apoiar a "requalificação do polidesportivo"*, ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 11) – União de Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos****, destinado a apoiar a "requalificação da sede da Junta de Freguesia de Merelim (São Pedro),* ***aprovada com duas abstenções do B.E.****. O* ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *interveio para, numa* ***Declaração de Voto****, salientar que: "o Partido Socialista e eu, até de uma forma muito particular, votei favoravelmente, porque o Partido Socialista sempre apoiou as freguesias e está na sua génese. Porém, esta obra tem uma discricionariedade muito grande, é*

que, enquanto todas as outras têm uma verba, uma ridícula verba, que não dá sequer para montar estaleiro, esta aqui é o contrário, é beneficiada com um valor que não tem comparação com aquilo que é feito relativamente às outras. E se nós queremos um concelho justo, que se desenvolva à mesma velocidade, não podemos ter dois pesos e duas medidas. E eu lamento muito. Nós votámos favoravelmente, mas fica esta mancha que efetivamente acho que não honra este município de fazer este tipo de discricionariedade. Não fica bem. E quando em dois mil e treze, o Senhor Presidente da Câmara disse que ia tratar com dignidade as freguesias, esta é uma forma indigna de tratar as freguesias, porque isto que estamos a votar e que o Partido Socialista apoia é, ao fim e ao cabo, apenas e só, uma manobra eleitoralista". ***12) - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)****, destinado a apoiar a "ampliação do cemitério de Passos (São Julião)",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 13) - Junta de Freguesia de Palmeira****, destinado a apoiar a "construção de columbários no cemitério",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 14) - Junta de Freguesia de Espinho****, destinado a apoiar a "colocação de três abrigos de passageiros",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 15) – Junta de Freguesia de Palmeira****, destinado a apoiar a "ampliação do cemitério – honorários/projeto",* ***aprovada com seis abstenções da C.D.U., do B.E. e da I.L.; 16) - União de Freguesias de Crespos e Pousada****, destinado a apoiar o "arranjo urbanístico do Tanque da Igreja – Crespos",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 17) - Junta de Freguesia de Adaúfe****, destinado a apoiar a "requalificação do edifício da antiga Junta de Freguesia – futuro espaço multiusos",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.; 18) - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro****), destinado a apoiar a o "arranjo exterior do edifício da sede da Junta de Freguesia de Oliveira (São Pedro),* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.*** *e* ***19) -***

Junta de Freguesia de Esporões*, destinado a apoiar a "requalificação do fontanário de Correia",* ***aprovada com três abstenções do B.E. e da I.L.****.* ***PONTO NÚMERO NOVE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)****. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo dos números um e dois do artigo H-um barra décimo sexto e do artigo H-um barra décimo sétimo, do número quatro do artigo H-um barra décimo sexto e da alínea c), número um, do artigo H-dois barra quinto do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *interrompeu os trabalhos para promover uma reunião com os representantes dos Grupos Municipais sobre a continuidade daquela sessão, tendo sido decidido que se ira concluir a ordem de trabalhos.* ***PONTO NÚMERO DEZ – RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a Recomendação aprovada na sessão da Assembleia Municipal Jovem, realizada em trinta e um de março do ano em curso, do seguinte teor: "Criar um bilhete único que permita utilizar diferentes meios de transporte, como autocarros, bicicletas partilhadas, trotinetes elétricas, comboios e, futuramente, o metrobus"; Criação de uma residência para estudantes do ensino profissional e secundário" e "Desenvolver a iluminação de ruas, praças e passagens pedonais, especialmente nas zonas mais isoladas do município de Braga, recorrendo à implementação de painéis solares colocados em locais estratégicos". Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra a* ***Srª. Deputada do P.S.D.****,* ***SOFIA PATRÍCIA TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE****, para dizer que: ". É de*

louvar a apresentação de recomendações provenientes da Assembleia Municipal Jovem. É a prova de que a juventude é interessada, dinâmica e que quer efetivamente contribuir para o futuro daquela que é a sua e a nossa cidade. Relativamente às recomendações efetuadas e com as quais se concorda, tendo em vista contribuir para o bom acolhimento das mesmas pelo Município e para a sua integração, a par do que tem sido já trabalhado, deixar apenas algumas notas e sugestões. Relativamente à criação de Bilhete Único que permita utilizar diferentes meios de transporte, como autocarros, bicicletas partilhadas, trotinetes eléctricas e as bicicletas partilhadas e futuramente também o Metrobus, sem prejuízo dos comboios, referir que relativamente às trotinetes e às bicicletas, as mesmas têm atualmente apenas a exploração privada, e relativamente aos comboios, estes são explorados por uma entidade específica. Por tal e sem prejuízo de o município estar já integrado na iniciativa "Um bilhete de ponto PT" que tem em vista promover e uniformizar a interoperabilidade entre os diversos sistemas de bilhética, procurando a adoção de um modelo comum e de também estar já envolvido no sistema de transporte integrado entre as cidades do quadrilátero, o qual visa que as cidades que o compõem beneficiem de um sistema integrado de transportes, é necessário acolher esta recomendação e coaduná-la com as iniciativas já em curso, assumindo-se como crucial a aposta em incentivos para a utilização de meios de mobilidade partilhados, nomeadamente através da simplificação no seu acesso e na sua aquisição e também da sua digitalização. Quanto à criação de uma residência para os estudantes do ensino profissional e secundário, que muito louvamos, em particular, porque atualmente é premente garantir mais e melhores condições para os estudantes e não só para os estudantes universitários, afigura-se útil fazer um levantamento das necessidades do município nesta matéria e bem assim a procura por linhas de financiamento em conjunto com o Ministério da

Educação, que naturalmente, tem aqui também o seu leque de competências. Por último, no que toca ao desenvolvimento da iluminação de ruas, praças e passagens pedonais com recurso à implementação de painéis solares, sendo certo que existem já algumas vias iluminadas com recurso à energia solar, como seja a Rua António de Mariz e a Avenida Dr. António Palha, acompanha-se a recomendação no sentido de o Município não só manter, mas alargar a implementação deste sistema. Naturalmente, todas as recomendações efetuadas e que se enquadrem no âmbito da atuação do Município deverão ser acolhidas, sem prejuízo de se ressalvar a necessidade de, em algumas delas, ser necessária a articulação com outras entidades, o que naturalmente, poderá demorar algum tempo na sua execução e implementação, sem prejuízo de, obviamente, se encetarem todos os esforços possíveis para a concretização das recomendações aqui trazidas. Pretende-se assim, densificar e lançar desde já alguns dados e sugestões que possam ser adotados pelo Município no âmbito do acolhimento destas recomendações, louvando-se, uma vez mais, a apresentação de contributos por parte da juventude da nossa cidade". Posta à votação, foi a presente recomendação ***aprovada por unanimidade****.* ***PONTO NÚMERO ONZE – RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL, SOBRE A PETIÇÃO APRESENTADA PELOS REPRESENTANTES DOS MORADORES DA RUA LUÍS SOARES BARBOSA RELACIONADA COM O "COMPLEXO DESPORTIVO DE SÃO VÍTOR – GRUPO SUPERA, JUNTO AOS ACESSOS DO HOSPITAL DE BRAGA, EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DA ZONA VERDE DA RUA LUÍS SOARES BARBOSA".*** *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório produzido pela Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil, relativo à petição apresentada pelos*

representantes dos Moradores da Rua Luís Soares Barbosa relacionada com o "Complexo Desportivo de São Vítor - Grupo Supera, junto aos acessos do Hospital de Braga, em defesa da preservação da zona verde da Rua Luís Soares Barbosa". Passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***RENATO CÉLIO MARINHO SILVA****, para referir que: "A Democracia não é, não pode ser, um adorno, uma flor na lapela ou simples manifestação de intenções em período eleitoral. Há dias fizeram-me chegar um desenho animado, ou um "cartoon", cujo autor desconheço, no qual estava representado um lobo que do alto de uma tribuna dizia para um imenso rebanho de ovelhas: - Se votarem em mim, viro vegetariano! Este foi, e continua a ser, o comportamento do executivo cujo mandato se aproxima do fim; de facto, prometeu, e continua a prometer, amplo debate democrático para fazer cidade. Criou mesmo conselhos consultivos para tudo e mais alguma coisa, recebendo mesmo prémios e honrarias por tais manifestações simuladoras de democracia. E digo simuladoras, não porque entenda os conselhos consultivos desnecessários, mas porque não devem servir para diminuir ou disfarçar as intenções ou a culpa de quem decide. Na verdade, sempre que a sociedade civil bracarense manifestou opinião e quis ser ouvida, ou pura e simplesmente não foi ouvida, ou foi sendo iludida até ao facto se consumar de forma contrária à sua vontade. São vários os exemplos, desde a Confiança até ao Parque Norte, passando pelo Pavilhão das Goladas... Mas vamos ao ponto em discussão, talvez dos mais elucidativos e no qual a "arts lupina" é, por assim dizer, mais rebuscada: Os cidadãos bracarenses que habitam a Rua Luís Soares Barbosa, e ruas adjacentes a esta, pretenderam criar melhores condições de vida para os residentes, diminuindo a poluição do ar e o ruido contínuo, provocados pelo intenso transito que se verifica, nos dois sentidos, entre a rotunda das piscinas e as vias de acesso ao Hospital de Braga. Para o efeito, propuseram-se fazer o aproveitamento de um*

terreno do domínio público, à data em manifesto estado de abandono. Meteram mãos à obra, fizeram as necessárias diligências, obtiveram o apoio do Sr. Vereador do Ambiente, que forneceu as árvores, fazendo surgir um pequeno bosque, com árvores já frondosas e um aprazível ervado! De tal modo que os moradores já pretendiam apoio para que no referido espaço fosse instalado um parque infantil para as crianças da zona. Eis senão quando, o Executivo Municipal, aquele que prometera ouvir os munícipes, ouviu antes um tilintar de moedas agitadas por quem nada tem a ver com a Rua Luís Soares Barbosa: não mora lá, nem sofre com a densidade da poluição, do ar ou sonora; contudo, tem "pilim" para investir e, acima de tudo, pretende facilidades e retorno rápido. Assim, como investidores avisados que são, logo descobriram local bem situado para o negócio da recuperação e do culturismo e, porque não, do desporto...nestas coisas também é preciso parecer... E o hospital ali tão perto!!! O resto da história vocês já conhecem o lobo, perdão o executivo, esqueceu a democracia, a vontade dos residentes não contou para nada, as promessas dissiparam-se, o bosque desapareceu, o parque infantil, já nem falar! A Câmara não precisa de cidadãos felizes, mas antes de cofres bem cheios para, dizem, fazer a economia funcionar!!! A economia do Concelho de Braga, é como aquelas máquinas antigas que para produzir cem gastavam duzentos... O relatório apresentado pela Comissão do Urbanismo e Ambiente, produzido com muito esforço pelos respetivos relatores limita-se a elencar os procedimentos que a Autarquia vem cumprindo para adequar a realidade do terreno à obra; não, não me enganei, é isso que transparece do relatório!! Como se compreende que a Ribeira de S. Vítor, cuja existência é reconhecida pela APA e pelo IP, não o seja por quem está mais perto, o Executivo Municipal? Executivo que teima em obter um parecer da Universidade do Minho para que, sabe-se iá porque artes mágicas, se faça pura e simplesmente desaparecer a Ribeira e o seu traço. Não foi a

democracia que falhou; falhamos nós Assembleia Municipal, Comissão do Urbanismo e Ambiente, cada uma das Senhoras e cada um dos Senhores Deputados Municipais. Os interesses privados, mais uma vez falaram mais alto do que o bem-estar dos munícipes! Perderam os moradores da Rua Luís Soares Barbosa, perdeu a cidade de Braga, perdeu a DEMOCRACIA!!". O ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *interveio para dizer que: "Relativamente à pretensão da petição dos moradores da Rua Luís Soares Barbosa e no que se refere ao primeiro ponto, não cabe à Assembleia Municipal decidir, ou não, se o complexo desportivo é ou não relevante para o município. Esta é uma decisão política que podemos ou não concordar, mas que é uma decisão assumida, e da competência do poder executivo. A Assembleia Municipal apenas pode efetuar uma recomendação ao Executivo Municipal. Relativamente aos pontos dois e três, o parecer do Estudo de Tráfego refere que existem boas condições de desempenho rodoviário, mesmo em horas de ponta, o que rebate a argumentação da petição dos moradores da Rua Luís Soares Barbosa. Finalmente, no ponto quatro, existe um primeiro parecer da APA, datado de quinze de novembro de dois mil e dezanove, que foi negativo, mas que vemos claramente no desenvolvimento que a APA se baseava em documentação que não correspondia à realidade atual. Os outros dois pareceres acabariam por ser evitados se tivesse sido vertida a informação de forma clara e inequívoca, como acabou por acontecer no quarto parecer. O quarto parecer, datado de vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, emite um parecer favorável, visto que deixa de existir intervenção sobre a Ribeira de São Vítor. Podemos gostar mais ou menos do projeto. Podemos considerar que o projeto afeta as nossas vidas no dia a dia. Não podemos dizer que o processo possui ilegalidades porque na realidade não as possui. Mau seria que um parecer de uma entidade oficial não permitisse que se retificassem informações erradas ou que não*

permitisse a alteração de opinião. Seria como não existir a possibilidade de um arguido recorrer a uma sentença, ou de um projeto de investimento que não permitisse a retificação da informação em falta. Quanto ao relatório apresentado, existiu o cuidado de ser factual e de não ser subjetivo. E devo dizer que foi um relatório que foi além das capacidades da nossa Assembleia Municipal, que na realidade não está de tal forma profissionalizada que permita a realização de relatórios tão esmiuçados como foi este. Percebo as dores sentidas pelos moradores da Rua Luís Soares Barbosa, que certamente viram as suas expetativas para o local defraudadas, como provavelmente terão existido vozes discordantes quando na zona se instalou o Feira Nova, ou mesmo a própria urbanização da Rua Luís Soares Barbosa. Mas, neste caso, não pode a Assembleia Municipal desprezar que os documentos finais são todos favoráveis à possibilidade de instalar naquela zona o ginásio Supera, cumprindo todos os requisitos legais para o efeito". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado da I.L., BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, para referir que: "Mais ou menos por volta de fevereiro de dois mil e vinte e três, escrevi um artigo num órgão de comunicação social local onde referia "cidadãos mais esclarecidos, são cidadãos mais participativos". E aqui o meu ponto para esta questão vai precisamente bater aqui. O que eu referia neste artigo, nos últimos anos temos assistido a uma falta de envolvimento dos cidadãos nas questões políticas, o que acaba por prejudicar a democracia. Sabemos que a nível municipal os cidadãos são a base do poder local. Esta falta de participação é de extrema importância, na medida em que se empobrece a cidadania e fragiliza a legitimidade da própria democracia. Por esse motivo, e para que a participação aconteça, torna-se fundamental que os cidadãos sejam envolvidos na vida política. E acho que é precisamente este ponto que falhou. Se recuarmos, nesta questão do Supera, na questão das Goladas, foi isto que aconteceu. Os cidadãos não foram*

envolvidos nas tomadas de decisão. E aqui nesta reflexão, o que eu defendo é uma espécie de codecisão, uma espécie decisão partilhada com os cidadãos. Se isto tivesse acontecido, provavelmente não estávamos aqui hoje com uma reivindicação dos populares, se realmente naquela altura "ab initio", quando o processo se desencadeou, os cidadãos estivessem envolvidos neste projecto. É isto que eu queria dizer e, para mim, acho que é a grande falha desta situação e o que isto nos traz aqui hoje é esta falta de participação previamente às tomadas de decisões políticas". A palavra foi depois dada ao ***Sr. Deputado da C.D.U.***, ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA****, para realçar que: "À petição dos moradores da rua Luís Soares Barbosa, surge de forma tardia, a resposta da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil e que todos nos devemos penitenciar. Uma palavra de apreço e reconhecimento à equipa relatora, que de forma abnegada e altruísta, investigaram e recolheram os dados factuais constantes nestas setenta e duas páginas do relatório. Daqui também se depreendeu a necessidade de dotar os eleitos desta assembleia do apoio técnico e de assessoria, que existem em outras assembleias do nosso país. Entretanto a obra do Complexo Desportivo está num impasse, aparentemente está parada. Esta iniciou-se ao arrepio da vontade dos moradores, e de um vasto grupo de cidadãos, associações e forças políticas que se associaram a esta justa causa na defesa e manutenção deste espaço verde! Sobre o arquivamento do processo de denuncia, emitido em vinte e um de abril de dois mil e vinte e cinco, pela IGAMAOT — Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, convém salientar o seguinte: Este oficio da IGAMAOT reconhece de forma clara a existência de uma linha de água, a ribeira de São Vitor, ainda que esta esteja entubada, o que contraria a atual posição da Câmara Municipal que num ato despropositado solicita a anulação do Título de Utilização dos Recursos Hídricos*

(TURH) pedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, justificando essa anulação com a obstinada negação da existência da linha de água — ribeira de São Victor e teimosa assunção de que se trata apenas de um coletor de águas pluviais entubado, tutelada pelo município. Desta forma tenta este município branquear todo este processo nebuloso e que trás á tona o seu compromisso com o investidor privado de aí poder construir sem restrições nenhumas, incluindo o afastamento de cinco metros do edifício à linha de água. Para melhor suportar esta decisão faz um pedido de parecer técnico à Universidade do Minho, de forma a confirmar a existência ou não de uma linha de água - ribeira de São Vitor, e aqui deixamos desde já a nossa posição de que não entendemos esta diligência e que os cidadãos peticionários também não entendem esta diligência, quando este facto de que existe uma linha de água, está patente em documentação emitida pela APA, IGAMAOT, PDM de dois mil e quinze, cartas militares, entre muita outra documentação. Mais parece um parecer feito à medida do cliente. Perante esta atitude da Câmara Municipal de Braga, novas dúvidas legítimas se levantam: Foi cumprido o afastamento de cinco metros do curso de água ao edificado? Entendemos que aqui se justifica sim, uma peritagem técnica feita "in loco", para aferir do cumprimento desta medida de proteção legal e servidão administrativa. Mais uma vez reiteramos que todo este processo gerou um sentimento de revolta junto dos cidadãos, que veem o seu espaço verde de proximidade desaparecer, sob uma nuvem de suspeição. Em conclusão, todo este processo de concessão, licenciamento e construção de um complexo desportivo neste local, merecem denuncia e repúdio pela forma como foi tratado, mas em especial pelo local onde está a ser edificado, local este numa envolvente com um volume de construção excessivo, com prejuízo direto da qualidade ambiental de quem lá mora e que deixa de poder usufruir deste espaço verde que era de todos e para todos! Também se constata neste relatório kafkiano de setenta

e duas páginas, nas diversas votações no executivo e na assembleia municipal, sobre este processo que a CDU votou contra o uso deste espaço público para este fim, e continuaremos ao lado dos cidadãos na defesa dos seus direitos e não deixaremos cair no esquecimento todo este processo. Este processo deixa uma marca negativa, a juntar a muitas outras, de doze anos deste executivo. Braga e os seus cidadãos não esquecem!". Interveio depois o ***Sr. Deputado Independente****,* ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA****, para dizer que: "Eu gostaria de começar por saudar os cidadãos que apresentaram esta petição. Primeiro, porque a mobilização cívica é sinal de maturidade democrática e merece todo o respeito, e tenho pena que, de facto, nesta altura, não estejam cá para acompanhar os trabalhos. Mas no decorrer dos trabalhos, e talvez pela proximidade de eleições, nestas intervenções foram ditas coisas com uma ligeireza brutal, coisas muito graves. O Senhor Deputado João acaba de dizer que o parecer foi feito à medida? Foi dito aqui que a Comissão fez um trabalho espetacular, mas fez um documento à medida? Kafkiano? Eu é que estou baralhado? O Relatório, João, está gravado, depois puxa atrás e vê. Eu acho que nós devemos ter o cuidado de não termos atos diferentes daquilo que são as nossas palavras, e que são esses, sim, que degradam as nossas instituições. E depois as extremas, daqui ou dali. Eu acho que o que foi feito aqui é desonroso para o trabalho da Comissão. Eu tenho como referência, e participei em algumas comissões, tenho por referência que todos os trabalhos nas várias comissões, foram feitos de forma séria e cada um fez o melhor que sabia fazer. Se este relatório é o relatório resultado de uma comissão dos vários partidos, parece-me que este tipo de referências deveríamos ter algum cuidado. E, depois, o Senhor Deputado do Bloco Esquerda misturou isto com a confiança. A Confiança é daqueles projetos que nos devemos orgulhar todos, não como município, não como executivo, como bracarenses. Vamos ter a maior residência em Portugal. Vamos*

ter a possibilidade de resolver uma questão que todos entendemos como prioritária e entendemos isto como uma questão menor. Não me parece. E, por isso, eu apelava que nós, neste debate, tenhamos memória. A desafetação deste terreno aconteceu em dois mil e dezoito e a votação, segundo registos factuais, dizem-nos que foi aprovada numa reunião de Câmara em dois mil e dezoito, com os votos a favor da coligação, a abstenção do PS, e só mais tarde, quando o assunto começou a ser público e percebemos, pode haver aqui um tema mais sensível, foi que houve uma mudança. E, por isso, aquilo que eu deixava aqui como nota e termino, de facto, acho que houve coerência do município. Acho que os factos não violam nenhuma das questões técnicas, jurídicas ou legais, mas sim, houve, se calhar, uma mudança de conveniência e isso é mau para o assunto que estamos a discutir". A ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***SANDRA RAQUEL RODRIGUES RIBEIRO*** *interveio para salientar que: "Acima de tudo, importa dizer com clareza a decisão tomada pela maioria que governa o município de Braga é francamente má e traduz um prejuízo irreversível para os bracarenses e para as gerações vindouras. Em causa está uma zona da cidade particularmente saturada, não apenas pela elevada densidade populacional, mas sobretudo por ser uma das zonas com maiores índices de poluição da Europa, conforme demonstrado no relatório sobre Sustentabilidade Ambiental da União Europeia já no ano de dois mil e vinte e dois. Neste contexto, aquilo que se impunha e que os cidadãos justamente exigem era a proteção e a preservação de um espaço dedicado ao lazer, com um jardim urbano como já existia. Mas a coligação que lidera o executivo municipal preferiu concessionar o terreno público à exploração do solo para fins privados, permitindo a construção de mais um equipamento em detrimento de um jardim urbano, essencial para a qualidade de vida dos moradores e dos bracarenses em geral. A questão que também permanece é porquê ali? Por que razão um equipamento privado que se*

destina a serviços tem de ser construído naquele terreno, a escassos metros de mais de cinco ginásios, a partilhar os mesmos acessos que o Hospital Central de Braga, com filas de trânsito de mais de uma hora de espera para atravessar? São estas as dores de crescimento que a coligação fala? Infelizmente este não é caso único. Basta recordarmos a Quinta das Portas, a Rua vinte e cinco de Abril e tantos outros locais que poderiam ter sido preservados como jardins e de bem-estar. Nem o emblemático jardim de Santa Bárbara restou ileso. Enquanto relatora do relatório, à petição hoje em discussão, tentei cumprir com isenção e rigor a missão que me foi confiada. No entanto, devo registar que o trabalho foi limitado por recusa da maioria da Comissão em aceitar diligências que propus: ouvir os vereadores responsáveis, visitar o local, obter esclarecimentos técnicos e, acima de tudo, requisitar os pareceres das entidades competentes, especialmente da Agência Portuguesa do Ambiente. O que nos foi entregue foi apenas o processo municipal de Urbanismo com quatro pareceres da APA e um esclarecimento do pelouro do Urbanismo que reconhece cito: "O Município continua a aguardar pelo parecer de decisão da APA". Ainda assim, foi emitido o alvará e as obras avançaram. Em dezembro último pedi a esta Assembleia Municipal o envio de ofício à APA para esclarecer a questão da presença de água evidente a todos. Até hoje não obtivemos resposta, mas soubemos que, afinal, após um ano do início das obras e a cinquenta dias da caducidade do alvará de construção, o município decidiu pedir à Universidade do Minho um estudo, complexidade que esteve aos olhos de todos desde o primeiro dia que se tornou pública a concessão do terreno para um equipamento para serviços privados. Como é possível avançar uma construção sem saber a origem a montante da água pública no terreno? Onde está a prudência, a responsabilidade e o respeito pelo território e pelos cidadãos? Tudo indica que não foram acauteladas as condições mínimas de legalidade e interesse público que um

licenciamento desta natureza exige. Voto o relatório, mas não o faço em consciência tranquila. Faço-o porque os elementos disponíveis não me permitiram fazer mais. Discordo profundamente do modo como este processo foi conduzido e se limitaram ao resumo técnico do processo de urbanismo urbanístico, sem que tenham sido dadas condições para que, de facto, seja dada uma resposta à petição. Finalmente, deixo uma pergunta direta ao Executivo, que compensação concreta está prevista que beneficia a área onde esta operação urbanística está a ser realizada e de uma forma transversal, onde está a estratégia de sustentabilidade para Braga? Porque os bracarenses merecem decisões que pensem no futuro, não apenas nos interesses do presente". Passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES****, para dizer que: "Só uma pequena nota relativamente a uma práxis que normalmente é habitual neste modo de fazer política na Assembleia Municipal. Peço desculpa ao grupo do Partido Socialista porque eu tinha pedido também para falar, mas houve aqui uma alteração de ordem, o grupo municipal do CDS não se quer antecipar, nem de modo algum, contrariar essa ordem que, de forma muito saudável, existe entre os vários grupos. Sobre esta petição, como já foi aqui dito, é pena que não estejam cá os peticionários para de viva voz também poderem manifestar a sua intenção, que é absolutamente legítima e que é um bom exercício da democracia em liberdade e em contexto local, sendo que normalmente as petições locais têm provavelmente mais possibilidade de serem ouvidas do que as de nível nacional. Contudo, também pelo adiantado da hora, mas o certo é que estava agendada para este ponto número onze e, portanto, quem queria eventualmente fazer ouvir a sua voz, também deveria jogar com o tempo. O certo é que nós temos uma petição, como foi dito também, que começou em setembro de dois mil e vinte e três. Ela cumpre os requisitos de ter pelo menos um número mínimo de peticionários. E o processo suscitou um conjunto de*

dúvidas, tanto ao nível da Conferência de Líderes, como da própria Comissão Permanente de Urbanismo, mas depois dessas mesmas dúvidas esclarecidas, foi feito um trabalho muito relevante por uma comissão de relatores de três pessoas, Raquel Ribeiro, que ainda há pouco aqui falou, o Pedro Borges Macedo e o João Alcaide que, de forma muito competente, procuraram sumarizar aquilo que foi a história deste dossier. À Comissão Relatora não se pede que imitam juízos de valor ou façam um conjunto de apreciações sobre o processo, isso compete-nos a nós, enquanto deputados municipais. É para isso que nós aqui estamos. A Comissão Permanente, normalmente, faz um estudo prévio, faz um enquadramento muitas vezes daquilo que é o tema, naquilo que são também as políticas municipais, pede os esclarecimentos devidos, como o fez e, depois, sujeita esses elementos, normalmente sob a forma de relatório ou sob a forma de parecer ao Plenário da Assembleia Municipal, que é o órgão com poder deliberativo e o órgão soberano para o apreciar. E é isso que nós aqui estamos a fazer. Portanto, nenhum de nós deveria estar à espera que o relatório da Comissão Relatora ou da própria Comissão Permanente influenciasse a decisão que nós, de forma livre e democrática, devemos tomar. Portanto, eu creio que esta primeira nota, sobre o trabalho da Comissão e, em particular, sobre o trabalho da equipa relatora, é absolutamente justa. A segunda nota, tem a ver, não estando aqui os peticionários para o fazer, para também manifestar a legitimidade e, em alguns casos, até a própria concordância com as preocupações dos mesmos, relativamente a um equipamento que está em fase de construção e vai acontecer num terreno que estava previsto no PDM para o efeito. Não podemos esquecer que do ponto de vista daquilo que é a previsão no PDM, da antiga versão do PDM de dois mil e quinze, o terreno está classificado como urbanizável para equipamentos. Aliás, o terreno tem duas classificações, o terreno tem, nos mais de seis mil metros quadrados, tem

duas classificações. A classificação do terreno para uso de solo é urbanizável para equipamentos e também urbanizável para espaço residencial. Portanto, tem duas classificações, sendo que a do espaço residencial é muito diminuta. Portanto, do ponto de vista daquilo que é a preocupação dos moradores, os próprios sabiam que aquele terreno podia um dia ser urbanizável para um equipamento. E, desse ponto de vista, apesar da preocupação ser absolutamente legítima, seja com as questões ambientais, seja com as questões de melhoria da qualidade de vida e de lazer que este terreno poderia propiciar, mas o certo é que o próprio terreno estava absolutamente classificado para o efeito e, desse ponto de vista, não houve nenhum atropelo à legalidade. Por outro lado, havia, isso sim, um erro na forma como uma linha de água estava identificada no PDM de dois mil e quinze. É um dos grandes focos de discussão, o que é que é essa linha de água? Essa linha de água no passado pode ter sido a Ribeira de São Vítor? Provavelmente. Mas o certo é que hoje não é. Hoje é um coletor, numa boa parte do texto é dito como um leito de águas fluviais, portanto, tipicamente águas fluviais veem de uma ribeira, tal como um rio o é, mas hoje ele é muito mais um coletor de águas pluviais, razão pela qual a Câmara pediu a anulação do título de utilização de recursos hídricos que tinha sido solicitado, a APA tinha colocado isso como condição e o próprio requerente o solicitou, mas a Câmara, atualmente, considera que aquilo que é hoje o canal entubado da antiga Ribeira de São Vítor, é hoje essencialmente um canal de águas pluviais. E, portanto, não está ao abrigo do título de Utilização de Recursos Hídricos, razão pela qual, efetivamente, em dois mil e vinte e três a Câmara fez esse pedido. Depois, relativamente às questões, se quisermos, de cronologia, a Câmara e os respetivos executivos com uma configuração, um bocadinho mais forte do lado da coligação, porque no mandato anterior a coligação, como sabem, tinha sete vereadores, mas o certo é que tanto o Executivo, como a Assembleia Municipal, validou

consecutivamente, tanto a desafetação, como o contrato de concessão, como a cedência ao domínio público por quarenta anos deste terreno, para efeitos do equipamento que ali está previsto. Já foi aqui dito que a obra já lá está. Não, a obra está a ser feita. Nós não podemos, João Baptista, meu caro, ir fazer uma fiscalização de uma construção que ainda não existe. Nós podemos eventualmente fiscalizar projeto e acho que isso deve ser feito, aliás, como boa prática na gestão de qualquer entidade licenciadora. E agora, admitindo que na estacaria também já estejam na posição final, eu ainda não fiz essa verificação in loco, mas admitindo por boa essa tua informação, mas no projeto, como é dito no próprio relatório, eu até posso dizer qual é a página em que isso é dito, na página quarenta e duas, há a distância mínima que a APA impõe, que são cinco metros, entre cinco a dez metros e a distância que está consagrada no projeto da implantação do edifício no terreno é de seis vírgula vinte e nove metros, portanto acima dos cinco metros, e é por causa disso que, em vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, a APA dá o parecer favorável. Portanto, a APA não deu o parecer favorável a pedido, deu a pedido do requerente, naturalmente, através da Câmara, porque é assim que que os processos de licenciamento são instruídos. E, portanto, o que foi um processo absolutamente claro e cristalino, do ponto de vista daquilo que foi a tramitação em termos administrativos, os vários pedidos à APA, inicialmente é um parecer desfavorável, porque os elementos desenhados que recebeu marcavam o tal leito de águas fluviais da tal ribeira a atravessar o terreno, mas a realidade dos factos é que essa ribeira não existe, o que existe é um coletor que está na bordadura do terreno e, portanto, nem conflitua precisamente com a construção, mais do que isso, tem seis vírgula vinte e nove metros de distância, à parte mais próxima, à esquina mais próxima do edificado com esse mesmo coletor. E, portanto, desse ponto de vista, tanto técnico como administrativo, não houve nenhum aspeto que se pudesse apontar à

autarquia, aos vários serviços que a mesma desenvolveu, tanto no urbanismo como na mobilidade. O próprio estudo de mobilidade foi validado pelas Infraestruturas de Portugal, que é, como sabem, a autoridade naquilo que tem a ver com as vias, neste caso, a Nacional catorze, que é fronteira com o terreno em causa e, portanto, também aí não houve qualquer problema do ponto de vista do processo de licenciamento. Portanto, aqui chegados, o que nós aqui temos é um caso normal de um processo de licenciamento que, obviamente provavelmente incomodou bastante e incomoda alguns dos moradores e é perfeitamente legítimo. É tão legítimo como muitos dos nossos vizinhos ficarem incomodados se nós construirmos alguma coisa à frente da sua casa ou da sua janela. É um pouco o mesmo incómodo que pode gerar, sendo certo que estamos a falar e, agora, para quem acha que, de facto, estamos a falar de uma zona densamente povoada, mas atenção, o licenciamento das edificações que lá estão é muito anterior a este processo. Já agora, é muito anterior à entrada em funções da atual maioria coligação juntos por Braga. Portanto, se existe excesso de densidade urbanística naquele local, eu sei do que falo porque já lá morei perto, em frente até, esse processo não é de agora, tem décadas, e, portanto, é muito curioso ver o Partido Socialista muito indignado com aquilo que é o excesso de urbanização naquele local, quando é o principal responsável, é o responsável, para não dizer o principal, é o responsável, porque durante trinta e sete anos governou a Câmara e fez todas as autorizações de urbanização que ali estão presentes. Portanto, não vale a pena vir aqui rasgar as vestes e agora fazer de conta que estamos muito preocupados e muito solidários com os peticionários. Deviam ter estado com muitos daqueles que hoje lá moram e muitos daqueles que um dia poderiam lá ter morado, mas era há uns anos atrás, há muitos anos. Agora é mais difícil, porque agora o dano está feito, o dano do excesso de urbanização daquele local. Agora nada contra o processo de licenciamento,

nada contra o processo que foi conduzido de forma isenta. E não é à toa que a própria IGAMAOT, diz que não há problema rigorosamente nenhum com aquilo que foi a grande suspeita dos peticionários e de algumas forças da oposição que tentaram criar uma água onde ela não existia de facto. Não existe no sítio onde querem fazer crer que exista, porque ela não existe aí e como não existe aí, foi por causa disso que a APA deu o parecer favorável, não há mais nenhum parecer da APA. Podem pedir N vezes à APA, que a APA não vai dar mais nenhum parecer, porque já o deu em vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um foi muito claro. Em dois mil e vinte e um, se bem me lembro, era o Partido Socialista Governo. Então foi o Partido Socialista que deu intenções à APA. É isso não é João? Não foi em dois mil e vinte e quatro, porque, como sabes, a AD só começou a governar em abril de dois mil e vinte e quatro e esperemos que governe muitos anos. Agora o certo é que não há mais nenhum parecer da APA. Portanto, o Partido Socialista ou qualquer outro partido pode continuar a pedir pareceres, que a APA não vai dar mais nenhum, porque o que tinha que dizer já disse. E também do nosso ponto de vista, o processo está encerrado, está bem encerrado. Podemos de facto, continuar a discutir se aquele espaço e aquele território tem excesso de urbanização? Provavelmente sim. Mas é um legado, é uma pré existência. Quando este processo foi aprovado, já existia tudo o que lá está, exceto naturalmente, este terreno. O próprio PDM previa a urbanização. Portanto, é desse PDM que estamos a falar e foi o PDM que ainda foi feito no mandato do Partido Socialista, ainda que tenha sido só aprovado em dois mil e quinze, mas foi feito ainda, como toda a gente sabe, no mandato do Partido Socialista. E, portanto, este dossier, do nosso ponto de vista, não obstante o lamento de não estarem aqui os peticionários para também com eles debatermos este tema, mas o certo é que, do nosso ponto de vista, está encerrado. O relatório deve merecer a nossa aprovação. A própria recomendação que a

Comissão Permanente de Urbanismo faz de continuar a monitorizar o processo, em particular o estudo que foi encomendado à Universidade do Minho, mais para esclarecer como é que a água lá chegou, que tipo de recurso é que lá existe, porque ele não está a atravessar o terreno que, conforme muito no início se previa, ele está a passar ao lado e a origem do mesmo, a Câmara diz que é de águas pluviais, veremos se será, ou não, mas certamente, o mais importante é que cumpre o critério que a APA estabeleceu, um afastamento maior ou igual a cinco metros, tem seis vírgula vinte e nove metros e, portanto, desse ponto de vista, não há dúvida rigorosamente nenhuma. Há que continuar a fiscalizar, tanto na obra, como naquilo que são os desenvolvimentos deste estudo que foi encomendado Universidade do Minho e avançar, porque há muita coisa para fazer e Braga assim merece". Usou da palavra o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "Eu aprecio o esforço do Deputado Carlos Neves. Aliás, eu até entendo que ele, como um bom democrata cristão, escusava de ter gasto tanto tempo e dizia que o ginásio tem que estar ali porque Deus existe. Está tudo dito, porque oh Senhor Deputado, essa desculpa do PDM de que é para equipamento, eu ouvi-o caladinho, com uma paciência danada, o esforço que o Senhor fez para gastar tanto tempo, para tentar justificar o injustificável. Os moradores queriam um parque infantil. É um equipamento. Portanto, se fosse feita a vontade dos moradores, não se ia contra o PDM. E, depois, esse argumento de que densificaram demasiado aquela zona, em termos de construção, mas a responsabilidade não é do atual executivo? Quem lá vai densificar ainda mais é o atual executivo, ou sou eu que estou errado? Meter lá mais um ginásio com aquela dimensão não é criar ainda mais densidade? Eu acho que sim. Era mais uma razão para deixar estar o espaço verde. Mas eu vou lhe dizer, Senhor Deputado, a si e ao Senhor Deputado do Aliança, que de facto o Bloco, até falou de uma forma*

metafórica, porque pensámos que nos fazíamos entender, mas o problema aqui não é um problema do relatório. O problema aqui, Senhores Deputados, chama-se democracia. O problema é esse. É que era um terreno público usufruído pacificamente e com inclusivamente o beneplácito de alguns membros do Executivo pelos moradores, e foi extorquido aos moradores. E, portanto, isto é uma questão de democracia e é o que nós falamos aqui. Sabe qual é a linguagem que ninguém gosta de ouvir aqui mas que se pode dizer neste caso? Eu se fosse Presidente de um Executivo que fizesse isto a uns moradores que pacificamente plantaram árvores e adaptaram um terreno, que estava disponível e que era público, para usufruir publicamente, se eu fosse o chefe do executivo que alienasse esse bem estar dos munícipes por causa de um privado que quer fazer um ginásio que vocês chamam centro desportivo, eu metia a cara num saco, porque isso chama-se democracia. Isto é tirar ao público para meter no privado. A gente não votou o programa lá do Hospital da Trofa. Sabe quantificar quanto é que o Hospital da Trofa vai meter ao bolso, por setenta postos de trabalho em não sei quantos anos, e alguns subcontratados ? Eu só estou a dizer que para os privados, ou seja, para os privados há tudo. Mas ninguém está a dizer que são demónios. Ninguém retira os direitos aos privados. O que ninguém tem o direito é de usurpar aquilo que é público em favor dos privados. Eu não me importo dos apartes, mas agora não me deixar falar, depois diga tudo aquilo que quiser, até porque tem muito mais tempo que eu. Eu digo sempre o mesmo e o Senhor diz sempre o quê? O Senhor vem cá fazer um laudatório ao Executivo, que está tudo bem, como fez o Senhor Deputado Carlos Neves, cumpriram-se as normas, está tudo bem. O que é certo é que os munícipes ficaram sem o terreno e mais do que ficar sem o terreno é o que lá estava. Mas isso não é só lá. Eu já disse isso há bocado. Nós tínhamos um parque norte em projeto, que mesmo como estava, aliás, é o que acontece nas Sete Fontes, as pessoas podiam

ir para lá e agora não podem, porque vocês cederam ao Braga, que agora até tem capitais lá do petróleo e essa coisa toda e isso tudo, e os munícipes não podem ir para lá. Mais, inclusivamente eles dão-se ao luxo de usurpar o terreno que lhe foi atribuído, nomeadamente vindo até à via rápida e isso não está no contrato que foi feito e, no entanto, ninguém fiscaliza, ninguém diz não, vocês não podem pôr aqui isto, mas põem. E o problema é esse. O problema é que para vocês, para a vossa maioria, uns podem tudo e outros não podem nada e isso chama-se violar a democracia e usurpar a coisa pública. Tem a resposta dada, pode dizer o que quiser". Registou-se depois a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO ORLANDO TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE****, para salientar que: "quatro ou cinco notas que me parecem fundamentais. Sendo certo que a primeira eu queria fazê-la diretamente aos cidadãos peticionários, que aqui já não se encontram, já estiveram, mas não estão, mas ainda assim, não queria deixar de fazer esta nota que é, no que concretamente diz respeito à petição, aqui objeto de apreciação, bem como ao respetivo relatório, não posso, como membro do Grupo Relator, que elaborou o mesmo, deixar de referir que o ideal, o desejável, aliás, o dever ser, era que este assunto já tivesse sido debatido neste plenário da Assembleia Municipal mais cedo do que agora, tarde e até a horas tardias, dando uma resposta atempada, tempestiva aos cidadãos, porque a política é isso mesmo, dar respostas adequadas e atempadas aos cidadãos. Julgo que é fundamental fazer esta menção e que ela fique aqui bem clara. Seria perante os cidadãos, não é, mas fica aqui expressa, como creio que deve ser. A segunda nota, relativamente ao relatório propriamente dito, creio que podemos afirmar com segurança, que se trata de um documento sério. Foi dito que era kafkiano. É sério. Pode ser exaustivo. Não é kafkiano. É sério, rigoroso, objetivo e, como eu disse, até exaustivo. Mas não é kafkiano. Com um desígnio bem evidente, vincado, ser factual, objetivo, na medida do possível,*

despido, desprovido de análises mais subjetivas, que facilmente poderia suscitar que ficassem expressas avaliações mais partidárias. Portanto, um relatório factual, objectivo, sério, rigoroso e claro. Terceira nota, no que respeita também ao documento, podemos dizer que o mesmo, em síntese, compreende a ordem cronológica da petição, um resumo da reunião com os peticionários, deliberações dos órgãos municipais. E não esquecer uma coisa, falamos de democracia. A democracia faz-se aqui, faz-se nos órgãos municipais, faz-se na Câmara Municipal, faz-se na Assembleia Municipal, na Assembleia Municipal, onde nós estamos como eleitos e tomamos a cada sessão decisões. Isso é a democracia com as suas regras, com o seu funcionamento, e julgo, é perigoso que sejamos os primeiros a dizer que isto não é, ou passar a ideia de que isto não é a democracia. A democracia, é o que estamos a fazer aqui, agora, a tomar decisões, é isso mesmo, é democracia. Deliberações dos órgãos municipais que estão no relatório, uma resenha, e é importante do processo municipal. Se nós queremos ver se as coisas estão como devem estar, nós temos de analisar o que tem de ser analisado. Não há outra forma de fazer as coisas. Há a referência ao arquivamento da denúncia pelo IGAMAOT, e dizer a este propósito, a demora foi excessiva. Se há uma ínfima vantagem no facto de o relatório aparecer apenas aqui, agora, é mesmo esta, o arquivamento da denúncia do IGAMAOT, é mais um elemento absolutamente fundamental para aquilo que estamos aqui a analisar, e conclusões também no relatório, elas também muito factuais e objetivas. O documento possui como propósito essencial evidenciar os factos, colocar a luz sobre os mesmos. Não se trata de uma questão de fé, é uma questão de factos, pretendendo fornecer elementos e dar respostas sobre as várias questões, designadamente a classificação do terreno a intervir no PDM, que já foi abordado pelo Deputado Carlos Neves, tem uma dimensão de equipamento e tem uma outra de espaço residencial. E isso, Deputado Lima, é absolutamente

essencial, porque é o que as coisas são e podem vir a ser. É o que está previsto nos documentos de gestão do território, é mesmo assim, não há outra forma. O estudo de tráfego, e eu aconselho a ler as conclusões porque elas também são bastante cristalinas. Os pareceres da Infraestruturas de Portugal que estão lá, os pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente que estão lá, nomeadamente o parecer favorável e o licenciamento do complexo desportivo. Uma outra nota para dizer, o que é que temos aqui e o que é que espelha o relatório? Um procedimento administrativo de licenciamento urbanístico que é longo, de facto, e isto é exaustivo. Há deliberações que remontam ao ano de dois mil e dezoito, a desafetação do terreno, a concessão de exploração do terreno, já começou lá atrás. Um processo que foi tramitando, nomeadamente com os pareceres das entidades externas. E refiro-me aqui de uma forma especial à Infraestruturas de Portugal e à Agência Portuguesa do Ambiente que foi licenciado, foi emitido o alvará, foi emitido o título de Utilização de Recursos Hídricos. Portanto, tudo legal. E a questão de ser legal é mesmo muito importante, porque estamos em democracia e estamos num estado de direito democrático que obedece a leis e normas, e o ser legal não é uma questão menor, é uma questão maior, que é a questão de saber se cumprimos ou não com as regras que estão estabelecidas para todos. E a Câmara cumpriu. Reiterar, uma vez mais, a primeira nota de que de facto, preferíamos, ou era desejável, termos discutido este assunto mais cedo do que mais tarde. Temos um relatório que, ainda assim, julgo, tem essa vantagem de ser um relatório claro, sólido e uma base consistente para a discussão que aqui estamos a fazer. E um procedimento que factualmente é absolutamente legal. Podemos discutir se gostámos mais, se gostámos menos. Aliás, diziam-me alguns Deputados que o relatório também tinha esse condão de demonstrar uma imagem do que ia lá ser feito, porque alguns não sabiam o que ia lá ser feito. Até esse condão o relatório tem, de demonstrar o que

lá vai ser feito. Podemos gostar mais, podemos gostar menos, mas não podemos dizer que aquilo que foi feito é ilegal e isso é absolutamente fundamental em democracia". O ***Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS*** *usou da palavra para dizer que: "a minha intervenção é curta e tem a ver com o adiantado da hora, às vezes faz-nos tentar perceber o que é que se está a passar aqui e tendendo, de alguma forma concordar, com a intervenção anterior, na parte em que diz que os processos, que é legal, portanto que tudo o que se passou foi legal, faz-me tentar perceber porque é que assistimos durante bastante tempo a uma situação de malabarismo, a duas coisas ilusionismo e malabarismo. Tivemos aqui o representante do CDS a dizer que não havia ribeira nenhuma, que não existe e, portanto, aquilo era infundado, qualquer suspeita era infundada. O despacho do IGAMAOT, diz que a coisa é arquivada exatamente porque a APA agiu de acordo com a lei, e neste caso, a lei que existe é o regime de uso de recursos hídricos, porque efetivamente há uma autorização para ocupar o recurso hídrico e, portanto, eles exigiram um afastamento de cinco metros de um recurso hídrico que existe. Portanto, não é preciso inventar, ele existe. A APA reconhece que ele existe e que está lá. Não há essa discussão. A própria Câmara Municipal, vem dizer aqui uma coisa muito gira no projeto, que é identificar a Ribeira de São Vítor. Portanto, há aqui uma espécie de, ah não, a ribeira não existe, portanto isto nem se coloca, mas o processo é todo legal. Se o processo é legal, maravilha. Mas é isso. Isto é uma opção política. Houve uma opção política de fazer o ginásio ali. Assumam-na. Não é preciso subterfúgios, é assumir com clareza, sem rodeios. E não é preciso nem malabarismo, nem ilusionismo, porque não é o facto de pôr uma ribeira dentro de uma manilha, que a ribeira desaparece. Ela existe normalmente em situações de cheias rápidas, volta a mostrar-se e a dar bons resultados. Não é preciso ser engenheiro civil para ter esta noção, qualquer pessoa*

atenta, seja geógrafo, seja arquiteto, seja engenheiro mecânico, sabe perfeitamente que não é o facto de ela estar entubada que ela desapareceu para a eternidade. Deixou de existir, uma ilusão. Deixámos de a ver, mas ela existe, ela está lá e pode vir a trazer consequências. A minha questão e aquilo que me traz aqui é esta mesmo. Assuma-se a opção e assuma-se a opção de pôr em causa um espaço verde de utilização coletiva, que existia, de facto, que foi construído, de facto, e foi melhorado, de facto, pelo pelouro do Ambiente, que, espante-se, era do CDS e que viu o seu trabalho, toda a propaganda que fizeram, e não foi assim tão pouca quanto isso, tudo quando fizeram sobre aquilo, a esvair-se assim de um momento para outro, a desaparecer. Assuma-se isso. Assuma-se que foi uma opção que se fez desaparecer aquele espaço, por troca de uma mão cheia de nada, por uma tuta e meia. Eu há pouco fui buscar o relatório porque já não me lembrava de uma intervenção que a C.D.U. fez, neste caso, que fui eu que fiz em dois mil e dezoito, em que tinha as contas feitas. Aquilo é uma renda que corresponde a mil e quinhentos euros. Portanto, aquilo do ponto de vista financeiro para a Câmara, um disparate pegado, tipo, veja-se como é que está o imobiliário. Não está ali uma renda que vale vinte cêntimos o metro quadrado. É tornar mais densa a área mais densa do país, independentemente da cidade, independentemente dela ser de quem é que densificou ou não densificou. Há um problema, há uma densidade demasiado elevada naquela zona. Qual é a solução? Vamos densificar mais um bocadinho. Vamos impermeabilizar mais um bocadinho. Isso não faz sentido. Faz sentido criar soluções para tornar a vida daquelas populações mais aprazível, mais equilibrada e com acesso a espaços que permitam usufruir. Este, de facto, existia e era de facto utilizado. Não foi projetado, não se gastaram milhões, não era o maior espaço urbano da cidade, mas era um espaço urbano que existia e que, de facto, existia de facto, era usufruído, de facto, e que desapareceu a troco de nada". O ***SR.***

***PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR**, **RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA** interveio para referir que: "Eu creio que já ouviram algo muito parecido hoje, logo no início, ainda no período da ordem do Público, porque ainda estavam aqui os moradores e tomaram a liberdade de fazer esta intervenção. A verdade é que há pouco, quando falava com eles, diziam nós fizemos esta intervenção, mas parece que depois ainda nos puxaram as orelhas, porque diziam que havia aqui um ponto para nós discutirmos isto, mas também não sabemos a que horas é que se discute isto e a verdade é que nós amanhã trabalhamos, porque há gente que amanhã trabalha. Só que os cidadãos, obviamente, estão a tentar fazer o cumprimento do seu dever. E, portanto, eu só queria pegar aqui, mais uma vez, em algumas palavras ditas pelos moradores, porque na verdade, também compete ao Presidente da Junta da área local assumir essa voz e, portanto, dizer-vos só alguma coisa relativamente àquilo que os moradores também escreveram. Passados praticamente dois anos desde a entrega da nossa petição, vimos hoje, finalmente, esta Assembleia Municipal ter oportunidade para reverter o processo e iremos perceber quem está ao lado das pessoas. Consideramos que o relatório apresentado nada diz. Tem muitas páginas sim, mas falta-lhe conteúdo, substância e, acima de tudo, a avaliação real dos impactos desta construção. No entanto, encontrámos um ângulo morto na página setenta do relatório da Comissão, lê-se que a Câmara Municipal de Braga solicita a anulação do TURH pedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, justificando esta anulação com a existência do coletor de águas pluviais no terreno tutelado pelo município. Ora, o executivo decidiu, a treze de maio de dois mil e vinte e quatro, afirmar que a Ribeira desapareceu ou se esvaiu pelos coletores de águas pluviais, desvalorizando completamente o facto de, segundo a lei, a existência de um curso de água, mesmo entubado, continua a implicar proteção legal e servidão*

administrativa. Eu queria-vos fazer aqui um desafio e, se calhar, podemos fazer até aqui um convite e um convite extensivo, obviamente, a todos os membros desta Assembleia. Vamos um sábado de manhã, assim que haja oportunidade, vamos às Sete Fontes, e eu vou-vos mostrar os sítios onde, em alturas de carga do lençol de água sai a ribeira de São Vítor e tenho todo o gosto em mostrar-vos porque está entre a mina do Alvim de Baixo e o antigo tanque do Alemão e vê-se o alinhamento, precisamente ao sítio das sarjetas, onde depois entra para as águas pluviais. E isto é muito fácil de fazer, sobretudo porque obviamente que a água ali anda enterrada, porque nas Sete Fontes anda a uma cota superior do que aquilo que está na zona do Retail Center e, portanto, terei todo o gosto em mostrar-vos isto, porque também temos esta facilidade de conhecer as Sete Fontes há muitos anos, fazer visitas guiadas lá há muitos anos e perceber de facto como é que os lençóis de águas se comportam. E dizem os moradores, ainda, perguntámos, por isso, se estamos perante uma tentativa de desviar a atenção da Agência Portuguesa do Ambiente? Agora querem recorrer à Universidade do Minho para confirmar se existe ou não uma ribeira. Volto a dizer, se quiserem poupar dinheiro, eu digo-vos onde é que está o leito quando está em situação de carga. Mas se se confirmar como se reverte uma decisão mal fundamentada, já com impacto no terreno, como se justifica um licenciamento desta dimensão, ignorando evidências nas plantas dos projetos desde o primeiro dia, e como é que o Departamento de Urbanismo, Ambiente e Fiscalização da Câmara de Braga validaram esta obra sem garantias claras? Avançou-se com a construção e só agora se procura confirmar o que há dentro da conduta. A verdade é que passámos por um período de grande estio, não houve pluviosidade e o buraco que lá está, estava absolutamente inundado de água, estava cheio de água, com as bombas a deitar as águas para as sarjetas. Todos sabemos os Senhores também, que esta construção privada foi permitida sobre um terreno

público, num local onde existe um manancial de água que nunca vai deixar de existir, e só não vai deixar de existir se efetivamente ainda se conseguir reverter pelo menos a possibilidade de impermeabilizar o solo. E perante isto, quem deveria pronunciar-se, escondeu-se, demitiu-se das suas obrigações e muitos mais dos eleitos aqui presentes esfregaram as mãos e viraram a cara. Abrimos as janelas das nossas casas e vemos a realidade de um buraco enorme com água. Sabemos há quanto tempo a obra está parada. A única coisa que se tem feito no local é ligar uma auto bomba para drenar a água acumulada e enviá-la para o rio Este, mesmo com o calor que se faz sentir, a água precisa de ser bombeada para desaparecer. E numas notas pessoais os moradores dizem: e o que é que Braga ganhou com isto? Sabendo que a obra foi dispensada da apresentação do título de utilização dos Recursos Hídricos e afirmando o desaparecimento da ribeira, pelo menos a interpretação dos moradores na leitura deste relatório, é que isto não está muito claro e portanto, também gostariam de aceder aos estudos e às evidências que suportam esta tomada de decisão e também levantam as questões se o tráfego que hoje é sentido naquela zona, sobretudo com uma única via de acesso ao hospital, se efetivamente vale a pena ter esta pressão toda. Se pudermos, de alguma forma, ainda contribuir para melhorar o ambiente urbano numa zona em que entretanto foi mais identificada, que ainda será mais danificada, já está a decorrer a obra da Fábrica Confiança, vai decorrer a obra do Hospital da CUF, portanto, imaginem que hoje aquela zona que é de facto bastante densa, que tem bastante trânsito, que é talvez das zonas mais sobrecarregadas de Braga, potencialmente ainda ficará mais. E sabemos que hoje também, até do ponto de vista da saúde mental, é importante que os cidadãos tenham acesso a espaços verdes de usufruto e, portanto, se nós pudermos pelo menos redesenhar a nossa cidade e o nosso concelho de Braga para prestar melhor apoio também à saúde e à saúde mental dos nossos

cidadãos, com certeza estaremos a fazer o melhor serviço ao futuro". O ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *usou da palavra para dizer que: "Sejamos claros nisto. Como já aqui foi dito, a decisão é política. Mas a decisão deste executivo foi contra o interesse e a vontade dos moradores, porque são eles que lá vivem, são eles que sofrem todos os impactos. Mas também foi uma decisão contra o ambiente. Foi uma decisão contra a mobilidade. Foi uma decisão para e contra a fluidez de trânsito. E, portanto, sejamos claros, a Câmara poderia decidir de outra forma, mas entendeu decidir desta. E a Câmara, até enquanto regulador, deveria perceber que os impactos que uma construção daquelas teria para o local, seriam extremamente negativos em todos estes setores. Isto para dizer, concluindo, que aqueles que no passado nos acusavam de que não havia zonas verdes, nós deixámos ficá-las e eles, agora, estão a destruí-las. Aqueles que no passado tinham a narrativa do betão estão hoje a superar-nos naquilo que é o volume do betão em Braga". Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, para salientar o seguinte: "Acredito que a Câmara Municipal ainda queira falar, mas há aqui duas ou três coisas que eu não posso deixar passar em claro. A primeira, desde já, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Victor. Já sabe qual é a sua posição sobre este assunto? É que eu ainda não percebi, e julgo que os cidadãos também ainda não perceberam, vir aqui debitar a posição que os cidadãos legitimamente aqui trouxeram, fazendo passar por sua essa posição, sem a assumir, julgo que tem sido a prática comum do Senhor Presidente de Junta ao longo deste processo. De cada vez que chove, abriga-se, mas não tenha a mínima ilusão, quando chove, o respingo atinge-lhe na cabeça. As pessoas já conhecem este paradigma de atuação e agora que é candidato, eu não sei onde está, por isso é que eu estou aqui a olhar para todo o lado e não o encontro, está ali, peço desculpa, quero olhá-lo nos olhos para*

lhe dizer isto. Alguém que é candidato à Câmara Municipal de Braga, tem de ter a coragem de ter uma posição sobre os assuntos e não andar a papaguear aquilo que os cidadãos dizem ou deixam de dizer, mas sim a ter uma posição de fundo, porque se há coisa que não teve, durante todo este processo, foi a posição de fundo. Portanto, vamo-nos colocar num plano de responsabilidade e de maturidade democrática, que é aquilo que os cidadãos nos exigem. E, para isso, é preciso dizer cara a cara, nos olhos dos cidadãos que, infelizmente, já cá não estão, e com esta maturidade, eu também se me lhes dirijo, e digo que não gosto de ter uma petição em que os próprios cidadãos se vão embora, porque entendem que não é conveniente discuti-la a uma determinada hora. Eu estava até na disponibilidade, como julgo que todos teríamos, de antecipar este ponto na ordem do dia, para ser um dos primeiros, para que os cidadãos pudessem tomar parte na discussão e no debate, mas nem isso tivemos a oportunidade de fazer, porque pura e simplesmente vieram cá no ponto do público, fizeram a sua intervenção e foram embora. Vamos ser maduros democraticamente, os cidadãos que, legitimamente, se queixam deste processo, que ainda mais legitimamente se queixam da duração deste processo, que se mostram exasperados com este processo, que se queixam que a obra agora nem anda, apesar de sabermos bem que ela vai andar, mas não interessa, que a obra nem sequer anda e o desespero é tal que lhes permite chegar aqui, fazer uma intervenção e irem-se embora. Desculpem, a maturidade democrática adquire-se de parte a parte, sobretudo numa Assembleia como esta, que não é feita de profissionais. Alguns recebem senhas, nós, pelo menos no nosso partido, temos o hábito de a doar ao partido, mas isso não está aqui em causa. Aquilo que recebemos, seguramente, não justifica o tipo de trabalho que temos, nem é por aí que nós estamos aqui envolvidos, estamos envolvidos porque gostamos da causa pública e fazemos aquilo que fazemos aqui com muito gosto, mas com a sua dose

de sacrifício. E, portanto, os cidadãos, quando cá vêm, quando pedem alguma coisa, também têm que ter a maturidade, porque não são crianças, nem devem ser tratados como tal, têm de ter a maturidade de, no momento próprio, exporem as suas ideias, debaterem, lutarem por aquilo em que acreditam e discutirem, cara a cara, connosco, porque têm que também nos dar as oportunidades para, cara a cara, lhes dizer aquilo que entendemos, porque depois não pode passar aqui a ideia, repito, não pode passar aqui a ideia de que houve ilegalidades neste processo. E ainda bem que já houve alguns Deputados da oposição que já vieram aqui dizer, porque depois, lá para fora, o que passa é que não, não, há para aí um parecer perdido, não há parecer nenhum perdido. Todos os pareceres que existiam e que foram pedidos estão no processo. Toda a informação que era necessária foi acedida para aquilo que nós estamos aqui a discutir. Não há razão nenhuma para se dizer hoje que falta informação para sabermos se a Câmara fez bem ou mal do ponto de vista da legalidade. Subjetividade política total. Os Senhores criticam, nós defendemos, é a vida. Agora, do ponto de vista da legalidade, peço desculpa, que venha aqui a primeira pessoa que indique a ilegalidade que está aqui neste processo. E vamos então ser maduros politicamente e chegar a esse ponto. Outra coisa que eu não posso admitir, que já ouvi na comissão, que entendi que era uma barbaridade, mas que agora ouvi repetida, ainda por cima por mais um candidato, ainda por cima da CDU, que eu considero e estimo e acho que tem tido genericamente uma postura responsável, apesar de não estarmos de acordo em quase nada, mas vir cá dizer que o estudo que se está a pedir é feito, não só a pedido verdadeiramente no sentido mais básico da palavra, como os resultados já estão predeterminados, isto não pode ser aceitável. Nós não podemos gostar da Universidade do Minho para umas coisas e, desdizê-la, para outras. Ou bem que é uma entidade de confiança, ou bem que as pessoas que lá trabalham são pessoas

de confiança, ou bem que não são. Maturidade democrática, discutamos, mais uma vez, na lógica do maior ou menor benefício para os cidadãos daquele projeto, tudo bem. Vir-se aqui dizer: ai os problemas que aquilo dá no trânsito, temos pareceres da Infraestruturas de Portugal. Ai os problemas da ribeira, temos os pareceres da APA. O que é que é mais preciso para deixarmos de discutir pontos que estão devidamente sanados pelas entidades competentes e para passarmos a discutir a parte politica? Porque a parte politica, peço desculpa, não é assim tão simples. Nós entendemos que aquilo é um equipamento que tem virtudes e que pode trazer para aquela área benefícios à população e benefícios à cidade, porque também é preciso mais uma vez, maturidade democrática. As decisões não se tomam, porque há um conjunto de moradores, que entendem que ali ficaria melhor uma rosa em vez de ficar uma jaula. As decisões tomam-se em função da cidade e, muitas vezes, há cidadãos que ficam prejudicados em face de um benefício maior. E nisso podemos discutir e não temos que estar de acordo. Agora, repito, não me venham para aqui dizer que há estudos encomendados e que a Câmara decide, lá está, com essa benévola intenção de contratar e, por via do dinheiro, chegar à conclusão que pretende ter desde o início. E a questão que eu julgo que o Senhor Vereador conseguirá explicar muito melhor do que eu relativamente à existência ou não da ribeira do tal curso de água, não se prende sobre se, eventualmente, em algum momento, a ribeira existiu, se passou por aquele curso e se hoje passa por onde passa. Como disse há pouco, e bem, o Pedro Casinhas, nós já sabemos por onde é que ele eventualmente passa, o que se discute, e aí o Senhor Vereador falará melhor do que eu, é que quando os técnicos da Câmara lá foram, aquilo que encontraram, já não era um curso de água, já não era um ribeiro. Podemos discutir, depois, se há uma carga de água e se de repente aparece, muito bem, façamo-lo, mas o pedido que a Câmara fez para retirar aquele elemento que lá está do Plano dos Recursos

Hídricos, foi justamente porque entende pela observação de que já lá não existe, já não existem as tais águas fluviais, já só nos restam as águas pluviais. Mas vamos ver. Pedimos, exatamente por isso, para que não restem dúvidas, para que alguém abalizado e com competência para o facto, olhasse para este elemento e também se pronunciasse sobre ele e, depois, então, teremos as conclusões. Mas há algo que não podemos discutir, é como eu já disse também na Comissão, nem que brote dali o Mar Egeu, a APA já se pronunciou. E sobre as distâncias, não há dúvida nenhuma, estão cumpridas. É legal o processo, é legal a obra e, agora discutamos aquilo que devemos discutir, política". A palavra foi da ao ***Sr. Deputado da C.D.U.****,* ***PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS****, para dizer que: "O meu pedido esclarecimento é tentar perceber se o Senhor Deputado João Marques, independentemente da discussão política, mas é porque depois é, se calhar, a mais importante e aquela que devíamos estar aqui a discutir, que é a vossa opção de tornar mais densa a cidade numa zona que tem um problema com isto. Mas esta discussão foi aqui para trás, para a frente, para trás, para a frente, a toda a hora, o Senhor Deputado tem a noção como é que funciona o ciclo da água? Isto é quase elementar e primária. Os cursos de água, qualquer que ele seja, tem água, a água que lá chega vem de escoamento, predominantemente escoamento superficial que vem da chuva. São águas pluviais, todas, quaisquer que elas sejam. A minha questão é: faz sentido estar a discutir isto? Faz sentido esta discussão? A minha questão é vamos a um sítio onde a água circula, independentemente de tudo, a água chove. A minha dúvida é: está resolvida a discussão, ou se vocês consideram, e bem, que era esta a minha dúvida, que está resolvido o problema jurídico. Existe um licenciamento feito pela APA. Existe tudo. Faz sentido gastar-se mais recursos financeiros do município num processo que poucos recursos traz ao município para continuar uma discussão que é um bocado estéril, porque é indiferente ela estar de*

facto lá, ou não estar. A minha dúvida era se considera que isto é uma discussão pertinente neste momento? O ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES****, questionou: "se a pergunta é, se eu entendo, e se o Grupo do PSD entende, que é relevante aceder à verdade dos factos, nós entendemos que sim". O* ***SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR****,* ***RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA*** *interveio para: "Responder aqui ao colega João Marques, que a posição de Presidente da Junta é aquela que a população quiser. Porque é muito fácil quererem carrilhar isto para uma questão partidária, mas isto não é uma questão partidária, isto é uma questão cívica, isto é uma questão de cidadania, isto é uma questão de querer estar ao lado do povo. E, portanto, quando o povo se quer manifestar, nós estamos aqui para o ouvir. É uma coisa que, se calhar, vocês não estão habituados a ouvir, mas é a democracia que funciona e, portanto, se não estão habituados a isso, têm que aprender. E é uma questão de hábito, porque, se calhar, vão ter que começar a ouvir mais vezes. A verdade é que tantas vezes se deve ter em atenção àquilo que a Junta de Freguesia precisaria que, neste relatório, não consta um único parecer da Junta de Freguesia e, tanto quanto me parece, quando se fala ao fazer aqui a execução do relatório, parece-me a mim que nunca ninguém quis ouvir a Junta de Freguesia. Não houve aqui a propositura de receber o Presidente da Junta e, portanto, isto também diz muito daquilo que as pessoas na versão da Comissão, querem ouvir sobre aquilo que é a voz da Junta de Freguesia de São Vítor". A palavra foi dada ao* ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES*** *para salientar o seguinte: "Eu peço desculpa, quer dizer, nós não devemos pedir desculpa por intervir, mas a hora, de facto, vai tardia, é o que é, e eu que, há dois anos, que ouço as maiores barbaridades acerca deste assunto, inclusive, dentro desta Assembleia, acho que*

tenho o direito de, finalmente, depois de tantos ajustes de contas prometidos, por parte de alguns deputados, e não vou precisar dizer quem são porque eles sabem quem são, chegamos ao fim e percebemos aquilo que também o Deputado Pedro Casinhas cá veio explicar. É que, de facto, nós podíamos ter dois tipos de discussão acerca deste assunto, ambos legítimos, um político, acerca da opção tomada e acerca de se saber se era bom, ou mau, que houvesse ali um ginásio. E mesmo sobre isto há muita coisa a dizer, porque foram aqui ditas imensas inverdades. Foi dito que o terreno foi alienado e não foi, o terreno é público, é uma concessão, uma concessão, por definição, é a prestação de um serviço para um privado que o público acha que não pode ou não deve prestar e que pode ser melhor prestado pelo privado. O terreno há-de ser público no fim da concessão, tudo aquilo que lá for construído e equipamentos existentes passarão para o domínio da Câmara Municipal. Foi negociada uma renda? Sim. Foram negociados benefícios para a população da zona envolvente ao ginásio. Isto faz-me lembrar a questão das Goladas. Outro dia visitei o pavilhão das Goladas. Agora, toda a gente vai ao Pavilhão das Goladas com um grande sorriso e toda a gente se esquece do que disse do pavilhão das Goladas. Mas uma das coisas que aconteceu no pavilhão das Goladas é que, com os processos judiciais interpostos, com as providências cautelares, com toda aquela confusão que, no fim, deu em nada, porque mais uma vez tentaram usar expedientes jurídicos para discutir aquilo que é político, a determinada altura, o Hóquei Clube de Braga tem, julgo que são seis miúdos na formação. Entretanto já tem umas dezenas, umas largas dezenas e quase metade destas dezenas, são miúdos que moram a cem, duzentos metros do pavilhão das Goladas. E talvez isso também venha a acontecer com o ginásio, e talvez aquilo que tentaram fazer com as Goladas e que hoje vão todos em fila e de grande sorriso na boca, falar bem sobre aquilo que se fez nas Goladas, o problema na questão do

Supera, é que os Senhores andam há dois anos, os Senhores, alguns, a querer invocar matérias de direito, a querer levantar suspeitas, a querer levantar juízos de valor, acerca daquela que foi a atuação da Câmara Municipal. E quando fazem esses juízos, fazem-nos sobre quem decidiu, que fui eu. Fazem-nos sobre o Presidente de Câmara, que lidera o Executivo. Fazem-nos sobre chefias, que são trabalhadores da Câmara Municipal. Fazem-nos sobre trabalhadores de base da Câmara Municipal, que desde o início, que dizem que, naquele lugar, não passa, ao contrário daquilo que dizia o PDM de dois mil e quinze, uma linha de água. Os Senhores podem acreditar ou não, se calhar, um dia até vos posso explicar os meus dias anteriores à assinatura do despacho da aprovação deste projeto de arquitetura, mas garanto-vos que nenhum dos Senhores tem menos razões ou mais razões para querer, do ponto de vista pessoal, aquele ginásio, naquele lugar, porque eu ando há dois anos, de forma mais ou menos sub-reptícia, há então um membro em particular desta Assembleia que, de forma viva, olhos nos olhos, como dizia, um dia o Senhor vai ver o que vai acontecer, um dia, não esconda, não nos minta. Chegamos ao fim, a pessoa pouco ou nada diz acerca daquilo que disse anteriormente. Limita-se a repetir uma série de mais inverdades ainda acerca da forma como o relatório foi feito, mas relativamente àquilo que andou a dizer durante dois anos, não tocou nem num aspeto. Mas isto para dizer o quê? Nós, quando falamos de democracia, e não me cabe aqui, a mim, estar a dar lições de democracia a ninguém, mas temos que também ter a preocupação, e aqui isto tem a ver com o facto da participação cidadã e da forma como se exerce a cidadania. E uma das coisas que nós, enquanto políticos, acho eu, e até enquanto eleitor, enquanto elemento passivo daquelas que são as decisões dos Deputados Municipais desta Assembleia Municipal que tenho que ter, é de falar verdade às pessoas. E aquilo que se passou é que, pelos vistos agora temos os argumentos políticos todos,

a determinada altura não tinham argumentos políticos nenhuns, até porque ou se abstiveram nas deliberações que foram tomadas, ou como como a Junta de Freguesia de São Vítor, por exemplo, votou favoravelmente a desafetação daquele espaço para aquela utilização. Portanto, a Junta de Freguesia de São Vítor sabia para que é que ia servir aquele terreno. Mais, fala-se aqui do PDM, isto não está definido no PDM. Isto está definido no loteamento, julgo eu, de mil novecentos e noventa e sete, assinado por alguém que previa ali a criação de um equipamento. E, portanto, reparem só nestes dois pequenos pormenores do facto de isto já estar previsto desde mil novecentos e noventa e sete, a criação de um equipamento ali, muito anterior à construção daquelas habitações. Podemos depois discutir se já está mais densamente povoado, se não está, o que é que é um terreno densamente povoado. O que é que significa ter alguns serviços junto de habitações em zonas centrais urbanas densamente povoadas, eu acho que essa é a grande discussão acerca deste assunto, mas a verdade é uma, nós andamos há dois anos a discutir uma aparente ilegalidade, um crime muitas vezes quase insinuado no âmbito deste processo. E este processo, desde o início ao fim, que se pautou, apenas e só, pela tomada de decisões baseadas em informações técnicas, que foram validadas por decisões de outras entidades que tutelam determinados recursos naturais, nomeadamente a APA. E, depois, há aqui outra coisa que nós não nos devemos esquecer, falou-se aqui da denúncia na IGAMAOP. Não foi uma denúncia, foram dezenas, dezenas e que, no fim, deram nisto. E, portanto, eu aqui convidava, se calhar, quem durante estes dois anos alimentou este discurso e alimentou isto nos moradores e alimentou esta polémica que agora é que toda a gente quer vir dizer, não há problema nenhum com a legalidade, é claro que é legal. Não é claro que é legal, andaram dois anos a dizer que era ilegal, andaram dois anos a dizer que eu, enquanto Vereador do Urbanismo, tinha cometido uma ilegalidade. Andaram dois

anos a dizer que o executivo tinha cometido uma ilegalidade. E agora quando vem uma entidade, que me parece que percebe mais disto do que nós todos juntos, dizer que não houve ilegalidade nenhuma, dizem, não, o problema não é a ilegalidade, o problema é um problema político. Não, o problema durante dois anos, passa a ser um problema político quando, durante dois anos, esgotamos a argumentação em argumentos sobre a legalidade e no fim percebemos que não é ilegalidade nenhuma. E, portanto, eu acho que isto sirva de reflexão, que sirva de reflexão mesmo para o futuro, porque todos nós, um dia, podemos ser chamados a tomar decisões e as pessoas que estão deste lado tentam tomá-las de boa fé e tentam tomá-las de forma informada. Explicaram várias vezes, por exemplo, a questão da linha de água, se não há ali uma linha de água. Perdoem-me a expressão, neste momento, do ponto de vista político, para este discurso, pouco importa, para mim, por exemplo, se há, ou não, uma na linha de água, porque do ponto de vista urbanístico está tudo respeitado. Mas é porque de facto, eu neste momento, sou Vereador numa Câmara Municipal que tem, por exemplo, um Diretor do Departamento de Planeamento, que já trabalhava na Câmara ainda nem eu era nascido, que me diz à boca cheia, que quase que se ri quando eu lhe digo que a ribeira de São Vítor pode existir naquele local. Foi a pessoa que fez as condutas das águas pluviais. A equipa de planeamento que é composta por vinte pessoas, perdoem-me dizer isto desta forma, já se ri quando falamos da questão da ribeira de São Vítor. Mais, nós aprovamos um Plano de Urbanização das Sete Fontes, que foi aprovado por unanimidade, de onde não consta a ribeira de São Vítor, e ninguém se levantou contra a inexistência da ribeira de São Vítor. Levantaram-se agora, porquê? Porque deu jeito para fazer o número. E, portanto, permitam-me, apesar de serem quase três horas da manhã, ter a oportunidade de vir cá dizer isto, porque acho que está fechado o assunto, e bem fechado, e manifestamente a Câmara Municipal agiu,

agiu bem e, do ponto de vista daquilo que nos acusaram durante dois anos, os Senhores, manifestamente, não tinham razão e nós, manifesta e expressamente, tínhamos toda a razão". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do B.E.***, ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, para dizer que: "Eu só vim aqui para não interromper daquele lado, mas o Senhor Vereador insiste na questão do destino previsto no PDM para equipamento. Eu pergunto se um parque infantil é ou não equipamento? Então, se é equipamento, qual é o problema de ser lá um parque infantil? Ou seja, esse argumento não tem peso nenhum aqui. A questão política sempre foi levantada, desde o início do processo. É evidente que nós sabemos que politicamente e porque a democracia aqui funciona sempre, até a boca da urna, as pessoas tinham plena consciência que para levar a sua intenção avante, se encontrassem uma areia na engrenagem, podiam eventualmente ter êxito. Isso é normal que as pessoas se defendam com todas as ferramentas que têm. Agora, eu acho que, pelo menos as pessoas que estão nesta sala e que tiveram alguma intervenção na movimentação dos cidadãos, com certeza que o fizeram por uma questão política, é evidente, sabíamos perfeitamente isso. Isto dos funcionários, não temos nada contra os funcionários da Câmara. Agora, se me disserem assim, vai dizer de caras a esse funcionário que a ribeira está lá? Claro que vou dizer, como também não admito que o Senhor Vereador venha a dizer que eu não me pronunciei sobre a ribeira de São Vítor nas Sete Fontes, quando sabe muito bem, que eu sei da ribeira de São Vítor, mas não tenho que saber ler as cartas que o executivo produz ou os técnicos que produzem, se apagaram lá a ribeira de São Vítor ou não apagaram, porque ela está lá, mesmo que esteja apagada, isso não tenha dúvidas nenhumas. Aliás, o Senhor Presidente da Junta disse aqui, e bem, que leva lá, pelos vistos o Senhor Vereador também terá que lá ir, e vamos lá todos ver a ribeira de São Vítor in loco. Eu vi-a a correr com a água límpida em agosto, portanto, no pino*

*do verão, como se costuma dizer". **A SRª. PRESIDENTE DA MESA** questionou a Assembleia se, em relação ao Relatório, procederiam à votação ou não? O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** fez um ponto de ordem, referindo que: "nós já sabemos que os peticionários não estiveram cá, não tomaram parte na discussão, mas isso ultrapassa-nos. Foram convocados regularmente. Deveriam estar cá, não estão. Qual é a consequência que daí retiramos? Julgo que nenhuma. Do ponto de vista prático e formal, nada daquilo que os peticionários cá trouxessem deveria ter sido alvo de uma votação, porque os peticionários não têm iniciativa, vou-lhe chamar facilidade legislativa, ou seja, eles não podem propor nada que nós votemos. Depois, os próprios partidos é que podem, partindo daquilo que os peticionários lhes pedem, criar as recomendações ou as iniciativas que entendam que politicamente devem vir à Assembleia ou até à própria Câmara Municipal. E, portanto, do ponto de vista da votação daquilo que os peticionários nos trazem, eu acho que não há nada para votar. O que podemos votar é o relatório em si e as conclusões que o mesmo tem. De resto, acho que não temos mais nada para votar". O **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** disse que: "Sendo este relatório produzido por uma Comissão que o votou e o aprovou antes de eu submeter aqui, era suposto terem-no feito. Era suposto terem-no aprovado na Comissão antes de o submeter aqui. O documento que aqui nos chega, é um documento que deve ser escrutinado e discutido por todos, como fizemos. A minha dúvida era, isto vai a votação, qual é a consequência de um eventual chumbo? A Comissão vai ter que produzir o novo relatório? Não faz sentido. Portanto, não faz sentido votar isto aqui aquelas conclusões que foram emanadas da Comissão". O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** entendia que: "devemos votar o relatório porque, independentemente de o termos feito na Comissão, a Comissão é, como o*

nome indica, é uma Comissão, é representativa, mas não é a Assembleia Municipal, nem o plenário, que é o local onde devemos, de facto, pronunciar-nos sobre o relatório, e julgo que sim. Acho que tem efeito útil votá-lo e, eventualmente, imaginem que a Assembleia não concordava com o seu teor, podia mandá-lo para trás, que é para alterar na sua totalidade ou em alguma parte, portanto acho que sim". Posto à votação, foi o referido relatório ***aprovado com trinta e um votos a favor****,* ***com seis abstenções do Chega e de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias e com dezassete votos contra do P.S.****,* ***da C.D.U. e do B.E.****.. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que relativamente ao ponto doze, chamou-se à atenção que a informação que tinha ido para os peticionários relativa à Braga Ciclável, embora tivesse referido os artigos que dizem respeito à petição, o assunto não estava devidamente identificado, referia a situação relativamente ao ginásio Supera. Só lamentava, e pedia desculpa, que se deram conta da situação e só se tivessem lembrado disso durante a Assembleia, porque naturalmente teriam tido tempo de esclarecer esse email que foi enviado. Portanto, sendo assim, aquele ponto passava para uma próxima Assembleia. O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *referiu que: "Mas é uma chatice esta coisa da formalidade, mas nós temos que nos entender aqui relativamente a isto. O que é que diz o Regimento? Diz que as petições, sobretudo estas e nestes termos, vêm a uma das três assembleias ordinárias, após a aprovação do relatório em Comissão. Ora bem, nós não temos mais sessões ordinárias, talvez em setembro possamos ter ainda, mas se não for a de setembro temos que nos acordar. Ou bem que esta Assembleia continua, e tem a continuação, não sei se para a semana, ou numa data em que regimental e legalmente for possível e aproveitamos e tratamos deste ponto, ou bem que este ponto há-de ser tratado em setembro, ou bem que nos entendemos todos e violamos o Regimento, com total impunidade, e marcamos isto para uma*

extraordinária". A ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que estava prevista a realização de uma sessão extraordinária em julho, como era habitual. No Regimento diz que deve ser presente a uma Assembleia Ordinária, se o plenário entender que seja apreciado numa sessão Extraordinária, fica assim. O* ***Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS*** *salientou que: "O Regimento de facto é para cumprirmos, isso não há dúvida, mas é para cumprir na sua plenitude, mesmo nas normas que nos vamos esquecendo e que nos temos esquecido várias vezes. Agora aquela norma, tinha um objetivo claro que é dar voz aos cidadãos que nos fazem chegar uma petição. Se por um erro nosso, que é nosso, da Assembleia Municipal, não é só da Senhora Presidente, foi todo o órgão que falhou nesse aspeto, de alguma forma impede o direito daquilo que decidimos dar àqueles cidadãos de se pronunciarem aqui nesta que seria, se calhar, a última sessão ordinária do mandato, não estamos certos da existência de outra em setembro, se for preciso um requerimento nosso, faço-o, se não houver, acho que não vem mal nenhum ao mundo, de se incorporar este ponto na próxima sessão extraordinária, sabendo que estamos a passar por cima do Regimento. Portanto acho que faz sentido votarmos aqui isso mesmo que o queremos fazer. E, por isso, venho requerer formalmente que o votemos. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *questionou se alguém se opunha que aquele ponto passasse para a Assembleia Extraordinária de julho, o que foi aceite excecionalmente.* ***APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA***: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos quatro, cinco, seis, sete, oito, dez e onze, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.* ***ENCERRAMENTO****: Às três horas e vinte minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os*

trabalhos desta sessão de dezoito de junho, de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa